



N. 1891 10/6/76
Preço 15\$00

Vida mundial 1

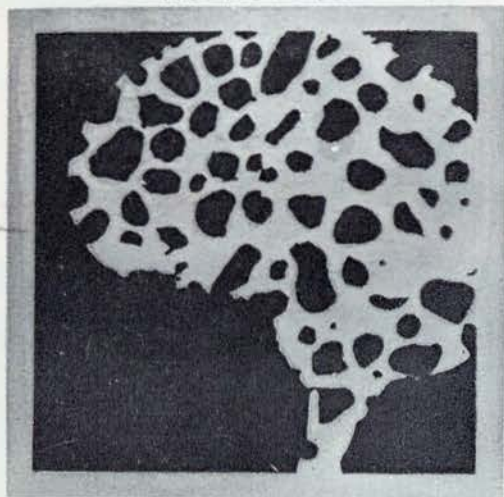
EANES

uma definição
necessária

AÇORES

que autonomia?

memória



Com esta nova coleção, «Memória» Iniciativas Editoriais procuram reexplorar para o leitor textos e documentos políticos de outros tempos, mas que, pelo seu valor, não deveremos deixar esquecer e enterrar na voragem do circunstancial.

Napoleão Bonaparte

COMO FAZER A GUERRA

O presente volume, com o qual abre a coleção, é uma selecção dos trechos mais significativos das **Memórias sobre a Arte de Governar**, obra que o «Rei Sol» (1638-1715) escreveu em forma de carta a seu filho e herdeiro do trono de França e na qual procura transmitir-lhe o essencial da sua experiência de governante. Experiência ímpar de um homem que marcou decisivamente o seu tempo na França e na Europa, e que de tal modo encarnou o Estado que, na sua máxima «l'État c'est moi», há bem mais de análise do que de jactância.

Como fazer a guerra, onde são expostos os «princípios gerais» da arte da guerra (da defensiva e da ofensiva) propõe, contrariamente às anteriores compilações das máximas de Napoleão, uma nova ordem de leitura que repõe o sentido, durante muito tempo mal conhecido, das reflexões audaciosas sobre a estratégia, a ideologia e as relações entre elas.

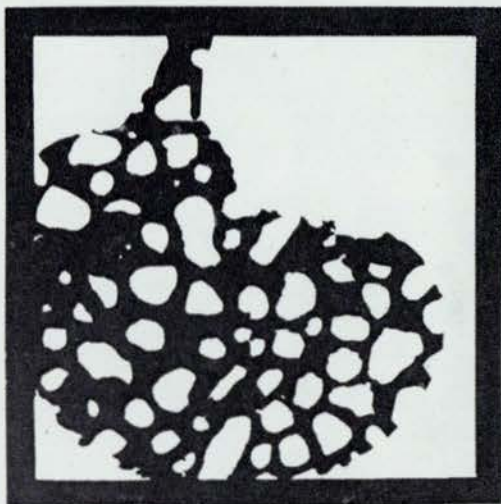
Luiz XIV

A ARTE DE GOVERNAR

INICIATIVAS EDITORIAIS

À VENDA
NAS LIVRARIAS

DISTRIBUIDORA
O SÉCULO



memória

Director:
Natália Correia

Chefe de Redacção:
Paulo Figueira

Subchefe de Redacção:
Carlos Plantier

Secretário de Redacção:
M. Manuela de Sousa Rama

REDACÇÃO:

Afonso Manta, Carlos Pinto Coelho, Dórdio Guimarães, Feliciano Ferreira, F. Guerra, João de Almeida, José Machado, José N. Fernandes, Tomás Ribas

Fotografia:
Abel Fonseca

Secretariado:
Maria Manuela Andrade

Colaboradores:

A.C. Monteiro, Egídio Álvaro (Artes Plásticas), João Costa (Economia), Jorge Guimarães (Livros), Philippe de Saint-Robert (Paris), Sérgio Lima (Televisão)

Preço: 15 \$00

Assinaturas:

Via ordinária

Continente e Ilhas - 3 meses: 175 \$50, 6 meses: 351 \$00, 12 meses: 702 \$00; Angola, Moçambique, Cabo Verde, S. Tomé e Príncipe, Macau, Timor, Espanha e Brasil - 6 meses: 351 \$00, 12 meses: 702 \$00; outros países - 6 meses: 455 \$00, 12 meses: 910 \$00.

Via aérea

12 meses: Ilhas Adjacentes - 764 \$00; Angola, Moçambique, Cabo Verde, S. Tomé e Príncipe, Macau e Timor - 1201 \$00; Espanha - 764 \$00; Brasil - 1284 \$00; países europeus (excepto Espanha) - 1034 \$00; outros países - 1493 \$00.

Redacção e Administração:

Rua de "O Seculo", 63 - Telef. PBX 36 27 51/5.

Composição e Impressão:

Rua de "O Seculo", 41 - Lisboa-2.

Propriedade:

Sociedade Nacional de Tipografia.

Sai às quintas-feiras.

editorial



Por
Natália Correia

ESTE, CUJO CORAÇÃO FOI PORTUGAL

E RAM 50 ou 60. À frente deles, um homem deu o exemplo. Rezaram porque acreditavam em Deus e a oração encorajava-os a enfrentar dignamente a morte que cinicamente lhes concedia esse minuto de prece para entregarem a alma ao Deus da sua fé. E apontando em seu peito o lugar onde pulsava um velho coração lusiada, o homem disse para os carrascos da FRETILIN: podem disparar. Morremos pela nossa fé e pela nossa Pátria.

Foi em terras timorenses que apócrifos lusos soltaram esta estrofe de sangue que enlouquecida busca o Camões do nosso desalento. O sangue com que a tragédia a escreveu era do tenente-coronel Alberto Maggiollo de Gouveia.

Admito que o patriotismo que assim se exprime usa uma linguagem própria de ideias que não comungo. Não sou católica e sendo, isso sim, umbelicalmente portuguesa, deste sentimento tenho noções que se não substantivam na triologia compendial Deus-Pátria-Família. Mas reconheço, ou antes, sinto, porque estas coisas são mais do sentir que do conhecimento, que quando um homem se dispõe a morrer pela Pátria, está certo, mesmo que nos pareça errado o pensamento que serve essa determinação. Eis o ponto supremo onde se fundem todas as diferenças ideológicas, e a ele ascendeu o bravo do Aileu que altivamente conjurou as rajadas da selvajaria política que à morte condena os que se recusam a atraiçoar a sua crença e o que concebem como sua Pátria.

Mas aí deste que, não jurando pela bandeira em vão, por sua fé se sagrou em honra e em desgraça! Porque à voz com que chamou a si o orgulho de morrer pela Pátria responde esta com assustador (ou assustado?) silêncio. Cala-se esta Pátria onde se ergueram vozes indignadas quando o cutelo franquista decepou vidas de patriotas bascos. Queda-se muda perante a morte que a dignifica, esta terra que tantos protestos engatilha, para os disparar, mal os telexes nos trazem dos Chiles, Brasis e Espanhas notícias de sangue estrangeiro que pela liberdade corre.

Mas se ainda só se ouvia o silêncio, já que neste pode ser audível o choro surdo de uma dor mordida!... Ai de nós! Quando deviam ser de luto as palavras usadas para traduzir o nosso horror pela chacina que de sangue portugueses empapa o solo timorense, nelas se faz ouvir uma como que impaciência face à aflição dos que aqui choram os seus familiares presos há 8 meses em Timor. E vai-se mesmo ao ponto de verberar na ansiedade com que portugueses aguardam a libertação dos seus próximos, na terra onde já tantos dos nossos foram fuzilados, a "criação de um clima demagogicamente emocional". Assim falou o ministro dos Negócios Estrangeiros de abalada para Moscovo, onde certamente o chamavam motivos cuja importância deixa na sombra esta historieta sentimental de compatriotas seus que temem pelo destino de seus filhos, irmãos e maridos encarcerados em Timor.

Assim falam ministros quando é imperativo de todos os portugueses, inquietados pelo que possa ameaçar a independência nacional, prezar mais do que nunca o que lhes reafirma a honra e a espiritualidade. Quanto aos poetas que o são porque a sua Pátria é a língua repetem com Fernando Pessoa a estrofe que o autor da "Mensagem" antecipadamente dedicou àquele que cheio de fé não teme o que virá, pois, venha o que vier, nunca será maior que a sua alma.

A monstruosidade da carnificina que fez tombar em Timor Alberto Maggiollo de Gouveia não foi realmente menor do que a alma que ele pôs na sua morte. Pois que a ofereceu àqueles que no derradeiro e no nevoeiro que é hoje esta nossa Pátria dizem como o poeta: Desfaz-se o Império. Falta cumprir-se Portugal.

EDITORIAL por Natália Correia 1

PRESIDENCIAIS

Eanes: o candidato e a candidatura 3
Complexos de esquerda 4
Oteló: os compromettimentos 4
Pinheiro de Azevedo 5

Açores 6

REFORMA AGRÁRIA 11

NACIONAL

Os surdos 24
Os que riem... e os que choram 58
A la minuta 59
O acidente de Pires Veloso 60
Melo Antunes na URSS 61
Dois casos escandalosos 61
As greves não vão acabar 62
Liceus: o "caso Baltasar" 63

LIVROS

Chico da CUF 41
Os dez mais 42

CINEMA

O romance que perdemos 43
"Convém Fazer Bem o Amor" 43
Manuel Guimarães 44
"A Noite do Pecado" 45
"Minha Mãe, Minha Amante" 46
Pornografia política 46

TV 47

TEATRO

"Equus" 49
Grupo 4 50

INTERNACIONAL

Chile 52
A vitória de Hanói 57



AÇORES: AS ILHAS DESCONHECIDAS

Para a maioria dos portugueses, os Açores são as ilhas desconhecidas de que falava Raul Brandão. Perdidas no meio do Atlântico, isoladas do continente e queixando-se da exploração ("colonial"?) de que são vítimas, as ilhas agitam-se. Há um ano, no dia 6 de Junho, registou-se a primeira manifestação pública de vulto do descontentamento da população insular, exigindo a autonomia. Hoje, essa autonomia está garantida. Mas será suficiente? (Na pág. 6)

REFORMA AGRÁRIA NO RIBATEJO

Voltamos ao tema para, desta vez, o abordar localizado no Ribatejo, mais concretamente no vale do Sorraia. Aí, também, muito foi deturpado em relação ao que deveria — e poderia — ter sido uma verdadeira e desejável reforma agrária, no nosso país (Pág. 11)



separata

CAMÕES

"Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades", disse aquele que os séculos glorificaram como o Poeta da Raça. Mas, mudados que são os tempos, Camões permanece o expoente do génio português. (Págs. 25 a 39)

Eanes

O CANDIDATO E A CANDIDATURA

O manifesto lido pelo general Ramalho Eanes ao País suscitou uma certa inquietação em sectores diversos dos partidos políticos que lhe deram público apoio. Se bem que factos posteriores amenizassem o grau das inquietações reveladas, as interrogações persistem e colocaram-se na ordem do dia.

O general Ramalho Eanes é um candidato com biografia conhecida. Sabe-se que firmemente se opôs a quantos, recorrendo ao golpismo e à insurreição, tentaram atalhar o passo à via democrática que a maioria do povo português referendou nas urnas.

Em 11 de Março de 1975, a sua demissão do cargo que ocupava na RTP valeu como protesto contra o golpismo — que então se adivinhava, mas poucos ousavam denunciar. Em 25 de Novembro, foi ele o cérebro da resistência democrática militar à ofensiva insurreccionalista.

Isto é sabido. A generalidade das forças democráticas, rendendo preito ao homem que, sem dar nas vistas, esteve nas primeiras linhas de defesa da democracia, apostaram apoio na sua candidatura à Presidência da República. Foi o perfil do general que contou como garante da ordem democrática que se pretende ver estabelecida. Finalmente consolidada.

TENTATIVAS DE CERCO

Até ao momento em que o general-candidato leu ao País o seu manifesto programático, viveu-se um mundo de certezas feito. Um ou outro facto que menos se encaixava na sua imagem, conforme era tecida, logo se colocava no plano das coisas secundárias.

O apoio dos principais partidos da democracia (PS, PPD e CDS) não con-

sentia dúvidas: as infiltrações no apoio à candidatura do general, embora detectadas, não prenunciavam inquietações exageradas; as tentativas de cerco à sua figura, por parte de correntes conciliadoras com expressões antidemocráticas, não prediziam a possibilidade de um novo “raptos das sabinas”.

Todavia, gradualmente, as interrogações emergiram. E “aquele encanto de alma ledo e cego que a fortuna não deixa durar muito” foi finalmente sacudido pelas palavras do general anunciando as bases programáticas da sua candidatura.

O significado que esse manifesto poderá ter não passou despercebido ao oficioso (do PCP) “Diário”, que imediatamente escreveu:

“O manifesto eleitoral dirigido ao País pelo general Ramalho Eanes provocou consternação nos quartéis-gene-

sembleia da República.”

E, mais adiante, lia-se no “Diário”: “O general Eanes, ao dirigir-se “aos trabalhadores portugueses”, expressa o seu respeito por “todos aqueles que, nas cidades e nos campos, foram vítimas da exploração e da opressão” e diz sentir “com eles que é o momento de se tornarem os sujeitos da sua própria emancipação e de assumirem as suas responsabilidades na gestão das empresas e nos destinos do País”. Mais um problema para o CDS. Nem recorrendo a uma dezena de computadores electrónicos, à sabedoria de todos os empresários da CIP e aos conselhos de banqueiros exilados, poderá o CDS conciliar as intenções contidas nessas palavras do candidato com os propósitos expressos pelos dirigentes “centristas” nos últimos meses.”

Forças da esquerda radical, como o MES, lançaram a hipótese de o PCP retirar a candidatura de Octávio Pato e canalizar os seus votos na direcção de Eanes.

MARGEM DE RISCO

O manifesto do general, ainda que encarado como manobra táctica de captação de votos à esquerda, compor-



Ramalho Eanes, com a mulher, recebido pelo bispo do Porto

rais dos partidos da reacção. Pelo tom e pelo conteúdo, esse documento não facilita as manobras confusionistas executadas pelo CDS e pelo PPD, dentro da sua estratégia de colagem à candidatura do chefe do Estado-Maior do Exército. Muitas das posições assumidas pelo general Eanes são não apenas diferentes mas incompatíveis com as teses defendidas pelos partidos da direita durante a campanha para a As-

tava pois uma margem de risco: o deslize para o rumo continuador de uma difícil, senão impossível, conciliação que está na origem desta democracia aos sobressaltos que há dois anos vivemos.

Compreendeu-o, por certo, o general. Deu-se conta da incerteza que o manifesto por si lido ao País poderia criar e do aproveitamento que as forças antidemocráticas poderiam dele fa-

Presidenciais

zer. Talvez por isso, em entrevista concedida a "O Jornal", mantendo embora os fundamentos programáticos do documento divulgado, disse não aceitar qualquer apoio do PCP.

Nesse mesmo dia, o dr. Sá Carneiro, num comício realizado pelo PPD em Lisboa, afirmou a sua convicção de

"Complexos de esquerda"

Proença de Carvalho, advogado que foi do Plenário da Boa Hora e de algumas causas famosas, actual director do "Jornal Novo", viu a sua participação na Comissão de Apoio à candidatura do general Ramalho Eanes vetada por uma das figuras que nesta Comissão se tem imposto: José Carlos de Vasconcelos.

O argumento invocado para tão caprichosa decisão consta que foi o de Proença de Carvalho ter sido defensor do capitalista António Champallimaud no célebre caso da "herança Sommer".

J.C. de Vasconcelos, além de jornalista (foi do "Diário de Lisboa" e actualmente paira no "gisante" "O Jornal") é também advogado e que saiba, não viveu do cambão. O que aprendeu em Coimbra, nos tempos agitados da crise académica dos anos 60 (quando será que dessa época se publica a história?), não foi posto exclusivamente ao serviço dos "humilhados e ofendidos" da nossa terra. Algumas empresas capitalistas, como todas eram antes do 25 de Abril, tiveram-no ao seu serviço para dele aproveitarem o que de Direito sabia.

Estranhos preconceitos os do plumitivo Vasconcelos. Estamos a vê-lo, caso o general Eanes seja eleito Presidente da República, a mover céu e terra para que este não consinta no seu governo outro defensor de António Champallimaud: o dr. Salgado Zenha. Estamos a vê-lo a protestar, colérico, na Embaixada de Cuba pelo desaforo do capitão Peralta (hoje membro do Comité Central do Partido Comunista Cubano) em ter aceite como advogado Manuel João da Palma Carlos, igualmente defensor de Champallimaud. Ou ainda a reclamar, junto do plácido Ministros dos Negócios Estrangeiros, contra o enorme crime lesa — "progressista" de se ter um dos advogados do monopolista Champallimaud como nosso embaixador nas Nações Unidas — José Manuel Galvão Teles, pois claro.

Que dirá Champallimaud dos "complexos de esquerda" do advogado Vasconcelos?

A.M.

que Ramalho Eanes "jamais pactuaria com as forças antidemocráticas", acrescentando: "Nós regozijamo-nos que o general Ramalho Eanes tenha hoje dito aos jornais que não aceita o apoio do Partido Comunista."

Também "A Luta", jornal de tendência socialista, deu relevo — em primeira página — à declaração do candidato suportado pelas forças democráticas.

Finalmente, em conferência de Imprensa, no dia 8, o general Eanes sentiu-se na necessidade de esclarecer e precisar alguns pontos mais controversos do seu manifesto: o significado a dar ao conceito "trabalhadores", a definição do seu socialismo, por exemplo.

CONTRADIÇÕES

Estes factos (melhor, as significações que eles podem ter) denotam que se o candidato apoiado pelos três partidos maioritários é uma figura positiva — o seu perfil político nunca foi por eles posto em causa —, a sua candidatura encerra ambiguidades várias. As ambiguidades que começam por resultar da heterogeneidade dos apoios; as ambiguidades nascidas do facto de se

ter dado apoio à figura do general (figura não ambígua), independentemente e antes que houvesse um programa (esse, como qualquer programa, passível de uma certa ambiguidade).

Em Portugal — como de resto em todos os países democráticos — candidato e candidatura não são coisas coincidentes. Porque um homem não faz política sozinho; faz em conjunto, com uma equipa de que se rodeia. E essa equipa pode não reflectir, em cem por cento, o pensamento, o projecto, o plano do homem que devia servir.

Se é lícito supor a existência de contradições entre o candidato Ramalho Eanes e a candidatura por ele avançada, se se pode admitir que o manifesto do general Eanes não se enquadra em absoluto com a imagem pública que dele se tem, uma constatação ressalta: que a responsabilidade reside, por certo, em qualquer parte dessa candidatura.

A democracia que pactua é uma democracia suicida. Ramalho Eanes demonstrou-o já, tem disso consciência. As forças que o apoiam também. Foi nesta base que Eanes se apresentou ao País como o candidato dos democratas.

● AFONSO MANTA

Otelo

OS COMPROMETIMENTOS DE UM CANDIDATO COMPROMETIDO

Otelo divulgou as bases do seu programa de candidatura, em que começou por afirmar:

"Candidato-me à Presidência da República por imposição popular, comprometo-me perante os trabalhadores e o povo português, no caso de ser eleito, a garantir as condições para que o povo, unido e organizado, avance na resolução dos seus problemas a caminho de uma sociedade nova, onde seja possível o exercício democrático do poder pelas classes trabalhadoras, a sociedade socialista."

Partindo desta afirmação como

preâmbulo, o major Otelo desenvolve esta ideia através de vários "comprometimentos", dos quais salientamos:

"Assegurar a defesa da Constituição da República Portuguesa, conquista do povo, que deve ser posta ao serviço dos trabalhadores", trabalhadores estes que define como sendo, para ele, "os assalariados do campo e da cidade, os operários de indústria e os pequenos e médios agricultores, os funcionários públicos, os professores e os pequenos e médios rendeiros, os técnicos e os comerciantes pobres e remediados, os empregados de escritório, da banca,

dos seguros e do comércio.”

Compromete-se também a “assegurar intransigentemente a defesa e aprofundamento das conquistas fundamentais do 25 de Abril”, que, para ele, são a reforma agrária, o controlo operário, as nacionalizações dos sectores básicos da economia, o direito à greve e a liberdade de expressão, reunião e associação, “desde que não fomentem ideias e práticas fascistas ou fascizantes”.

Comprometendo-se em seguida a “defender, reforçar e desenvolver todas as formas de organização dos trabalhadores, e especialmente as organizações populares de base, comissões de trabalhadores, comissões de moradores e conselhos de aldeia” e em “garantir a organização sindical autónoma dos trabalhadores, independente do Estado e dos partidos”. Otelo mostra bem a decisão de marginalizar os partidos, caso ganhasse, decisão essa logo contrariada pelo comprometimento seguinte, em que o candidato afirma “respeitar a vontade dos trabalhadores e do povo, expressa nos resultados eleitorais, nomeando o Primeiro-Ministro de acordo com a Constituição, o que assim nos daria um aspecto curioso: Otelo, Presidente, Mário Soares, Primeiro-Ministro. Conciliação essa impossível, mas que não seria a primeira vez a ser tentada, pois estamos recordados da tentativa de conciliar o chamado “Projecto dos Nove” com o “Documento Copcon”.

Mais adiante, Otelo compromete-se ainda a “combater as tentativas reac-

cionárias de cavar um fosso entre os pequenos e médios agricultores do Norte e os trabalhadores agrícolas do Sul”... e, “recusando o espantallo de divisões políticas, religiosas e económicas, será possível superar as divisões que as forças reaccionárias procuram agudizar entre o campo e a cidade, entre o Norte e o Sul, entre o continente e as ilhas”.

Comprometendo-se ainda perante o povo nos campos da habitação, saúde, educação, ensino e informação, Otelo

termina com a sua opinião sobre o papel das Forças Armadas e militarizadas, que se devem “colocar ao serviço do povo e dos interesses nacionais, jamais permitindo que a repressão se abata sobre os trabalhadores”.

Tudo isto, e, a seu tempo veremos, muito mais, consta do programa para a candidatura de Otelo. Candidato pelo menos a um prémio de consolação, pois é o único, para já, dos quatro que em tudo o que se mete, uma coisa é certa: compromete-se. F.G. ●



Pinheiro de Azevedo: o presidente não tem que ter programa

Pinheiro de Azevedo ZIGUE-ZAGUES DESCONCERTANTES

Ao contrário do que aconteceu relativamente a outros candidatos, a actuação de Pinheiro de Azevedo, durante a primeira semana de Junho, não contribuiu para definir *com clareza* qual a orientação que iria tomar a sua campanha e qual a tática dos seus apoios. Dizemos *com clareza*. E referimo-nos, evidentemente, ao grande eleitorado, ao cidadão comum que, no dia 27, irá colocar o seu voto na urna.

A pré-campanha do vice-almirante tem sido pontuada de imprevistos e ziguezagues algo desconcertantes. Tendo chegado a anunciar a possibilidade de desistir, posteriormente classificada pelo seu próprio autor de “especulação”, Pinheiro de Azevedo reforçou a ideia, já anteriormente cultivada entre o eleitorado, de que a sua candidatura é “independente”, despida de quaisquer apoios.

Esta preocupação, visível desde os primeiros momentos de lançamento da candidatura, foi agora sublinhada através de críticas dirigidas à legislação que condiciona as candidaturas e a respectiva oficialização, da responsabilidade dos partidos e contra o parecer e o voto de Pinheiro de Azevedo.

Aliás, quem tem seguido com alguma atenção a estruturação da campanha de cada candidato e a actuação dos respectivos serviços de apoio tem notado a incipiência que caracteriza os primeiros passos da candidatura do vice-almirante. A comissão de apoio não tem notícias a fornecer, não há comunicados, não existe sequer programa de campanha. Em suma: contrariamente aos outros candidatos e, especialmente a Ramalho Eanes, não se sente qual-



Otelo de Carvalho: a vontade de ser Fidel

(Continua na pág. 64)

Açores: que autonomia?

HÁ UM ANO

"A MANIFESTAÇÃO COMEÇOU ALI, NO CAMPO DE S. FRANCISCO..."

por JOÃO DE ALMEIDA
nosso enviado especial

Os Açores continuam a ser, para a maioria dos portugueses, umas ilhas desconhecidas, uma realidade distante. A 1400 quilómetros da costa portuguesa, o arquipélago agita-se. A autonomia. Os açorianos, alguns (muitos), relembram o velho sonho separatista, enquanto lutam por uma ampla autonomia.

Há pouco mais de um ano, os açorianos estiveram entre os primeiros portugueses que se levantaram contra o chamado "gonçalvismo". Doze meses passados, o arquipélago ainda não está "sossegado": o gonçalvismo passou à reserva, mas os problemas continuam.

Há um ano, surpreendidos, os açorianos assistiram à escalada gonçalvista: pequenos grupos apossam-se das câmaras municipais, das juntas de freguesia, querem dominar tudo e todos. O PCP, o MES e o MDP-CDE agridem os sentimentos do povo e aquilo em que eles acreditam e respeitam. Então, os açorianos reagiram...

Açores, Ponta Delgada, 6 de Junho de 1975. Milhares de pessoas descem à cidade, invadem as ruas e concentram-se em frente do Governo Civil, na Praça Gonçalo Velho, exigindo a demissão imediata do governador Borges Coutinho, afecto ao MDP. Daqui partem para o aeroporto, que ocupam, colocando viaturas nas pistas para evitar a entrada ou a saída de aviões; em seguida ocupam também as instalações do Emissor Regional dos Açores. No entanto, ao fim do dia, tudo estava novamente calmo. "O 6 de Junho foi aviso de um povo sereno e ordeiro que, no entanto, provocado, é capaz de descer à rua e praticar actos de violência. Ao contrário do que muita gente diz, o 6 de Junho foi feito pelo povo, por agentes das mais baixas condições sociais,

foi o resultado de um sentimento generalizado de revolta", disse-nos Gustavo Moura, director do jornal "Açores".

Dias depois, noite dentro, 35 pessoas eram presas. "Eu próprio fui um desses presos. De facto, estive na manifestação e como os outros gritei por independência, mas pensávamos numa independência administrativa e económica, porque vivíamos num círculo fechado e dali não podíamos desabrochar. Ora, a história destas paragens diz-nos que, sempre que tivemos os centros de decisão nos Açores, o arquipélago desenvolveu-se. Fui deitar-me descansado e qual não é o meu espanto quando, às 3 da manhã, com grande aparato militar, me arrancaram de casa e me transportaram para a doca, onde me enfiaram num barco", relata-nos um desses 35 prisioneiros, um "compadre", como, a partir daquela data, se tratam entre eles. "Tudo isto sem me deixarem sequer avisar a família ou quaisquer outras pessoas para ficarem com a minha mãe, uma senhora de 70 anos. Levaram-me para a Terceira, para a prisão de Angra, onde estivemos 22 dias sem nunca termos visto os nossos



mandatos de captura. Fomos várias vezes interrogados e uma das perguntas era se sabíamos a razão por que estávamos presos!... Eu não sabia — e eles, pelos vistos, também não, pois ao fim de algum tempo recebemos uma carta dizendo que por ordem do Primeiro-Ministro o processo tinha sido arquivado por falta de provas.

A calma aparente que reinava desde o 6 de Junho foi quebrada no dia 17, com uma manifestação convocada pelo PS, PCP, PPD, MES e MDP-CDE, contra as forças "reaccionárias" e contra a FLA — que, segundo aqueles partidos, teria estado na origem da primeira manifestação. Porém, todos estes partidos juntos não conseguiram reunir mais que umas escassas centenas de pessoas. Em Agosto, nos dias 17 a 19, essa calma voltou a ser sacudida, mas centenas de pessoas assaltaram e saquearam as instalações do jornal "O Trabalhador" e a sede do Partido Comunista Português, que incendiaram. Seguiram-se as sedes do MDP-CDE e do MES, também na mesma cidade, Ponta Delgada.

Na origem imediata do 6 de Junho teria estado a atitude do governador Borges Coutinho, de não aceitar a criação da Associação da Lavoura, nomeando uma comissão administrativa para o respectivo grémio.

"Essa comissão administrativa era constituída por elementos do Partido Socialista, do MDP-CDE e comunistas, pessoas que não eram aceites no meio e que, além disso, sabíamos muito bem o que eram — disse-nos um açoriano, que seguiu de perto os acontecimentos

em Ponta Delgada. — Isto aqui é um meio pequeno, nós conhecemo-nos todos uns aos outros. Nenhuma das pessoas que constituíam aquela comissão estava ligada à agricultura, embora um deles fosse regente agrícola. Havia também um advogado conhecido, coitado, tinha uma vida que ninguém confiava nele, enquanto os outros não passavam de "para-quedaistas" que de lavoura pouco percebiam. Depois disso começaram a chegar uns emissários do Governo para tratar de assuntos, foi uma chuva deles que até ficamos atónitos com tanto interesse pelos Açores.

"Um desses grupos foi para resolver alguns problemas relacionados com a questão do leite; chefiava-o o eng. Bettencourt, que se dizia nascido no Pico e que convocou uma reunião onde esteve presente a pequena, a média e, vá lá, a grande lavoura. Um dos presentes criticou de tal maneira a actuação do Governo que o tal engenheiro não encontrou outros argumentos para o rebater que não fosse a ameaça. Ameaçou-o de estar a insultar o Governo. Imaginem, numa altura que toda a gente insultava o Governo ele veio para ali com aquele argumento. Todos se levantaram e ainda estou para saber como é que o tal Bettencourt conseguiu sair dali.

"De qualquer modo os ânimos ficaram muito quentes, e para agravar o governador veio fazer comentários e afirmações na rádio e nos jornais que puseram a lavoura em pé de guerra. Estávamos a 5 de Junho. Entretanto, certas forças militares andavam também

apostadas em fazer afirmações que nos provocavam, bem como a Imprensa continental. Havia também a falta de adubos e a minência de falta de rações para o gado. Tudo isto criou as condições para o 6 de Junho.

Um lavrador:

"TODOS OS ANOS VÃO DAQUI MILHARES DE CONTOS"

Os Açores são uma terra fundamentalmente agrícola, dedicada à lavoura. Em São Miguel, 83 por cento do rendimento bruto da ilha provém da agropecuária e somente 12 por cento do sector industrial. Destes últimos, por sua vez, 10 por cento são produzidos por indústrias transformadoras de matérias-primas da lavoura. Um terço da população activa vive ligado à exploração da terra, como grandes, pequenos e médios lavradores. Um desses lavradores e empresário agrícola é José V. Franco, a quem perguntámos qual o interesse da população dos Açores na autonomia? A sua resposta traduz o pensamento de muitos açorianos:

Os Açores foram descobertos há cinco séculos e, desde então, sempre foram uma parcela do território português. Mas, enquanto Trás-os-Montes está separado por um rio, que é o Douro,

"A lavoura resolveu convocar uma manifestação para exigir a demissão do governador, manifestação esta que, no entanto, foi proibida pelas forças militares e também pelo próprio governador, enquanto esses partidos, que se dizem democráticos, começaram logo a fazer guerra a tal convocação. Então, e quando menos se esperava, a manifestação começou ali no Campo de São Francisco, com meia dúzia de pessoas, foi engrossando, engrossando, e deu aquilo que a gente conhece, acabando o governador por se demitir, tomando o seu lugar o general Altino de Magalhães."

Quando se previa que tudo se regularizasse, depois de algumas reuniões com as autoridades, "verificámos com mágoa, que as forças ditas democráticas começavam a movimentar-se e a provocar novamente a população — foi a manifestação do dia 17 e as assembleias dos soldados, marinheiros e praças, ou lá como se chama isso, dominadas pelos comunistas, a fazerem pressão sobre o general Altino".

e tem talvez af 500 metros de largura, nós temos a separar-nos um "riozinho" de 1500 quilómetros. E isto teve sempre muita importância. A ilha do Faial chegou a estar dois anos sem comunicação nenhuma com Lisboa, numa altura em que dois tremores de terra haviam arrasado literalmente a cidade da Horta. E sabe a primeira coisa que lá foram fazer, ao fim desse tempo? Foram buscar o dízimo que se pagava na altura para o rei. Nas outras ilhas, a mesma coisa — o capitão donatário tinha a sua nauzinha e o rei vinha cá buscar o dízimo; as naus que vinham da Índia faziam aqui escala para a aguada, E era tudo.

Quando isto foi colonizado, não foi só por portugueses: vieram também flamengos, pretos, os criados dos senhores ricos que normalmente eram escravos do Norte de África, etc.

O açoriano é fechado sobre si próprio — é verdade — e isso advém-lhe da sua insularidade mas também dos quatro séculos sem contactos, a não ser uma ou outra caravela americana da pesca da baleia que passava por aqui, e os piratas que vinham atacar as freguesias dos Açores. Depois disso, vinham cá do Continente cobrar os impostos. Como aliás ainda hoje acontece com as famílias que vivem no Continente e têm aqui as suas propriedades. Todos os anos vão daqui milhares de contos para eles viverem lá.

E pretendem ditar a política que os Açores devem continuar a seguir para

eles continuarem a viver das rendas que exploram.

A luta pela autonomia começou a sério em 1822, numa luta, até sangrenta, contra os capitães donatários na ilha Terceira. Depois houve várias, em 1842 e em 1856, e acabou com uma luta política em 1895, quando nós conseguimos a autonomia para o distrito de Ponta Delgada. Essa autonomia traduzia-se em moeda própria e um "parlamentozinho" (as Juntas Gerais) e fez com que estas ilhas se desenvolvessem de tal maneira que ainda hoje em dia o que há de bom vem desse tempo. A primeira cidade europeia a

ter luz eléctrica não foi Paris, como toda a gente julga: foi aqui, a Vila Franca do Campo. E gás, foi Ponta Delgada. As nossas fábricas de açúcar, de álcool, de chicória, companhias de navegação, o traçado das estradas, novas culturas, tudo isso vem dessa altura.

É claro que depois disso houve várias tentativas para acabarem com essa autonomia. Entretanto, em 1924, houve aqui uma grande campanha para aumentá-la.

Até que o "nosso amigo" Salazar, em 1929, começou a carregar as juntas gerais autónomas com encargos que eram do Estado — educação, etc. —, o que fez com que em 1933 o Governo Central tivesse que intervir militarmente para abafar um movimento separatista.

Nessa luta contra o fascismo lutámos contra Salazar, chegando mesmo, primeiro a Madeira e depois aqui São Miguel e a Terceira, a declarar-nos independentes, acabando por sermos derrotados por falta de comunicações.

O curioso é que ainda hoje estamos a pagar essa campanha militar que o Governo Central fez contra nós e a fragata que lhes metemos no fundo — tudo num total de 60 mil contos — através de uma alcavala de 10 por cento nas contribuições urbanas e rústicas que ainda hoje estamos, como já disse, a pagar. Foi também isso que fez com que Salazar nos tirasse a moeda.

Eles agora queriam que nós plantássemos aqui 5000 hectares de tabaco, era toda a terra arável que se ia embora para o tabaco, e não se cultivava aqui mais nada. Vêm-nos buscar aqui todo o leite a pouco mais de metade do preço que estão a pagar no Continente, para depois desdobarem e fazer manteiga e queijo. O camponês continua a ser o explorado, mas só se pensa no operário. Não, eles não sabem distribuir a riqueza. Para pagarem bons ordenados a alguns, está o camponês pior do que nunca.

Não lhes convém que tenhamos moeda própria, que é para nos obrigarem a exportar para lá. Por isso pagamos os fretes mais caros do mundo, mais caro de lá para cá do que de cá para lá, para nos obrigarem a exportar tudo para lá. Quanto a importar, não temos outro remédio... Para cá paga-

DIALOGOS À BEIRA DA ESTRADA



Um trabalhador rural do distrito de Ponta Delgada: "O adubo é que é caro, é fogo..."



Gil, 18 anos, trabalhador rural: votou no PS mas é pela independência dos Açores

De que partido são as pessoas lá na sua terra?

Houve dois que votaram nos comunistas, mas isso não uns tontos, homens da boa vida. Eu não percebo nada de partidos, mas olhe, votei no PPD.

Os seus filhos andam na escola?

Andam todos, e quero ver se depois me to um empenhinho para continuarem a estudar, para não serem uns cabeças de burro como o pai.

"SOU PELO SEPARATISMO"

Também na ilha de São Miguel, interrogámos um trabalhador do campo: Gil, de 18 anos, casado e com uma filha.

Quanto ganha?

1300 escudos por semana.

Que pensa da autonomia para os Açores?

Sou pelo separatismo.

Porquê?

Está-se para aí a viver de uma maneira...

Qual é o seu partido?

PS.

Porque é que votou no PS?

Diziam para aí que era o partido dos trabalhadores.

A uns 20 quilómetros de Ponta Delgada, à beira da estrada, um homem pastoreava algumas vacas. Perguntámos-lhe de quem eram os animais.

Estas três são minhas, mas aquelas são do meu patrão, o sr. Jacinto da Cunha.

Também tem terras suas para pastar as vacas?

Não, minhas não, tenho-as é arrendadas. Pago 400 escudos por umas e 500 por outras. O adubo é que é caro, é fogo. Tenho também um quintal ao pé de casa, aí só pago 250 escudos e a terra é boa a valer.

Quanto ganha do seu patrão?

Novecentos escudos por semana, mas agora este dinheiro vale menos do que os 300 que ganhava aqui há uns anos.

Que idade tem?

35 anos.

É casado?

Sou, sim senhor, tenho cinco filhos.

De que terra é?

Feteiras.

mos 87 centavos!milha por tonelada e para lá 57 centavos, enquanto o frete internacional é de 22 centavos!milha. Do Faial aqui paga-se mais do que para Timor ou para a América. Isto é colonização pura. Não podemos aumentar os preços de venda dos nossos vitelos, mas eles aumentaram, sem nos dizerem nada, o preço das rações para o gado em 50 por cento.

Até há pouco tempo ainda tinha de pagar 200 escudos por cada cabeça de gado que exportava para Lisboa. Quando ia ao Continente tinha que mostrar a minha documentação à PIDE e a minha bagagem tinha de ir à Alfândega.

É claro que tudo isto favorecia o es-

pírito separatista. Se desembarco no aeroporto de Lisboa tenho de pagar a taxa de aeroporto internacional, mas se vou do Porto ou de Faro já não pago nada. Onde é que está a minha igualdade de portugueses? Não me venham para cá com coisas.

Conheço o Melo Antunes. Em 1969 reunimo-nos af em casa de uma pessoa — e ele, Melo Antunes, fez o programa do MDP/CDE. Formidável! Mas quando foi necessário subscrever esse programa para o apresentar no Governo Civil, ele não o assinou. No entanto, houve nove pessoas que o fizeram, algumas delas que possivelmente ele agora chama de reaccionários. Eu, nessa altura, era da CDE, mas agora...

próprias no presente e pela tendência para otimizar as potencialidades que efectivamente existem mas têm de ser coerentemente entendidas. Crise no exterior por lamentável ignorância da idiossincracia do povo açoriano e por uma série de equívocos acidulados por observadores de todo impreparados para a interpretação da realidade local, nacional e atlântica, do arquipélago.

O País, ao tentar ver os Açores na emergência das atitudes reactivas dos açorianos em geral, não percebeu que se estava a estabelecer, com tino e plena consciência, um “estado de preservação” capaz de garantir a existência de um reduto de senso comum para defesa da própria nacionalidade portuguesa, para que se estivesse pronto no sentido de objecções bem dotadas contra a convulsão que se ia generalizando.

À distância de novecentas milhas, e apesar das ondas hertzianas e das doses maciças de uma Imprensa enfeudada que chegava aos Açores em montões, os Açores fizeram passar por um crivo o que era de interesse e o que não interessava aos portugueses. De resto, muito ciosos da sua História, os açorianos valorizaram-se na lembrança do comportamento dos avoengos que resistiram heróica e prolongadamente quando da perda da independência, em fins do século XVI, ou que acudiram às praias nortenhas com os 7500 bravos do Mindelo. Prepararam-se para talhar o pano do futuro na recordação do que haviam, no passado, cortado bem para a História. As hipóteses separatistas e independentistas mais não foram — no meu entender de observador — que meios de pressão a desenvolver condicionadamente.

Mas crise também, porque as tradições autonómicas vinham de trás e estava-se em plena preparação, desde o princípio dos anos 60, de uma regionalização em consonância com os diversos movimentos europeus paralelos que têm visado vitoriosamente a macrocefalia concentracionária do poder nas capitais. Havia que fazer valer a autonomia.

Efectivamente, a fractura das relações Açores Continente pelo separatismo e pela independência era uma hipótese. Hipótese que suscitou tantas dúvidas a nível interno e que apenas se admitiu mais ou menos generalizada

João Afonso: “OS AÇORES ESTÃO A EMERGIR DE UMA CRISE”

João Afonso (nascido em 1923, em Angra do Heroísmo) é poeta, escritor e jornalista. Profissão: bibliotecário, há trinta anos. Membro do Instituto Histórico da ilha Terceira, de que é vice-presidente, e do Instituto Açoriano de Cultura. É um estudioso dos Açores e tem-se ocupado do conhecimento das comunidades açorianas na América, designadamente na Califórnia e na Nova Inglaterra.

O movimento cultural e de valorização etno-social das cidades-irmãs de Angra (a velha capital açoriana) e de Tulare (no Vale de San Joaquim, na Califórnia) vem recebendo dele um impulsivo apoio. Visitou, várias vezes, centros escolares e universitários americanos, onde estudam luso-americanos, e tem-se encontrado, a convite, com estudantes universitários em Harvard, Arlington (Texas) e Hayward (Califórnia). Iniciou pesquisas documentais no Whaling Museum, de Nova Bedford, para “medir” a volumosa par-

ticipação portuguesa (açoriana, caboverdiana e madeirense) na indústria baleeira nos séculos XVIII e XIX.

João Afonso — Os Açores estão a emergir de uma crise de várias crises. Crise de identidade no interior e no exterior. Crise no interior, por avaliação desconforme das possibilidades



“Os Açores fizeram passar por um crivo o que era de interesse e o que não interessava aos portugueses”

como um extremo. A evolução da política do País logo bastou para quebrar a agressividade das atitudes extremistas. Todavia, a actual disposição integradora pode e deve reforçar-se pela compreensão esclarecida no sentido da prática progressiva da autonomia, que aliás a Constituição consagrou quase **una voce** (apesar de um ou outro anacronismo no respectivo articulado).

Houve, nos Açores, a presciência de que era, sócio-politicamente e psicopoliticamente, inevitável a ultrapassa-

Cultura A CONTRIBUIÇÃO DOS AÇORES

A cultura portuguesa deve muito à contribuição que lhe foi dada pelas gentes açorianas. Logo no século XV, a crónica histórica e o memorialismo enriquecem-se com as "Saudades da Terra", de Gaspar Frutuoso, história à maneira das "Saudades" de Bernardim. Esta tradição prolonga-se no século XVII com frei Diogo das Chagas, que além de cronista é também ficcionista. É também nesse século que a literatura açoriana nos lega a **Fénix Angrense**, do padre Maldonado.

Estes nomes inauguram uma pléiade de escritores entre os quais se destacam alguns dos maiores nomes que brilham na antologia portuguesa: D. Fr. Alexandre de Sagrada Família (Sílvio, na Arcádia), Antero de Quental, Teófilo de Braga, Roberto de Mesquita, Armando Cortes Rodrigues, Vitorino Nemésio e Natália Correia.

Pelos Açores passaram Herculano, Castilho, José Estevam e Garrett. Este último, fundador do Romantismo português, confessa ter sido nos romances que na Terceira ouviu à sua velha ama que bebeu a inspiração para se desprender dos clássicos e lançar-se no grande voo romântico.

Mas não só a literatura açoriana deve Portugal personalidades de vulto. Também a acção e o pensamento políticos dali receberam o influxo de teóricos e lutadores que se afirmaram no liberalismo e na implantação da República, sendo o primeiro presidente do regime republicano, que depõe a monarquia portuguesa, o dr. Manuel Arriaga, filho do arquipélago açoriano.

gem das convulsões pseudo-revolucionárias que se precipitavam em Lisboa.

Vida Mundial — Falou em "estado de preservação", o que quer significar uma reincidência nos comentários que fez às crónicas de Vitorino Nemésio no

"Jornal Novo", em Setembro...

J.A. — Pois talvez. E porque não? Vê-se claramente na compilação "Açores-Actualidade e Destinos" (crónicas de Nemésio e os comentários achegados por mim num dos jornais de Angra do Heroísmo) que não pode em nós, açorianos, deixar de ser acompanhado de interrogação cada um dos termos graduados da proposição do nosso sentimento, da nossa inteligência e da nossa vontade — emancipação (?), separação (?), autodeterminação (?), autonomia (?) pura e simples, secessão (?) e, vá lá, para além dos termos relacionados ou omitidos por Nemésio, o "independentismo" ou seja, em neologismo, um estado de alma, uma atitude de espírito representativos de um modo "sui generis" de estar a viver o momento nacional, nos Açores, exactamente onde a Europa se aproxima da América (mas é mais Europa que América) e onde a América apenas se insinua por via luso-americana, à parte, já se vê, a existência, na ilha Terceira, de um gigantesco dispositivo (as Lages). Este, porém, no quadro humano, maior influência não exerce do que qualquer contacto de turistas...

V.M. — "Isso" de América...

J.A. — ... Isso de América resulta, sim, dos luso-americanos, pois as bem instaladas comunidades açorianas nos Estados Unidos e Canadá quiseram apaixonadamente, seguir e apoiar aquele "estado de preservação", intervindo por esse meio subtil que são cartas à família. A intercomunhão de sentimentos e de compreensão a nível estritamente privado deve ter operado como força política actuante, para mais oferecendo a imagem democrática do Novo Mundo em contraposição a outras imagens políticas do exterior. Sem nada ter que ver com as relações Lisboa-Washington.

V.M. — Como encara o aparecimento, nos Açores, de um novo partido, a União Democrática Atlântica?

J.A. — Pela leitura apenas do respectivo projecto de estatutos, que mal pode interpretar, não me é possível senão transmitir ligeiras impressões que, só por acaso, tocarão tangencialmente a verdadeira, a íntima significação do facto do aparecimento da U.D.A.

Observador desprevenido, neste caso desprevenido, mais pergunto: para quê

um novo partido nacional e de origem açoriana? Porquê agora e só agora? Quais as razões para isso, entre os que imaginaram e fundaram a U.D.A., a estabelecerem e lhe querem dar corpo e vitalidade? A que propósito? Importaria, porventura, superar alguma ou algumas situações malsãs, ou tão somente equívocas, prevalecentes para com os Açores, ou nos Açores em relação às pretendidas contrapartes atlânticas desta proposta "união"?

V.M. — Mas voltando à relação Açores/Continente, não será já um caminho de recuperação do entrelaçamento de interesses?

J.A. — Creio que se passou a uma situação de síntese. No entanto, os Açores não podem, para seu bem, prescindir de importação de técnicas e de provocar uma acção de intercâmbio de valores, a vários níveis. Assim o mito do colonialismo por si se desfará.

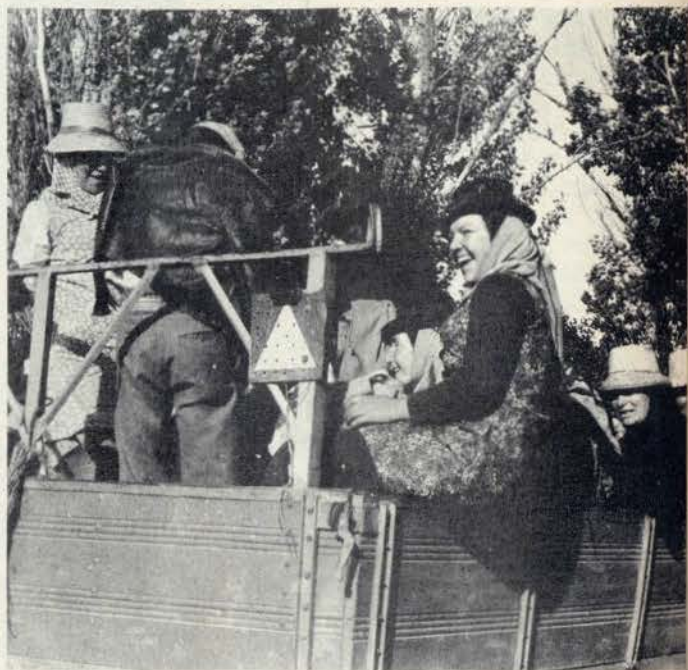
V.M. — Fale-nos, finalmente, de antecedentes que apontassem já para a tendência que se afirma, agora, neste novo partido.

J.A. — Como não sou ninguém na U.D.A., limitei-me a verificar a concretização da tendência integradora que, desde sempre, se insinuou no arquipélago generalizadamente, mesmo entre aqueles que, para os próprios, desejariam feudos territoriais despojados de pluralismo. Essa integração, de resto, era já ponto de honra dos partidos maioritários, de onde me parecer que a U.D.A. poderá exercer especial acção junto daqueles que estavam dispostos a dar tudo por tudo, até de modo extremista, para salvar os teores tradicionais dos Açores, à parte ou não as mudanças sociais que se exigiam e exigem para o arquipélago. Mas isto é outro assunto, sendo sintomática de uma força moral a recente atitude das massas trabalhadoras açorianas e relação à autonomia. Aliás, essa atitude não é desprovida de intenção política sindical e está carregada de imposição social perfeitamente compreensível e defensável.

Na próxima semana

**OS AÇORES VISTOS
PELOS PARTIDOS**

“O POVO PRECISA DA FOME PARA TORNAR-SE CONSCIENTE?”



Textos de CARLOS PLANTIER, MANUELA DE SOUSA RAMA, JOSÉ MACHADO, DIANA ANDRINGA

Fotos de ABEL FONSECA, JOSÉ ANTÓNIO CORREIA, ARQUIVO

O Ribatejo não é o Alentejo. Naturalmente. E, em termos de agricultura e de Reforma Agrária, esta afirmação não se reduz à comparação de uma área de regadio com outra de sequeiro.

No Ribatejo, os jornais apontaram, com frequência, a resistência levantada em algumas zonas às ocupações de terras. Aí, os pequenos e médios agricultores pululam, muitas vezes na forma de rendeiros e seareiros. Além disso, é bem menor a influência e implantação entre os trabalhadores do partido que tem conduzido o processo das ocupações, com todo o seu cortejo de manobras e oportunismos.

Em determinados locais, rendeiros e seareiros opuseram uma resistência tenaz à ocupação das suas terras. Houve confrontações violentas, tiros. No passado Março, a Imprensa noticiava a ocupação da delegação do Centro de Reforma Agrária de Coruche por seareiros que se diziam com direito às terras ocupadas, nos últimos meses de 75, por alguns assalariados. Havia processos entregues no Ministério da Agricultura relativos a cada um dos casos, aguardando decisão. Outros já tinham sido despachados, mandando devolver as parcelas que, segundo a lei, não podiam ser retiradas aos seus cultivadores. No entanto, os seareiros queixavam-se da inação das autoridades. Continuavam sem as terras. Outros, ainda, diziam aguardar a actuação do

Centro para a elaboração dos respectivos processos.

Este, um caso típico do que se passa no Ribatejo, em termos de Reforma Agrária. Com as suas características próprias. Com a sua faceta, que não pode ser identificada arbitrariamente com a de outras regiões. O movimento das ocupações chegara atrasado a esta província. Partindo do Alentejo, onde no Verão de 1975 atingira um ritmo muito acelerado, acabou por fazer-se sentir em Coruche, a partir de Novembro. Havia desemprego e falta de pagamento das jornas entre os trabalhadores assalariados. Tais circunstâncias abriram terreno, por onde se tornou fácil mobilizar os trabalhadores para as ocupações. Hoje, na área abrangida pela competência do Centro local, há

62 mil hectares de terras atribuídas a unidades colectivas de produção.

Sobre os problemas que, de momento, pela aplicação da Reforma Agrária, mais afligem a agricultura ribatejana — mormente no vale do Sorraia, o escol produtivo da região — ouvimos, em sessão conjunta, cinco pessoas. São elas: dr. José Henriques da Silva, médico veterinário, administrador de duas herdades ocupadas; José Fernando Cabecinhas, engenheiro técnico agrário e membro do secretariado da Confederação dos Agricultores Portugueses (C.A.P.); Vítor Vicente, feitor agrícola, gerente da herdade “Formosa”, de capital panamiano; Joaquim Cecílio do Norte, engenheiro técnico agrário, e António Filipe Galveias, ex-feitor de duas herdades ocupadas.

Contrariamente, ao que, em terras do Alentejo, nos foi posto como condição (ver número anterior da “VM”), todos os intervenientes na conversa que mantivemos em Coruche não fizeram qualquer reparo à sua total identificação. Também por isso, como dizíamos anteriormente, o Ribatejo não é o Alentejo. Por ora, ao menos...

Eis a conversa:

VM — Consideram que, na região do vale do Sorraia, era pertinente a aplica-

ção de uma Reforma Agrária?

Vítor Vicente — Acho que sim. De resto, até ao momento presente, ainda não encontrei ninguém que negasse tal necessidade. No entanto, como técnico que sou, considero que, ao contrário do que foi feito, deveríamos, para a nossa Reforma, ter colhido ensinamentos nas experiências já levadas a cabo por esse mundo fora. Uma Reforma Agrária bem conduzida terá de basear-se, sempre, na técnica, no planeamento, herdade por herdade. O que aqui aconteceu, não tenhamos dúvidas, é que as explorações foram ocupadas e, agora, as culturas fazem-se sem qualquer regime. Não há planeamento, não há rotações na adubação, nas mondas químicas, semeia-se trigo onde deveria crescer milho, etc.

A propriedade privada, aquela que, em definitivo, trabalhava a terra em todas as suas potencialidades, deveria ter sido poupada à onda de ocupações que vivemos, ainda recentemente. Nós não defendemos os absentistas, aqueles que, senhores da terra, a não cultivavam; defendemos, isso sim, os que trabalhando-a com técnicas evoluídas, dela extrafiam riqueza, aumentando o potencial económico do País.

VM — Caberia dentro das bases programáticas de uma Reforma Agrária tida como desejável, para Portugal, a tributação progressiva dos rendimentos do sector privado?

José Cabecinhas — Pessoalmente, concordaria com ela. Mais, entendo que qualquer bom empresário não se importaria de pagar um imposto progressivo ao Estado desde que este salvaguardasse o justo rendimento do seu trabalho e, também, algo que lhe permitisse prosseguir no investimento. Vejamos um exemplo, em que os números nada significam de concreto: se um empresário, chegado o fim do ano, apurasse 5 mil contos de lucro, decerto que não se importaria de pagar ao Estado 3 mil contos do "bolo", utilizando o remanescente para investir na exploração e fazer-se pagar, bem pago, pelo seu trabalho. Quanto a mim, um bom gestor, como um bom empresário ou um bom técnico — aquele que sabe tirar da terra o seu máximo rendimento — terá de ser, forçosamente, bem remunerado.

VM — Relativamente ao direito de



António Galveias: "Não posso acreditar na sua competência; veremos os resultados..."

propriedade sobre a terra, que parece ser um dos pontos que mais incitam a abordar a necessidade de uma Reforma Agrária, existem números, dados por certos, pelo Ministério da Agricultura e Pescas, que obrigam a uma reflexão. Dizem eles que 0,6 por cento das cerca de 800 mil empresas agrícolas existentes em Portugal detinham, antes do 25 de Abril de 74, 45 por cento da superfície útil do País. Não será esse um dos factores a levar em consideração para pôr em prática, de urgência, uma reformulação na distribuição da terra?

José Cabecinhas — Para a aplicação daquilo que é habitualmente apelidado de Reforma Agrária, confundiu-se, à partida, explorações apenas rendíveis em regime de monocultura e grande extensão com outras, de capacidade de produção totalmente diferente. Ora isso não pode ser. No Alentejo, por exemplo, não existe aptidão cultural que permita a um indivíduo viver condignamente da exploração da terra, se esta for de reduzidas dimensões. Assim é que eu, técnico agrário, troco, de olhos fechados, 30 hectares de regadio no vale do Sorraia por 700, 800 ou mesmo 900 hectares na serra de Portel.

Isto não pressupõe, de imediato, que os agricultores do Sorraia sejam os grandes privilegiados, mas sim que, por razões específicas, a nossa região goza de prerrogativas que não atingem o Alentejo. Se é facto que, ali, muitos agricultores deveriam ter sido marginalizados — por absentismo deliberado, subaproveitamento da terra ou manifesta incapacidade —, outros existiam que teriam o direito, inalienável, de continuar à frente das suas explorações. Algumas das quais autênticos modelos de agricultura, em todo o País.

Até agora, nunca ninguém se preocupou com o agricultor, nunca nin-

guém veio junto de nós, os técnicos, para saber que rumo traçar para a Reforma Agrária. Tudo tem sido feito nas nossas costas, sem fazer jus às condições específicas de cada zona, com base em leis generalizadas, feitas sobre o joelho. Para mim, a Reforma Agrária deve ter como base, em primeiro lugar, a verificação exacta da capacidade das regiões a que irá aplicar-se, com vista ao aproveitamento integral da terra e ao planeamento do mercado, de forma a que este não seja saturado por alguns produtos, enquanto outros escasseiam irremediavelmente.

A mesma Reforma Agrária aplicada ao Alentejo — já de si tão diferente, de região para região — nunca poderia vigorar aqui no Ribatejo. Razão por que, com todo o vigor, rejeitamos essa Reforma Agrária, ainda em curso. Que de reforma não tem nada e de agrária muito menos; será, quando muito, uma "reforma agarra" — como muito bem se diz agora —, por ter sido "agarrado" tudo aquilo que era bom, sem a menor preocupação com o problema das pessoas que da agricultura faziam vida e que, hoje, tantas delas nada têm com que viver.

Fundamentalmente, com vista a um futuro agrícola possível para este País, o Governo terá de definir-se em termos de apoio à iniciativa privada, à salvaguarda do gestor, para a prossecução de uma política agrícola viável, região por região, nunca generalizada.

"ESTAMPARAM-SE" COM OS SANEAMENTOS

Vítor Vicente — Para responder, ainda, à pergunta que formularam, gostaria de particularizar um pouco mais: existe uma enorme complexidade de explorações distintas — regadio, sequeiro, mista, florestal, etc. — que deruba a lógica dos números apresentados. Para serem verdadeiros, teriam de referir a percentagem correspondente a cada um desses tipos de exploração, pois, como toda a gente sabe, por mais voltas que se dêem, ninguém consegue transformar o arenito em solo de primeira.

José Cabecinhas — Tudo isso é tão complexo, tão importante, que exige o trabalho aturado de toda uma equipa a trabalhar de forma séria e descompro-

metida politicamente. Em tal equipa deveriam participar, obrigatoriamente, representantes da parte empresarial, técnicos governamentais — mas técnicos válidos, não esses “pseudo” que se encontram à frente dos Centros da Reforma Agrária — e delegados dos trabalhadores rurais, desde que conscienciosamente empenhados na construção válida, não pseudo-revolucionária, da produção agrícola.

VM — Gostaríamos que o senhor António Galveias, com mais de 30 anos de experiência agrícola, vivida no sol a sol do amanhã da terra, nos falasse do que tem observado, na prática agrícola desenvolvida após as ocupações.

António Galveias — Não tenho por lá passado, pelas “minhas” antigas terras. No entanto, como erro da Reforma Agrária, aponto o facto de terem sido saneados exactamente todos aqueles que estavam à testa da lavoura, os que deveriam, por serem conhecedores da questão, ajudar essa mesma Reforma. Aí, eles “estamparam-se...”

V.M. — Considera que as pessoas agora postas à frente dessas lavouras são capazes de as fazer andar para diante, com uma produção próxima do desejável, do possível?

António Galveias — Acho que não. Eles, agora, os que estão à cabeça da Comissão, censuram todas as experiências que, ao longo de anos, fui pondo em prática, com excelentes resultados, aproveitando ao máximo o que a terra podia dar, semeando o produto certo na altura certa, para obter o resultado certo. Ora, se sou censurado por eles, como posso acreditar na sua competência? Veremos os resultados...

José Cabecinhas — De resto, as diferenças que, necessariamente, virão a ser sentidas talvez não o sejam desde já, pelo menos nas terras de regadio. Compreende-se: as acções de semear, adubar e gradar foram aprendidas ao longo dos anos e os mesmos que as executavam continuarão agora a fazê-lo, com resultados aparentemente iguais.

O problema não está aí, pois, mas sim na produtividade das herdades ocupadas, nos números que definem essa produtividade. Qual o rendimento actual dessas terras? É isso que queremos saber. Quase todas bem mecaniza-

das, as herdades ocupavam apenas a mão-de-obra necessária, e as receitas, na maioria dos casos, davam para pagar os salários, para a compra de todo o material requerido pelas culturas — sementes, adubos, pesticidas, etc. — e ainda para ir aumentando o investimento.

Agora, com o aumento obrigatório do número de trabalhadores por cada herdade ocupada — e não só nas herdades ocupadas —, com a subida dos salários e a dispersão da actividade laboral, certamente que a receita bruta não chegará, sequer, para pagar os vencimentos. Sim, há o Crédito Agrícola de Emergência, mas quando este se esgotar? ...

A sobrecarga de pessoal imposto pelo sindicato, de consequências tão nefastas, é já visível no simples facto de, hoje em dia, as mulheres terem voltado a ocupar-se de trabalhos que, desde há anos, eram totalmente executados pelas máquinas. A monda e a rebaixa no arroz, por exemplo. É simples o raciocínio dos novos “gestores”: se hei-de ter o pessoal parado, porque ele em número superior ao necessário, então que o utilize em qualquer tarefa...

Vítor Vicente — Na maioria dos países produtores, a cultura do arroz é completamente mecanizada: sementeira feita de avião ou helicóptero, monda por meio de herbicida lançada de avião, tal como a adubação, e colheita também por intermédio de máquinas. É esse, exactamente, o futuro da agricultura, em termos de rentabilidade. E não só no caso do arroz, que ocupa grande extensão aqui no Ribatejo; também a fruticultura pode e deve ser mecanizada, reservando-se a mão-de-obra apenas para a poda e colheita. É

assim que se faz nos países de elevada tecnologia agrícola e, logo, o exemplo que deveríamos seguir.

Ora, em Portugal, em que o 25 de Abril de 74 deveria ter servido para o relançamento da agricultura em bases mais sólidas e de rentabilidade acrescentada, passa-se exactamente o contrário: andamos para trás, afastando-nos, cada vez mais, dos outros países.

O que acontece, então? Que o produto acabado sai actualmente muito mais caro. Não custa a crer, de resto, se pensarmos que herdades que viviam e produziam, no seu máximo, com 5 ou 6 trabalhadores habituais, têm, hoje, 50 ou 60 indivíduos distribuídos, a ganharem regularmente. Assim, sem planificação, sem cabeça, não andaremos, decerto, para a frente. E tanto que a revolução poderia ter feito pela agricultura nacional...

José da Silva — Quando da distribuição maciça do pessoal, no ano passado, apercebi-me imediatamente de que as explorações de que era gerente não poderiam suportar o encargo económico. Convoquei, então, para uma reunião, um delegado do Fundo de Desemprego e os técnicos do IRA, senhores António Basílio e Albano Moreira. Eles verificaram, no local, a situação e foram unânimes em reconhecer que, naquelas condições, o trabalho que se realizava era antieconómico, especialmente grave numa altura em que a principal palavra de ordem governamental era a batalha da produção. Assim, concordaram em que eu despedisse algum desse pessoal que estava visivelmente a mais, avisando o respectivo sindicato.

Só que, dois ou três dias depois, fui chamado à Escola Prática de Artilharia, em Vendas Novas. Aí, o sargento



Vítor Vicente: “Sem planificação, sem cabeça, não andamos, de certo, para a frente”



José da Silva: “Tendo cumprido todas as exigências do CCT, não havia qualquer justificação para as ocupações”



Nos extensos arrozais ribatejanos, onde a máquina já fazia quase tudo, as mulheres voltaram a ocupar-se de algumas tarefas violentas: a monda e a rebaixa, por exemplo. Razão? A sobrecarga de pessoal imposto pelo Sindicato às unidades de produção

Candeias, da equipa do então tenente Andrade da Silva, não me deixou ter dúvidas: afirmou-me saber que as minhas herdades sempre tinham estado muitíssimo bem exploradas, que o trabalho aí praticado, na altura, era, de facto, antieconómico, mas que, não obstante tudo isso, eu teria de manter o pessoal atribuído pelo sindicato. Nestes termos: "Aqui não manda nem o Ministério do Trabalho nem o Ministério da Agricultura; e se o senhor mandar essas pessoas embora nós damos ordem para que as suas herdades sejam imediatamente ocupadas."

Que fazer? Aguentei mesmo todo o pessoal, paguei todos os retroactivos e nunca deixei de ter, a tempo e horas, os salários para os trabalhadores, até ao dia em que ocorreram as ocupações, em 23 de Julho do ano passado. Tendo eu cumprido, custosamente, todas as exigências da CCT, não havia qualquer justificação para a ocupação das explorações de que eu era gerente — Águas Belas e Alegrete, aproveitadas no máximo das suas potencialidades.

QUERIAM ILUDIR O POVO ... E ILUDIRAM-NO

V.M. — Não teve, pois, conhecimento prévio da ocupação das herdades nem justificação posterior da razão por que teriam ocorrido...

José da Silva — Não. Soube delas no próprio dia, por comunicação telefónica, estando eu em Lisboa. Dirigi-me imediatamente à Cova da Moura, onde fui recebido pelo comandante Pinheiro. Este mostrou-se muito admirado com o que lhe contei, uma vez que o Conselho da Revolução tinha dado ordem para cessarem todas as ocupações.

À tarde, segui para Vendas Novas, rumo à Escola Prática. Também aí, o seu comandante, Sousa Teles, evidenciou grande estupefacção: segundo ele, um tal capitão Rodrigues teria seguido, nesse mesmo dia, para a zona do Couço, a fim de impedir novas ocupações. Na realidade, soube-o depois, esse capitão Rodrigues foi o homem que, à frente de uma coluna de 2 ou 3 mil pessoas, ocupou as explorações...

V.M. — Na sua opinião, qual deveria ter sido o papel das Forças Armadas em todo esse processo das ocupações?

José da Silva — Esperava que, ao

menos, tivessem tido bom senso e isenção suficientes para verificarem quais as explorações que estavam completamente dimensionadas e exploradas na sua máxima plenitude. As que eu geria — por essas falo completamente à vontade — estavam-no, tanto na parte de sequeiro como na de regadio.

V.M. — Qual o papel que tiveram — ou deveriam ter tido — os técnicos agrários dos serviços oficiais encarregados da prática da Reforma Agrária? Agiram eles no sentido de tentar preservar as ocupações as unidades agrícolas em exploração perfeita?

José Cabecinhas — Basicamente, com esses técnicos agrícolas — que, salvo honrossíssimas excepções, de técnicos têm muito pouco — passava-se o seguinte: quando o agricultor — fosse ele seareiro, rendeiro ou proprietário — lhes ia pôr concretamente os seus problemas, que pretendiam resolvidos, eles eram extraordinariamente receptivos e pareciam compreender muito bem todas as dificuldades. Depois, por detrás, aqueles que eram vincadamente partidários — para caírem nas graças do povo, que queriam iludir e iludiram — faziam toda uma série de pressões no sentido da ocupação das terras.

Pela sua atitude, mostravam ser uns entes despersonalizados, uns oportunistas, autênticos camaleões, que não se importavam de usar casacas de duas cores.

Uma autêntica irresponsabilidade, aquela que vingou até ao 25 de Novembro, incentivada pela injeção diária, a todo o momento, de revolucionarite aguda servida pela maioria dos órgãos de Informação — Imprensa, rádio e TV —, segundo a qual "o povo é quem mais ordena e vamos por diante..."

Joaquim do Norte — Esta zona foi especialmente afectada pelas ocupações, por estar muito perto do Couço,

de total domínio PCP. Chegado o momento, cá tivemos o senhor Joaquim Canejo, acompanhado pelo capitão Andrade da Silva e por alguns elementos do IRA, para levar a cabo as ocupações.

Em Almeirim, Salvaterra de Magos ou Santarém, tal não aconteceu, por duas razões principais: porque, mais longe do Couço, os sindicatos estavam menos manipulados e, ainda, dado que pertencem a outra Região Militar, a de Santarém, onde, pela disciplina e sentido patriótico das suas tropas, as coisas têm decorrido de forma diferente.

Aqui, na nossa região, se não foram ocupadas mais herdades foi porque, com a chegada do 25 de Novembro, o tempo lhes faltou. E também porque a movimentação da nossa Associação de Agricultores, integrada na CAP, lhes deu conta da força real de que dispomos.

José Cabecinhas — Reforçando o que disse o Joaquim do Norte, considero de extrema importância a criação da Associação de Agricultores de Cornuche e da CAP. Integramo-la porque



Joaquim Norte: "Os trabalhadores andam desorientados, sem saber exactamente que fazer"

achamos que defende os interesses dos agricultores portugueses, senhores, eles também, de ter a sua associação, o seu "sindicato", o seu organismo de classe. Isto, embora cada um dos membros da Associação possa ter interesses diferentes dos dos outros: é natural que os interesses do seareiro de um hectare seja diferente dos do rendeiro de cem ou do proprietário de mil.

Não obstante seja difícil tentar despertar nas pessoas uma mesma consciência de classe, quando os seus interesses são tão divergentes, certo é que a Associação de Coruche — que, ingenuamente, também já foi em falsas promessas — conseguiu, de alguma maneira, obstar ao processamento do resto das opções possíveis. Se não fosse ela, talvez neste momento já todo o vale do Sorraia estivesse ocupado.

Houve, também, com o 25 de Novembro, a tentativa de criar um pouco mais de disciplina, apesar de continuarem a existir as indefinições, os pseudotécnicos e todos aqueles que, movidos pela tal revolucionarite aguda, permanecem de agulhão em riste para picar o andamento das coisas.

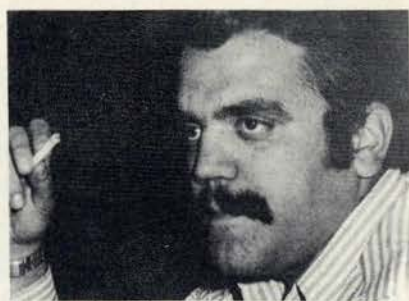
Como tudo se resume, afinal, em última instância, a uma questão de bom senso, apelamos para que as pessoas venham ao diálogo, que nós estamos prontos a estabelecê-lo, seja com quem for.

Só condenamos o Ministério da Agricultura e Pescas por não ter querido dialogar com os agricultores. O MAP enferma de uma partidarite que nenhum ministério pode ter. Ele deverá ser essencialmente técnico e não político, independentemente da filiação partidária do senhor ministro Lopes Cardoso. Ele não pode aplicar, em Portugal, aquilo que leu na cartilha do seu exílio. Ele, que esteve na Argélia, deve saber perfeitamente que, nesse país, já começaram a entregar as terras, de novo, à propriedade privada.

V.M. — Mais do que isso, Lopes Cardoso fez parte da equipa que estudou e pôs em prática a Reforma Agrária, na Argélia...

José Cabecinhas — Sim, e essa Reforma Agrária falhou. Tal experiência deveria tê-lo levado a não persistir aqui, no mesmo erro.

Vítor Vicente — Tanto quanto se diz, existem apenas dois animais que caem duas vezes no mesmo erro: um é



José Cabecinhas: "O que andamos a fazer é mesmo mendigar, uma vez que não oferecemos quaisquer garantias"

o homem, o outro é o burro...

Há muita gente que critica a Associação de Agricultores. E eu pergunto: então, que fazer? Íamos aos bombeiros, ou ao farmacêutico, ou ao médico? ...

Desapoiados pelos militares, marginalizados pelo Ministério, só nos restava a esperança de, integrados na CAP, defendermos, por seu intermédio, os nossos legítimos direitos.

V.M. — A CAP é frequentemente acusada de manter relações estreitas com "tenebrosas forças reaccionárias"...

Vítor Vicente — Nós, que também lemos os jornais, sabemos disso. Só que, nós, agricultores, homens do campo, de política pouco percebemos. De qualquer forma, se o que dizem tivesse acontecido, talvez as coisas tivessem decorrido de forma diferente...

Não nos interessa a aproximação da CAP em relação a qualquer partido, antes que ela defenda os legítimos interesses de quem representa: seareiros, rendeiros e proprietários. O resto é política e dela estamos nós fartos...

V.M. — Duvidamos é que o problema da agricultura, em Portugal, consiga divorciar-se do problema político geral.

José Cabecinhas — Sim, é verdade. De qualquer forma, acho que a CAP foi extraordinariamente ingénua por não se ter deixado apoiar por qualquer dos partidos que dizem controlá-la. E ela é ingénua exactamente por não ser política. Mas a CAP tem de tornar-se, forçosamente, política. Chegou mesmo à seguinte conclusão: os partidos que poderiam apoiá-la, os partidos democráticos, não quiseram ou não puderam fazê-lo, por falta de força suficiente; assim, os agricultores têm de, em conjunto, desligar-se totalmente dos

partidos.

A CAP com todas as suas associações que tendem a aumentar tem de, uma vez por todas, tomar as suas decisões, sem estar à espera que os partidos se pronunciem, uma vez que não são eles que vão resolver os nossos problemas. Concretamente, queremos é que a CAP tome posições claras, que obrigue o Governo a ir atrás dos nossos legítimos direitos. Se nos demonstrarem que estamos errados, tentaremos corrigir-nos. Lutaremos, entretanto, pela tal justiça, pela tal razão, pela definição exacta do papel da iniciativa privada neste país.

Temos como situação real a de que o investimento na agricultura, em Portugal, neste momento, é igual a zero. Naturalmente, uma vez que o futuro é muito nebuloso quanto a esse aspecto. O Estado disse que ia reajustar, reentregar terras injustamente ocupadas, para o que se apressou a criar uma comissão de análise. No entanto, até agora, nada mais tem havido do que balelas.

O próprio ministro da Agricultura e Pescas tem feito publicar nos jornais anúncios pagos, em que convoca seareiros de Coruche para receberem as terras. Quando eles, desde que houve as ocupações, mais não fazem do que caminhar para o Ministério, diariamente, numa tentativa de resolver a situação. Continua a querer-se iludir o povo e a mentir-se-lhe...

V.M. — Mas, na prática, essas entregas não têm estado a ser executadas?

José Cabecinhas — Nada. Fizeram aqui um pequeno "toque", deram algumas parcelas, julgo que para fazer o jogo do PS: 30 hectares que, perto de aqui, no Couço, foram distribuídos a 10 indivíduos, por acaso até filiados naquele partido; entregaram mais uma ou outra pequena courela, sem importância, e têm andado na "jogada" de querer entregar terras. Não nos locais que deviam, ao contrário do prometido, mas sim em propriedades que não estão ocupadas. O que, na realidade, constitui novos processos, estes diplomáticos, de novas ocupações... Hoje em dia, é mais fácil chegar ao pé de um indivíduo sozinho e, com a persuasão das forças da ordem, obrigá-lo a entregar porções da sua propriedade, do que ir a uma unidade colectiva de produção e dizer aos trabalhadores ocupan-

Reforma agrária

tes que têm de lá sair.

V.M. — Voltemos ao senhor Galveias. Quando ficou sem emprego, após uma vida de trabalho, por ter sido "saneado", quais as perspectivas que se lhe abriram, para refazer a sua existência?

António Galveias — Vi-me aflitíssimo, eu que já tenho 37 anos de trabalho no campo. Resolvi ir para Lisboa, onde tenho algumas pessoas de família, para ver se arranjava alguma coisa. Nas obras, por exemplo. Mas não, logo que viam que eu era do Couço, ninguém me arranjava trabalho. Nem nas obras nem para lavador de carros, nada. Tive foi a sorte, que nunca esperei, de o meu antigo patrão, ainda na posse de umas territas que não lhe roubaram, voltar a convidar-me para seu empregado...

V.M. — Uma vez que, na região, coexistem propriedades de iniciativa privada e outras em regime de gestão colectiva, gostaríamos de saber de que forma funcionam umas e outras.

Joaquim do Norte — Nas propriedades privadas, ainda que com dificuldades, os trabalhos estão a decorrer o melhor possível, já que tudo foi feito a seu tempo e com os cuidados necessários, como habitualmente, de resto. Enquanto assim é, nas terras ocupadas, pelo contrário, mercê de enormes quebras internas, os trabalhos estão atrasadíssimos. Os trabalhadores andam desorientados, sem saber exactamente que fazer, na falta de uma pessoa, de um técnico que os oriente. Conheço casos de indivíduos que foram ao Centro da Reforma Agrária pedir indicações concretas sobre determinadas práticas culturais, tendo-lhes sido respondido: "Vocês, que lá estão, é que sabem o que devem fazer; resolvam vocês..."

V.M. — Qual, então, o papel dos técnicos do IRA em todo esse processo?

José Cabecinhas — Eles são, sobretudo, partidários. O que é PS é inimigo do que é PC, e vice-versa. Quezilas e passa-se a vida nisto...

Voltando ao aspecto, julgo que o mais importante de todos, da superlotação de trabalhadores nas herdades, nele assentam, basicamente, as maiores dificuldades actuais da agricultura no vale do Sorraia. A superlotação, a não

especialização, quase generalizada dos operários agrícolas, a falta de gestão, lançam as empresas numa situação que poderá ser irremediável. E não são os trabalhadores, de facto, que têm as culpas maiores. Se, pouco ou quase nada sabendo fazer, têm a certeza de, mensalmente, receber um ordenado razoável, não se lhes pode pedir que desistam dele...

Não há é ninguém que se responsabilize, que explique para onde vai o dinheiro do povo, que deite contas à rentabilidade a esperar daquelas herdades. O futuro será, então, continuar a perder, na esperança de que o estrangeiro nos diga de novo: "Tomem lá, mendigos, mais meia dúzia de tostões..." Sim, porque o que andamos a fazer é mesmo mendigar, uma vez que não oferecemos quaisquer garantias. Na realidade, se não oferecermos garantias ao investidor nacional, como dá-las ao investidor estrangeiro? Eles sabem isso muito bem, mandam-nos dar uma voltinha e aconselham-nos juízo, até sermos realistas, honestos e justos.

Importante seria saber-se exactamente, neste momento, quais os preços de custo real dos produtos agrícolas. Mas como sabê-lo, se nem as contas das empresas nacionalizadas — quer na Banca quer em outros sectores — foram tornadas públicas? Os próprios Centros da Reforma Agrária, como as delegações do Crédito Agrícola de Emergência negam-se a prestar esclarecimentos quanto a dados numéricos verdadeiros.

Todos os números que pudéssemos apresentar-vos teriam sido por nós elaborados sobre o joelho, sem a garantia da sua total autenticidade. Se bem que

conheçamos a média de produções por hectare dos diferentes tipos de cultura da região, qual o custo da tonelada de adubo e do litro de gasóleo, qual a jorna correspondente a cada trabalhador rural e os seus efectivos — o que nos permite fazer cálculos bastante aproximados — nunca as nossas contas poderão ser definitivas. Para que o sejam, daqui apelamos ao senhor ministro Lopes Cardoso, no sentido de que ele, antes da entrada em funções do Governo definitivo, preste contas ao País da sua gestão, fazendo o historial da revolução agrária nestes dois últimos anos. Porque não o fez o ministro? ...

FUTURO: INFLAÇÃO GALOPANTE

V.M. — Que prever, então, a curto e médio prazo, para a agricultura desta região?

José Cabecinhas — Não só para a agricultura desta região como para a agricultura deste país, o futuro imediato será de inflação galopante. Irremediável, se o próximo governo, já definitivo, não tomar uma atitude consciente, voltando a dar iniciativa ao sector privado, acabando com o Crédito Agrícola de Emergência e exigindo das unidades colectivas que restarem total responsabilidade face aos encargos que assumirem. De outra forma, sem medidas realistas deste tipo, a agricultura portuguesa não tem qualquer viabilidade. Acabar-se-á o empréstimo estrangeiro, esgotar-se-ão as reservas de ouro e deixaremos de ter, em definitivo, algo que o povo vai precisar da fome, da miséria, para tornar-se consciente?

Queremos crer que não...

"Nas propriedades privadas, ainda que com dificuldades, os trabalhos estão a decorrer o melhor possível, já que tudo foi feito a seu tempo e com os cuidados necessários, como habitualmente, de resto"



José Manuel Casqueiro

"LOPES CARDOSO ESTÁ TRAUMATIZADO"

Geralmente acusada de reaccionária, com uma invulgar capacidade de mobilização de aderentes, a Confederação dos Agricultores de Portugal (CAP) é uma das organizações mais faladas deste país. O seu secretário, José Manuel Casqueiro, é acusado, por alguns quadrantes políticos, de estar ligado ao MDLP, e afirma-se "conservador, é certo, mas democrata". O facto é que a CAP tem peso neste país de agricultores e que o seu secretário-geral tem, pelo menos, o peso que a organização lhe confere. Por isso, quisemos ouvi-lo sobre as suas posições em relação à reforma agrária e à política governamental neste sector.

VIDA MUNDIAL — Qual a sua posição em relação à reforma agrária?

JOSÉ MANUEL CASQUEIRO — A minha posição insere-se dentro dos princípios que a CAP sempre tem defendido: aceitar a lei das expropriações, alterada de forma a ser viável e não cometer os erros de injustiça que comete, tendo como base a capacidade de uso do solo e não interferindo no investimento efectuado pelo agricultor, nesse terreno.

Haverá agricultores que, com certeza, terão dificuldade em adaptar-se a esta situação, mas a grande maioria irá, com certeza, apoiar um projecto viável de recuperação de todo o sector agrícola.

Referiu-se, seguidamente, José Manuel Casqueiro, àquilo que, para ele, é o aspecto mais grave na reforma agrária: a questão da protecção aos pequenos e médios proprietários:

J.M.C. — Pela actual legislação, valorizando os investimentos feitos pelo agricultor e tendo como limite máximo o rendimento colectável, pode haver agricultores que ficam com áreas grandes e que são os que não trabalharam a terra e tiveram, no passado, uma actuação que deixou muito a desejar. Em contrapartida, vai-se eliminar, reduzindo-lhes substancialmente a dimensão das propriedades, aqueles que mais trabalharam, mais produziram e investiram.

Parece até oportuno referir que, se

José Manuel Casqueiro: A actuação da CAP tem sido extraordinariamente positiva, possibilitando a correcção de muitas injustiças que tinham sido cometidas contra pequenos e médios agricultores



quisermos fazer uma análise honesta em relação às injustiças sociais que existiram no passado, fácil será concluir que foram os agricultores que mais investiram aqueles que mais postos de trabalho criaram, melhores regalias sociais e melhores salários deram aos seus trabalhadores, pois que eram esses que mais rendimento tiravam da terra e que melhores condições tinham para praticarem melhores salários e conceder algumas regalias sociais.

CORRECÇÕES NA PONTUAÇÃO

Segundo Casqueiro, o ideal seria, portanto, "... estabelecer um limite de

propriedade não baseado somente no rendimento colectável, mas partindo de um mínimo de determinado tipo de solo, com a sua capacidade de uso, de forma a garantir uma empresa agrícola de acordo com a dimensão humana do empresário (comparticipação activa do agricultor). Para tal, deveria haver correcções na actual pontuação, de forma que se estabelecesse um critério homogéneo de pontuação para terras de igual capacidade, na mesma região, não sendo tomados em conta os investimentos realizados ou as culturas temporárias (pomares, vinhas, etc.).

Como existem diferenças de concelho para concelho, de acordo com a idade do cadastro, dever-se-ia fazer uma correcção de forma a estabelecer um critério uniforme, evitando que possa acontecer que uma vinha que está dividida em dois concelhos tenha,

por exemplo, uma parte em que um hectare atinja uma pontuação de 860 pontos e, os restantes, uma pontuação de 3900 pontos por hectare. Isto, tratando-se da mesma vinha, com a mesma idade e em terreno igual.

V.M. — E quanto aos limites máximos de terreno, aceita os que são indicados?

J.M.C. — Toda a legislação sobre expropriação de terras acentuou num plano económico apresentado pelo ministro Melo Antunes, em que se limitava a posse superior a 500 hectares de sequeiro e 50 de regadio. Posteriormente é que foi estabelecida a base de pontuação pela qual esses limites passaram a ser bastante inferiores. Não es-

Reforma agrária

tou de acordo que esse limite seja apontado somente em função do número de hectares mas, como já referi, que seja feito segundo a capacidade de uso do solo, considerando apenas a terra nua, tendo por base máxima os 50 hectares de regadio, a partir do qual deveriam ser feitas as correcções relativas ao sequeiro. Quanto ao limite máximo de 700 hectares, estou de acordo.

V.M. — Mas opõe-se às expropriações? ...

J.M.C. — Não. Mas penso que deviam ser feitas gradualmente. Ora o que acontece é que estava planificado, primeiro, a expropriação de 900 mil hectares e já se encontram ocupados mais de 1 150 000 hectares... Penso que a lei das expropriações é indispensável a uma verdadeira reforma agrária e sou a favor da nacionalização das terras úteis.

V.M. — Como se referiu às ocupações, falemos sobre elas. Pensa que as terras ocupadas devem ser desocupadas?

J.M.C. — Penso que se deve proceder à desocupação só das propriedades mal ocupadas, e que deve ser feita uma reestruturação de algumas unidades colectivas de produção, de forma a permitir a entrega dessas terras aos agricultores cujas propriedades foram indevidamente ocupadas.

V.M. — Atendendo a que a maior parte dos trabalhadores rurais que ocuparam essas terras as consideram justamente ocupadas e não estão dispostos a abandoná-las, devo compreender que preconiza soluções de força, actuação da GNR, dos militares?

J.M.C. — De forma nenhuma! Não sou partidário desses métodos violentos. Mas como as unidades de produção que não forem devidamente apoiadas, quer sob o ponto de vista técnico quer social quer económico, irão sentir consequências desastrosas a médio prazo, poderão os trabalhadores vir a sofrer um grande desencanto e a abandonar a terra, logo que consigam postos de trabalho noutras actividades, construção civil ou indústria.

COOPERATIVAS: MERO PROCESSO POLÍTICO

V.M. — Ou seja, em vez da força das armas, a força da fome... Pelos vistos,

não gosta de cooperativas...

J.M.C. — Eu não estou é de acordo com o processo desencadeado na constituição das cooperativas, pois este transformou-se em mero processo político e resultou de uma apropriação ilegal de bens e terras.

Esse processo, profundamente anarquizante pela dinâmica que impôs não permitiu o indispensável apoio técnico e organizativo. A curto prazo, esses inconvenientes não são sentidos, mas serão a médio. Como atrás expliquei, as cooperativas exigem grande apoio estatal e os seus trabalhadores passaram a ser, em alguns casos, funcionários públicos de uma empresa estatal. Isso terá que ser corrigido a médio prazo e as cooperativas terão que passar a viver do rendimento que produzam e a ter gestão capaz. Aquelas que não tiverem capacidade de gestão, que não tiverem apoio técnico e que tenham um número de trabalhadores superior às suas possibilidades, terão uma situação extremamente delicada, a médio prazo. Sou dos que acreditam num claro aumento da área cultivada nesta campanha, o que, de forma nenhuma, significa que isso seja correcto, pois foram cultivadas terras que não o deviam ter sido que não têm capacidade, e não se fizeram, em muitos casos, as rotações de culturas que tecnicamente são aconselháveis.

Temos ainda que considerar que estamos em presença de um ano agrícola para terra de sequeiro e que tem sido extraordinariamente bom para cultura de cereais. Ainda é cedo, no entanto, para conhecer em definitivo o volume das colheitas, pois estas estão dependentes da evolução climática que até lá for ocorrendo. Em relação ao sector da pecuária, houve efectivamente uma

redução bastante sensível, que, esperamos, venha a ser recuperada.

V.M. — A CAP, a que o senhor pertence, é muitas vezes identificada com a direita fascista e por vezes com o MDLP. Gostaríamos de ouvir a sua posição a este respeito.

J.M.C. — Foi dada da CAP uma imagem que convinha a determinadas forças que pretendiam estabelecer uma certa identificação com forças de direita e extrema-direita, com uma origem de perfeita actuação contra-revolucionária. No entanto, bastará que os portugueses olhem calma e friamente para as posições que a CAP sempre defendeu, para concluir que estivemos, acima de tudo, empenhados numa via democrática, acreditando no processo eleitoral.

Desta forma, os agricultores da CAP só uma única vez tomaram uma posição de força, cortando as estradas, no dia 24 de Novembro. Mas disso só colheram proveito as forças democráticas, uma vez que tal actuação talvez tenha contribuído para fazer gorar o golpe antidemocrático do 25 de Novembro. Para além disso, limitámo-nos a uma crítica à lei das expropriações e a pretender estabelecer o diálogo com o Governo, como aliás aconteceu, defendendo sempre os interesses dos agricultores, quer no estabelecimento de preços justos para os produtos agrícolas quer exigindo a entrega das terras indevidamente ocupadas.

Parece-nos que, se fizermos um balanço da actuação da CAP ao longo deste processo, teremos de concluir que a sua actuação foi extraordinariamente positiva, possibilitando a correcção de muitas injustiças que tinham sido cometidas contra pequenos e médios agricultores, e que permitiu que se

O tabaco cresce nas terras do Sorraia. A nova cultura já passou da fase de ensaio para a de cultivo





A rega é uma característica ds principais culturas do Ribatejo

estabelecesse um amplo diálogo acerca da reforma agrária e se tivesse parado com o processo que vinha sendo seguido, de ocupações selvagens, o que irá permitir disciplinar a reforma agrária sem grandes convulsões, para que a sua legislação seja discutida e aprovada pela Assembleia da República.

Fomos vítimas de alguns boicotes promovidos por forças que não aceitam a democracia e, como tal, não compreendem que temos de ter direito a reunião e associação. Conseguimos, durante este período, desenvolver uma actividade intensa, na formação de associações de agricultores totalmente apartidárias, que continuaremos a promover. Esperamos que o futuro Governo tenha uma actuação independente em relação às associações de agricultores, não interferindo na sua constituição e organização, como acontecia com o regime corporativo ou como aconteceu no gonçalvismo, no qual, em vez de se extinguir o corporativismo, pelo contrário, foi reforçado e posto ao serviço do partido.

NÃO SÓ DOS EXILADOS...

V.M. — Falou agora de esperança na política do próximo Governo. Ora, o próximo Governo será PS ou, pelo menos, maioritariamente PS, como o ministro Lopes Cardoso, com quem a CAP tem tido alguns diferendos... Tem

também esperanças no ministro Lopes Cardoso?

J.M.C. — O sr. ministro Lopes Cardoso teve, ao longo de todo este processo, uma posição extraordinariamente difícil; teria sido facilitada se se tivesse mostrado mais maleável, o que poderia ter permitido relações diferentes com a CAP e os agricultores. Isto trouxe como consequência uma desconfiança bastante grande por parte da maioria dos agricultores.

Sob o ponto de vista pessoal, penso que o engenheiro Lopes Cardoso está profundamente traumatizado pelo lon-

go exílio que teve e que isso traz como consequência uma certa irascibilidade e intransigência. No entanto, penso que este país não poderá ser só das pessoas que estiveram exiladas, que não são só elas que têm direito a falar e a expor as suas ideias, e que terá de ser de todos os portugueses que cá quiserem trabalhar, colaborando, portanto, na construção de uma sociedade mais justa, livre e democrática. Não duvido, no entanto, que esses sejam também os objectivos do engenheiro Lopes Cardoso.

Unidades colectivas

TODA A DIVERGÊNCIA É ATENTÓRIA DA "NOVA ORDEM"

Apesar de não se tratar de um meio tão favorável como o Alentejo, foram inúmeros os casos de ocupação de terrenos (de que a lei não permite a expropriação) no vale do Sorraia. A direcção do Centro de Reforma Agrária, na altura, dizia abertamente que "galgava por cima da lei" para sancionar aquela actuação. Interesses políticos em jogo. Estava-se no período da instabilidade máxima, nas vésperas do 25 de Novembro...

Substituída a direcção do Centro, os agricultores e, entre eles, os seareiros lançam-se em movimentações exigindo a devolução dos terrenos. "Os mais contra são os grandes seareiros", afirma o delegado sindical Domingos Martins, referindo-se àqueles que contestam as ocupações.

No Centro, aquele movimento é interpretado como injustificado. Segundo dados postos à nossa disposição, do grande número que havia sido aventa-

Reforma agrária

do em Março, como sendo o dos seareiros que teriam direito a terra, só 30 eram de facto seareiros. Outros, que atingiam um número diminuto, já dispunham de terra noutros locais, onde eram rendeiros. Estes valores foram obtidos depois de o "Centro" ter aberto as inscrições para o efeito. O Centro reservou terra para os seareiros ilegalmente desapossados, como já tinha feito antes das confrontações de Março. Hoje é a própria direcção do Centro a garantir que há tentativas de manipulação de agricultores feitas por elementos que, de facto, não têm direito legal sobre as terras que lhes pertenciam.

Todos os dias, na delegação em Coruche do Centro de Reforma Agrária, um pequeno número de seareiros (ou agricultores) insiste no andamento dos seus casos. "São 600 aqueles que ficaram sem terra", diz-nos um deles, referindo-se, certamente, a todos os casos existentes na região, contando com aqueles que a lei prevê serem expropriáveis. Queixam-se que não têm terra. Que ficaram sem trabalho. Mas a onda de protestos que há dois meses se levantou já não é hoje visível.

Entretanto, o Centro procedeu à restituição de parcelas, no sentido de



Domingos Martins, delegado sindical da Cooperativa União dos Camponeses: "Senti passar sobre o carro e pela rama dos sobreiros cinco tiros de carabina." O alvo era ele

satisfazer os justos anseios dos pequenos camponeses desprovidos de meios de subsistência. Trata-se de rendeiros e seareiros que ocuparam já as suas novas parcelas e que nem sempre são bem vistos pelos condutores das ocupações. Esta hostilidade, aliás, é bem perceptível e constitui um bom indicador de certas intenções.

Disse-nos Domingos Martins da Cooperativa União dos Camponeses: "Eu era seareiro há seis anos, mas como a minha ideia não era de servir aquela via de exploração, larguei-a, lar-

guei-a no ano passado. Em 1975, deixei de fazer searas."

No Ribatejo, as culturas do tomate e do melão trazem muitos camponeses a trabalhar durante a Primavera e o Verão. Eles tomam uma parcela de arrendamento nos meses que duram as culturas. São os seareiros. Geralmente a mão-de-obra é constituída, sobretudo, pelos membros da família, podendo meter em determinadas alturas na colheita, por exemplo, assalariados. Também há seareiros que vivem do trabalho dos assalariados agrícolas. Eles



Monda química, por meios aéreos, nos arrozais do Sorraia.

próprios não participam na produção. Mas o seu número é reduzido, comparado com o daqueles que constituem as explorações de tipo familiar.

Os seareiros são gente de trabalho. É uma vida dura, levada muitas vezes fora da sua casa e da sua terra — as parcelas são arrendadas nas regiões mais diversas e a sua disponibilidade obriga a essas mudanças. Por isso, os

seareiros não eram encarados como exploradores pelos trabalhadores agrícolas. E alguns, hoje activos ocupantes de herdades, também eram eles próprios seareiros. Actualmente, a coisa é diferente.

OCUPAÇÕES: ENQUADRAMENTO RÍGIDO

As ocupações foram feitas na maioria dos casos através de um enquadramento rígido dos trabalhadores por parte dos elementos que dirigiam as operações. Há uma nítida preocupação em controlar os acontecimentos e em deter a chefia da unidade colectiva que se irá formar. Nessa perspectiva, toda a oposição, toda a divergência é atentória da "nova ordem". Daí que tudo aquilo que possa contestar a dominação desses elementos e dessa linha, seja violentamente atacado e identificado ao inimigo tradicional do camponês: o latifundiário todo-poderoso. E isso acontece frequentemente com os pequenos e médios agricultores, os quais, pelos seus hábitos, pela sua mentalidade, desejam manter as suas parcelas, rejeitando a integração nas unidades colectivas de produção, a que, muitas vezes, os querem forçar. Mas a lei diz que eles têm direito a conservá-las. E os ocupantes, ou antes, aqueles que manejam os cordelinhos das ocupações, empurram-nos sistematicamente para fora das terras, enquanto vão fazendo declarações de fidelidade à justiça da causa dos pequenos camponeses.

Em Coruche, também aconteceu assim. O "Centro" viu-se na circunstância de ter que proceder à readmissão de seareiros em terras ocupadas por unidades colectivas de produção. Alguns já se encontram a trabalhar. Mas outros "protestantes", embora tendo terra marcada e reservada pelo Centro, não retomaram o labor. Adivinha-se aí, pelo menos em certos casos, o receio de hostilidades. Os responsáveis do Centro afirmam já não poder fazer mais nada.

Reservada a área, cabe aos interessados ocuparem-na e começar a trabalhar. Se houver impossibilidade, devem estes recorrer à GNR a fim de esta fazer cumprir a lei. "Nunca trabalhei diante da Guarda nem pretendo trabalhar", assevera um agricultor nessas condições. E acrescenta: "No outro regime nunca o fiz. Não quero ir, de qualquer maneira, contra os camaradas de trabalho. Se eles erraram, eu não caio agora nos mesmos erros. Quem os obrigou a lavar os erros, acho que os deve esclarecer... para agora chegarmos a um entendimento, de modo que isto chegue para todos." Os agricultores devolvem as denúncias que lhe são dirigidas por determinados ocupantes. Referindo-se ao ex-seareiro e actual delegado sindical, afirmam ser este "o chefe de umas cinco ou seis herdades", herdades onde já nem sequer trabalha — "anda só de carro de um lado para o outro".

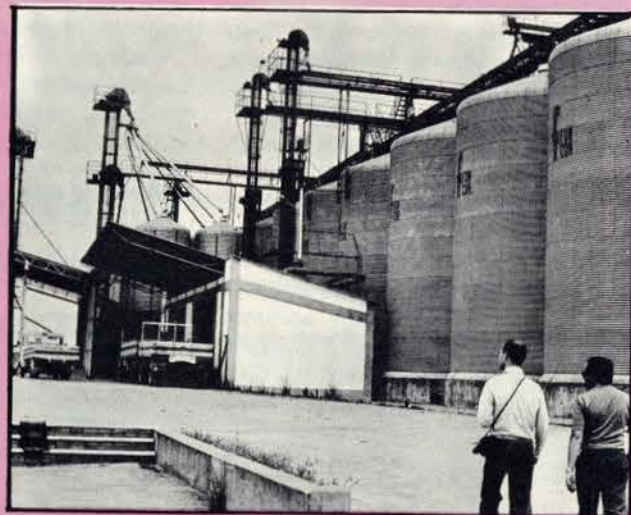
Estes novos dirigentes, tão duramente já criticados pelos trabalhadores agrícolas em certas zonas e cooperativas do Alentejo, são o alvo preferido dos agricultores com direito a terra, mas dela desapossados. "Quem manda aqui nesta zona não é o Centro de Reforma Agrária. As ordens são dadas pelos homens do Sindicato", alertam os agricultores entalados entre as posições do Sindicato e os seus apoios, por um lado, e o Centro, por outro, cujo papel, aliás, se restringe, grande parte das vezes, em tentar reparar os "excessos" cometidos. E, entretanto, a política de tentativa de marginalização destes estratos intermédios, que a actual situação política pretende impedir, dentro do quadro das instituições que caracterizam a democracia na Europa Ocidental, continua a campear. Em nome da construção de uma "democracia a caminho do socialismo".

"Cooperativa" NA AMÉRICA NÃO HÁ MELHOR

Um dos mais sérios obstáculos ao desenvolvimento da produção agrícola reside nos estrangulamentos registados no escoamento dos produtos. Os produtores, em grande parte dos casos, não têm possibilidades de colocar os géneros no mercado em condições vantajosas, nem promover a sua transformação. Em Monte da Barca, na região de Coruche, ergue-se um complexo industrial visível à distância por entre as culturas que semeiam o chão plano. É um dos melhores aparelhos complexos do País.

Todo o Ribatejo está semeado, melhor ou pior segundo as diversas regiões, de unidades transformadoras de produtos agrícolas. Mas não chega. O desenvolvimento da produção de géneros alimentares de que o País tanto precisa — só o

Silos na Cooperativa Transformadora dos Produtos Agrícolas do vale do Sorraia. Sem infra-estruturas, o aumento da produção agrícola ficará irremediavelmente comprometido.



ano passado importaram-se 25 milhões de contos de mercadorias necessárias à alimentação dos portugueses —, e que a Reforma Agrária terá de satisfazer, não poderá vingar se se ficar pela reestruturação fundiária. O tomate apodrecerá se

não houver transporte acondicionado para as grandes quantidades produzidas e se faltarem linhas de produção de concentrado, no próprio local. O arroz necessita de silos que o mantenham em condições de conservação, a temperatura e humida-

de sustidas dentro de determinados limites.

Na Cooperativa Transformadora dos Produtos Agrícolas do vale do Sorraia os sócios entregam a sua produção para escoamento e adquirem produtos necessários ao cultivo da terra. A maior central de descasque de arroz do País. Adega com processamento mecânico e enchimento semiautomático das garrafas. Fábricas de concentrado de tomate, plenamente automatizada — os americanos não têm melhor. Linha de produção de conservas de fruta.

Em terrenos anexos, trabalhadores cuidam dos viveiros — pessegueiro, tomate, tabaco. Há também cultura própria de tabaco.

"A única possibilidade de desenvolvimento da agricultura em Portugal é a formação de complexos agro-industriais", afirma o eng. Canadas, membro da Comissão Administrativa, mostrando o exemplo desta cooperativa. Os produtos são comercializados com marcas únicas o que facilita a sua colocação, sobretudo no que diz respeito à exportação.

Reforma agrária

AUMENTO DE PRODUÇÃO É COMPENSADOR?

Uma grande batalha verbal se trava em torno dos resultados da Reforma Agrária em termos de aumento da produção agrícola e da delapidação dos recursos. As actuais unidades colectivas de produção estão confiantes, pela boca dos seus responsáveis, no acréscimo acentuado da produção. Segundo o delegado sindical Joaquim Pinto, deverá haver um aumento de 80 por cento na área semeada em trigo, relativamente ao ano transacto. Há também mais área semeada de arroz, produto que tem uma posição destacada nas importações nacionais de géneros alimentares. Quanto ao tomate e ao milho, as perspectivas não são tão animadoras, devido à crise do mercado internacional, no que respeita ao primeiro daqueles produtos e à falta de água para rega. Na Cooperativa União dos Camponezes, projecta aumentar-se a área de regadio para mais do dobro ainda este ano. Trabalhavam lá, no tempo do antigo proprietário, entre 14 e 20 trabalhadores contra 65 que aí se encontram hoje e que, mesmo assim, "não

dão conta do trabalho". Foram desbravados terrenos que há 20 anos não eram cultivados.

As estatísticas oficiais, à escala nacional, apontam para colheitas superiores às do ano passado. São estimativas feitas na base da área semeada e outros factores condicionantes. Os seareiros e outros agricultores, assim como alguns técnicos, afirmam que a questão está em saber se esse aumento foi con-



Mecanização da agricultura: uma necessidade imperiosa.

seguido de forma compensadora para o País. Em Coruche, há quem diga que não se conseguirá sequer qualquer aumento, o que se afigura improvável. O problema da má administração e do desleixo é por vezes acentuado pelos desapossados. Outros põem o dedo na ferida: para a produção total que se prevê, quais foram os investimentos, quais os gastos totais que contribuíram para esse montante?

"Centro" FALTA DE MEIOS

A delegação do Centro de Reforma Agrária em Coruche é o espelho das lutas que se têm travado, na região, em torno do processo de ocupação de terras e das expropriações. Várias vezes invadido, umas vezes de forma mais "ordeira" que outras, foi selado por quinze dias em Março passado por exigência dos seareiros e agricultores descontentes com o encaminhamento dos seus assuntos. Numa região em que existem classes intermédias, com um relevo inegável, entre os grandes proprietários e os assalariados, e em que as forças que conduzem as ocupações se mostraram particularmente activas, atingindo os interesses e até os direitos dessas classes, o "Centro" local passa por ser o ponto mais agitado do Concelho.

"A Reforma Agrária pode avançar com disciplina, com ordem, fazendo cumprir a lei", segundo nos disse o eng. Leiria Pinto, director da delegação. Vindo de África, ocupou o cargo que ho-

je desempenha algumas semanas antes dos problemas ocorridos no Centro e que levaram à selagem deste, em Março. A sua actuação, nessa altura, é julgada pelo delegado sindical Domingos Martins, muito conhecido na região pelo papel preponderante que assumiu na ocupação das terras, como tendo sido algo errada por "desconhecimento do ambiente e dos problemas do concelho de Coruche". No entanto, a posição do referido delegado alterou-se e hoje ambos se falam como velhos amigos.

A preocupação dominante do "Centro" é a falta de capacidade de resposta, por insuficiência dos meios colocados à sua disposição, para entrar na posse das zonas beneficiadas pelo empreendimento do vale do Sorraia. Trata-se de uma grande área abrangida pelas nacionalizações, que se encontra ainda entregue aos empresários particulares e cuja transferência exige um trabalho "gigantesco". Os responsáveis do "Centro" mostram-se justi-



Eng. Leiria Pinto, responsável da delegação do Centro de Reforma Agrária de Coruche, acusa: é a primeira vez que a imprensa procura para saber o que se passou no vale do Sorraia.

ficavelmente pressionados pela necessidade de arrancarem com os trabalhos que envolvem milhares de hectares, que se estendem de Coruche a Salvaterra de Magos. E, sendo este um problema concreto da delegação de Coruche, não é mais do que uma pequena amostra do que se pas-

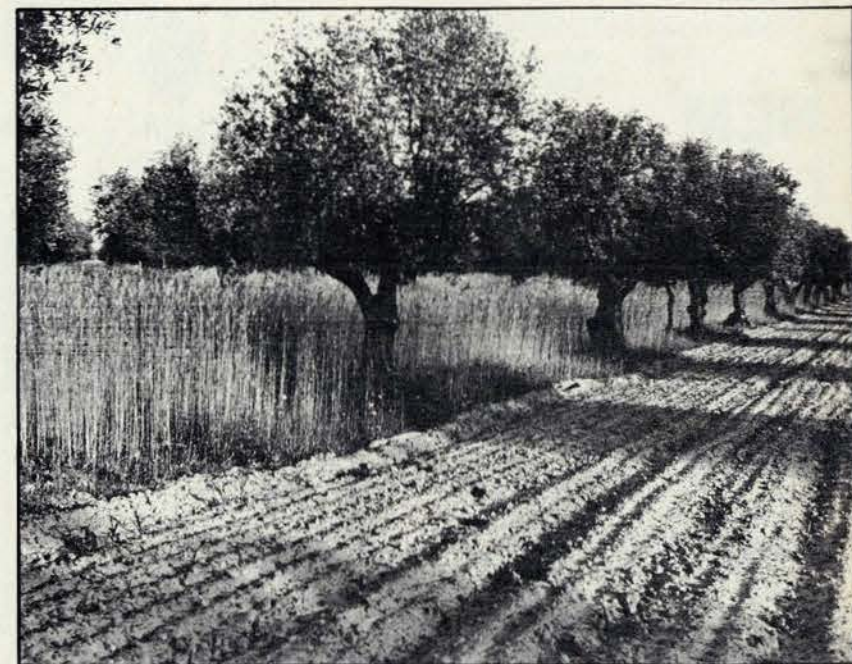
Alguns dados recolhidos a esmo, ns conversas entre os diversos intervenientes na produção e gestão das unidades de produção, indicam fragilidades que o tempo e a fiscalização estatal, se chegar a ser montada, revelarão.

IMPEDIR A INSTALAÇÃO DE NOVOS OPORTUNISMOS

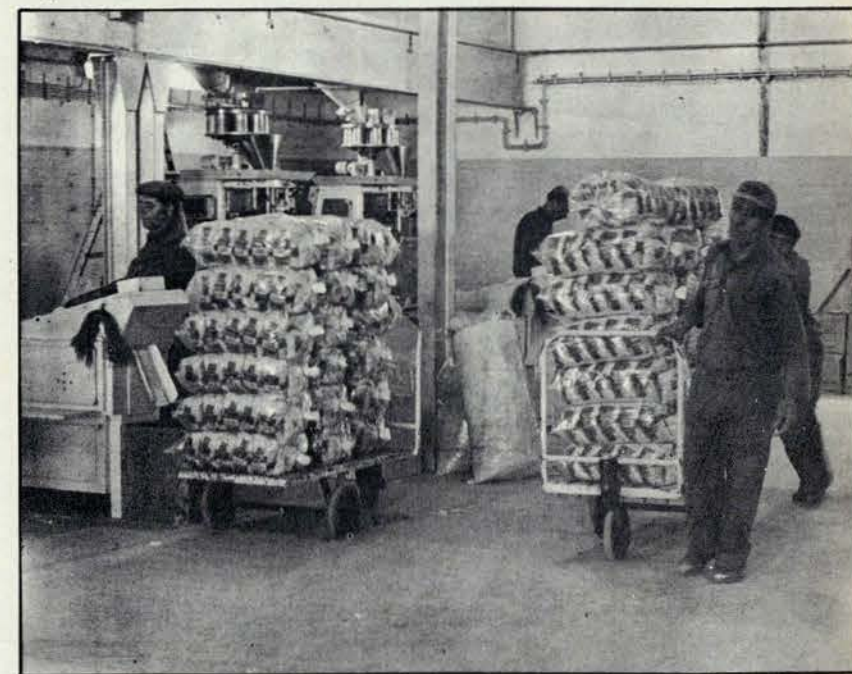
A política do pleno emprego é apontada como uma medida demagógica destinada exclusivamente a manter os trabalhadores acorrentados àqueles que a propõem, aos olhos dos quais estes aparecem como seus defensores intransigentes. De facto, o baixo nível de mecanização da nossa agricultura e a fraca utilização de métodos modernos — adubos, insecticidas, sementes seleccionadas, etc. — provocam custos de produção demasiado elevados que, por enquanto, não são visíveis em toda a sua dimensão, devido à falta de controlo. Será o povo que irá arcar com as despesas inerentes a uma reforma agrária que, para conveniência dos objectivos visados por uma minoria, está a ser conduzida de uma forma que se antevê ruínosa.

sa na maior ia, se não na totalidade, dos centros regionais de Reforma Agrária, em todo o País. Falta de meios. Falta de infra-estruturas.

"Esperemos que a aprovação da nova Lei Orgânica do Ministério da Agricultura e Pesca certamente irá dotar todos estes organismos que tratam da Reforma Agrária com maiores capacidades de resposta. Nós acreditamos que seja possível que até Outubro (termo do presente ano agrícola) esteja pronto todo o trabalho de gabinete que, nesta altura, é necessário fazer para que, com o novo ano agrícola, a acção da Reforma Agrária se tenha estendido ao resto do vale". Como nos outros organismos, os responsáveis lembram a "grande rapidez assumida pelo processo" e a presente falta de estruturas. Em Coruche, segundo o projecto de reestruturação elaborado por elementos do "Centro" local, de colaboração com técnicos do Ministério da Agricultura, defende-se a admissão de 22 novos funcionários, a aquisição de 8 viaturas e outras medidas que envolvem um sem-número de sectores sem os quais as engrenagens dos órgãos oficiais a quem compete conduzir a Reforma Agrária ameaçam paralisar.



Trigo semeado entre as oliveiras. Um erro que afectará a rendibilidade das culturas.



A racionalização e mecanização do sistema de transportes contribui para preços mais vantajosos dos produtos

E, no entanto, as expropriações das grandes áreas e dos terrenos inaproveitados constituem uma boa base de arranque para conduzir uma reforma que leve, de facto, à auto-suficiência do País em produtos agrícolas e à melhoria das condições de vida dos camponeses. Basta que se dirijam os esforços para uma reconversão total da agricul-

tura e que se impeça a instalação de novos oportunistas. Esta seria a forma de satisfazer os anseios imediatos, tanto dos assalariados como dos pequenos e médios agricultores.

Em Coruche e no Ribatejo, as coisas continuam por definir. A mesma coisa, afinal, que se passa, um pouco por toda a parte, ns campos deste país.

NEM CAPITALISTA NEM GENERAL



Em tempos de apoios, agora ainda divididos e a dividir, apesar de tantos candidatos, tudo é possível.

Mas, na altura das grandes “bocas” (preferimos chamar-lhes assim, pois “grandes opções” é um termo por de mais usado) uma regra é certa: quanto mais pequenos os partidos, mais barulho fazem à volta de um candidato a inventar. Daí, que a surdez partidária dos seus militantes atinja o auge.

E dizemos inventar, porque os candidatos evidentes pecam exactamente por isso: pela evidência da sua candidatura, pela consistência dos seus apoios, pela clareza (maior ou menor) das intenções postas no desafio aceite e no lugar a ocupar.

Ora cabe aqui a história de hoje.

O nosso surdo não é um homem comezinho, como se poderia julgar da sua “opção” partidária. Aborrecido com tudo o que via e ouvia já em estado adiantado do nosso processo (político em curso; não se assustem, que o processo judicial só vem no fim desta crónica...), não satisfeito com o escasso número de partidos existentes, meteu-se nos livros de História e Política e lembrou-se do esquecido Trotsky.

Azar de Trotsky, que foi logo arvorado em inspirador de ideais, com a Quarta Internacional a engalanar os ouvidos da nova classe de surdos: os Possuidores de Renovados Tímpanos (PRT).

Depois de tempos de esqueci-

mento e da inevitável ocupação de uma casa para alojar a sede, eis que voltaram ao contacto com o público na campanha eleitoral para a Legislativa.

E para quem os ouvia nos seus monótonos discursos contra gerais e capitalistas, ou capitalistas-gerais ou qualquer coisa assim, até parecia que as palavras lhes tinham sido sopradas por qualquer fundamentada inspiração que, num momento de audição perfeita, se tinha alojado naquelas cabeças confusas. Mas nem eles próprios ouviam o vazio dos seus apelos.

E os votantes, pelos vistos, também não, pois fizeram-se surdos ou ouviram bem de mais o que eles (não) disseram na campanha...

Mas depois deste desaire, que o nosso surdo nos garantiu não ser tanto assim, pois as “massas estão é desmobilizadas pelos capitalistas e pelos gerais”, o nosso homem aplicou-se a fundo na “jogada” do partido para as eleições para a Presidência da República.

Depois de passar revista aos gerais propostos e os apoios capitalistas a eles dados, optou logicamente por um candidato nem general nem capitalista.

E escolheu um candidato independente, com passado antifascista (de preferência com prisões no currículo) e com a enorme vantagem de não ser nem capitalista nem general.

Foi assim que surgiu a D. Arlete (“home de guerra”, entenda-se) que obedecia a todas as condições:

Independente — pois quem melhor que uma mulher representaria a libertação da dependência machista? Tinha no seu contencioso “uma prisão nas masmorras fascistas”. E, condição “sine qua non”, não era general, pois, não fosse o diabo tecê-las, ser mulher era o garante de nunca ter feito o serviço militar...

Depois foram as apresentações, a ensurdecadora promoção da original candidata, que era a contradição viva da conhecida expressão: “Contra Patos não há argumentos!”

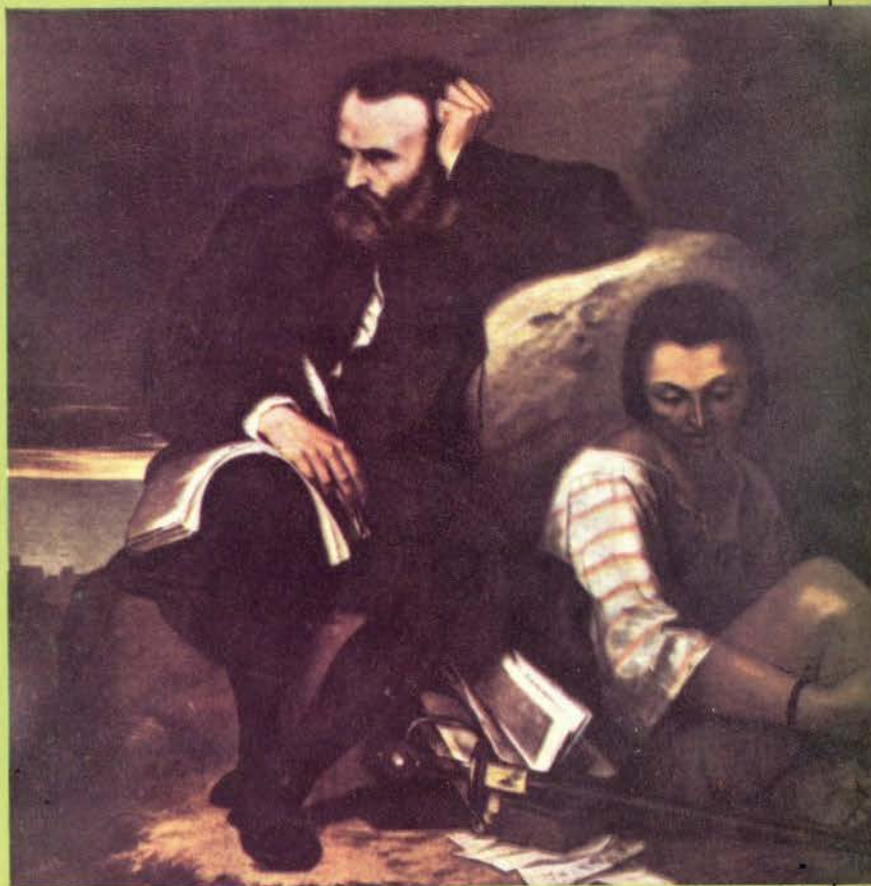
Mas, a dois dias da entrega das assinaturas, esgotados que foram os autógrafos dos compinchas, começou o problema.

E uma vez que não podiam dizer que afinal a pobre candidata era capitalista e muito menos general, debruçaram-se sobre o passado da prisão. Mais uma vez o nosso amigo surdo foi o encarregado de desfazer tão intrincada meada. E a sua conclusão foi surpresa geral: tinha, em tempos, Dona Arlete estado na realidade presa, mas pelo desvio de alguns eletrodomésticos!

E, surpresa das surpresas: consta que entre os produtos desaparecidos, estava um Sonotne — aparelho que a tornava inapelavelmente muito menos surda que os seus apoiantes...

● OTO RINO

Cantando espalharei por toda a parte



“Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades”, disse aquele que os séculos glorificaram como o Poeta da Raça. Mas mudados que são os tempos, Camões permanece o expoente do génio português.

Após o 25 de Abril, teses absurdas e antipatrióticas pretenderam diminuir a dimensão gigantesca de Camões. Os que entendem ser a cultura o esteio da independência nacional mostram-se a prezar cada vez mais o nosso tesouro literário em cujo pináculo brilha o imortal Camões.

Para estes, o dia 10 de Junho, consagrado à exaltação da memória do grande épico, continua a ser, no seu significado nacional, o dia de uma raça que foi capaz de produzir tão grandioso cantor da gesta portuguesa dos descobrimentos.

A incerta biografia de Camões

Quase tudo na biografia de Camões é enovado de incertezas. O seu atento biógrafo, o alemão Guilherme Stoock, lamenta que os seus contemporâneos nada tivessem anotado da sua vida. A primeira edição de "Os Lusíadas" data de 1572. Seria, portanto, natural que nessa altura fosse célebre, mas dos amigos, um único, Diogo Couto, inscreve o seu nome na VIII Década da Índia.

Partindo de conjecturas e de estudos realizados (tantos a isto se dedicaram), aventa-se como provável 1553 como sendo a data da sua partida para a Índia. Com presumível a idade de 25 anos ao tempo em que teria sido alistado.

Documentação referente à sua família leva-nos a deduzir que seriam galegos os seus ascendentes, como galego era o próprio nome que usava, derivado do solar da família em Camoens (hoje Camos) perto de Baiona. Admite-se que tenha passado grande parte do seu tempo de jovem em Coimbra e que seja esta a cidade onde teria nascido. A família surge-nos como antiga e fidalga e vamos encontrá-la espalhada um pouco por todo o lado: Lisboa, Lagos, Évora, Porto Santarém e Coimbra. A data do nascimento forja-se a partir de especulações astrológicas baseadas naquilo que Camões escreveu quando se refere ao seu próprio nascimento "O dia em que eu nasci moura e pereça/...Eclipse nesse passo o Sol padeça. Nasçam-lhe monstros, sangue chova o ar/." Enquadramento que serve para os astrólogos o colocarem à data do nascimento sob uma conjunção do Sol e Saturno (dia 27 de Janeiro de 1522?).

É-lhe atribuída na Carta Perdão a qualidade de "cavaleiro fidalgo da Casa Real" e assim o temos em Lisboa onde lhe são franqueados os salões dos paços dos senhores e do rei. Imaginar o brilho do seu sucesso afigura-se-nos de mera lógica tanto como o rodear de belas damas à sua volta. Mas, entre todas, uma parece ser "Sol entre estrelas" — D. Maria, filha de D. Manuel? Tal ousadia teria sido causa dos seus desterros? Ou teria sido ainda o grande amor da sua vida D. Catarina de Ataíde, ou terá tido maior sentimento

para D. Francisca de Aragão?

É, no entanto, seguindo o rasto dos seus escritos, únicos, que se crê poder adivinhar aquilo que na realidade possa ter sido a sua vida, e cheia por certo a tamanho da sua tão grande alma onde coube tanto saber e tanto sentimento.

Desterro? A ida a Ceuta. A viagem à Índia. A estadia na ilha de Moçambique. O regresso a Portugal.

D. Sebastião concede-lhe uma tenção de 15 mil reis anuais, ... "em respeito aos serviços que Luiz de Camões, cavaleiro fidalgo da minha casa, me tem feito na Índia, por muitos anos e aos que espero que ao diante me fará, e às informações que tenho (INFORMAÇÕES!) do seu engenho e habilidade, e à suficiência que mostrou no livro que fez das coisas da Índia".

Morreu pobre, em 1580, e teria sido sepultado na igreja de Santa Ana à Mouraria segundo Correia Mariz e Severim Ferreira.

Só a lei da morte o foi e irá sempre engrandecendo. — T.M.S.

a poesia de Camões

Desde sempre, como é natural, me interessou o estudo da poesia camoniana. Camões é uma grande figura de poeta, prestigiada por secular devoção e universal renome; e o encanto dos seus versos raro não terá atraído a curiosidade e o gosto de quem autenticamente — e até inautenticamente — pela poesia se interesse. Transitar desse deleite imediato para mais culto aprofundamento é inclinação do espírito, que, se outra causa não houvesse, a própria categoria da obra camoniana suscitaria. Percorridos, porém, os imensos desertos que a má retórica ou a erudição acumularam entre uma obra incerta mas admirável e a nunca de facto em si própria buscada personalidade do autor, eis que interpretar essa obra, libertando-a de fáceis paráfrases; buscar-lhe



Luís de Camões — quadro de Malhoa, no Museu Militar

a originalidade e não o circunstancial de seus aspectos; determinar-lhe, portanto, o intrínseco valor e os estranhamente sempre actuais motivos da sua perenidade são prementes exigências da cultura nacional e da consciencialização universal que toda a cultura implica. Não será tempo de ultrapassar, em nome da própria natureza da obra de Camões e da possível repercussão do seu extraordinário pensamento, esses desertos imensos? De não considerar mais que como meios os oásis, que os há valiosos, de honesta, necessária e indispensável dedicação? Cumprindo o que a poesia de amões aguarda há séculos, não é nosso dever perder-lhe o medo (ou ganhar-lho...) e penetrá-la, não para pôr novas hipóteses mas para mostrar o que ela nem sequer oculta? Por isso este ensaio se subintitula "de revelação da dialéctica camoniana"; por isso aceitei a honrosa incumbência de falar de Camões, que esta conferência era.

Sei que sobre este estudo cairá o silêncio de quantos, com responsabilidades culturais verídicas ou supostas por eles ou outros, nada de novo têm feito pela poesia de Camões. É muito agudo em Portugal, nas coisas da cultura, o sentido da propriedade e toda a gente possui baldios, que não explora, ou prados que cultiva consuetudinariamente; explorar uns ou produzir melhor nos outros é, pois, como que forragear na seara alheia... E os que nada possuem senão os grandes métodos de produção, esses, no silêncio escondem a habitual consciência de traídos pais do filho que não fizeram. Não es-

pero, portanto, que a minha tese venha a ser realmente discutida ou nobremente aceite. Perdoem-me e ao País, caso queiram, aqueles que estas observações não atingem, se o pessimismo delas os ofende. Mas também sei que, por todas estas razões, e anos passados, uma visão nova da poesia de Camões aparecerá aqui e ali, como coisa evi-

dente que é, como coisa anónima que tudo mais tarde ou mais cedo vem a ser, como um verdadeiro lugar-comum. Que essa comunidade igualmente seja de Camões e da cultura nacional é quanto basta.

JORGE DE SENA

(in "Da Poesia Portuguesa" — ed. Ática)



Casa onde, segundo a tradição, Camões teria vivido em Constandia

Camões na literatura e na vida portuguesa

Em Portugal, a glória do poeta, mal reconhecida em sua vida, não tardou a irradiar logo após a sua morte e foi crescendo em prestígio e influência. A qualificação de Camões como o "príncipe dos poetas do nosso tempo" não se fez esperar e, tal qual sucede na Espanha, são os seus versos glosados, imitados, citados. Em Fernão Álvares, depois da de Sannazzaro, é a influência camoniana que mais se faz sentir. A exasperação nacionalista, provocada pela união em monarquia dual de Portugal à Espanha, faz d'"Os Lusíadas" o Evangelho nacional. João Pinto Ribeiro animava com a leitura e comentário do poema o seu ardor revolucionário. São relativamente numerosas as edições que então se publicam em Portugal. Os poetas épicos aproveitam-lhe o modelo, inserem versos dele em seus poemas; os líricos, proclamam-no o "Cisne Lusitano", a "Fénis das Espanhas", o "Homero Lusitano", e glosam-no. É ele que disputa a Tasso e a Gôngora o magistério do Parnaso Lusitano, magistério sensível nos maiores — D. Francisco Manuel de Melo e Rodrigues Lobo, Barbosa Bacelar, Veiga Tagarro e o próprio Jerónimo Baia. O

dr. António de Sousa de Macedo, em "Flores de España, Excelências de Portugal", chega a afirmar que o nascimento de Camões foi prognosticado pela Sibila Cumena!... Apenas reparos restritivos na crítica de Pires de Almeida, (v.), que, aliás, ficou inédita.

No século XVIII, já se adivinha porquê, fazem-lhe descontos ao gênio as críticas de Verney e Cândido Lusitano; mas os maiores poetas do século não ouvem tais críticas e Cruz e Silva, Quita, Bocage e Xavier de Matos são unânimes no culto do poeta, que erguem acima de todos. O Romantismo, esse não presta atenção às diatribes clamorosas do padre Agostinho de Macedo contra o poema, nem à obra que lhe opõe como modelar — "O Oriente". Em tempo de exílios políticos, o Morgado de Mateus dedica-lhe uma edição monumental, Sequeira obtém triunfos retumbantes no "Salon", em Paris, com o quadro — desaparecido — "A Morte de Camões"; Bontempo consagra-lhe a "Missa de Requiem" e Garrett inicia com o poema "Camões" o Romantismo português. E se os ultraromânticos o cantam como único, a geração que se proclama anti-românti-



ca — João de Deus, Antero, Oliveira Martins, Teófilo Braga, Ramalho Ortigão — prepara o ambiente da consagração nacional de 1880, promovida por Teófilo, e que sypensou constituísse um passo mais decisivo da renovação espiritual e política da Nação. Quando do "Ultimatum" inglês, os patriotas cobriram a sua estátua de crepes. O diplomata e escritor espanhol Valera, que por esse tempo esteve em Portugal, escreveu que "Os Lusíadas" "son el mayor obstáculo à la fusion de todas las partes de esta Península. Camões se levante entre Portugal y España qual firme muro, más difícil de derrubar que todas las plazas y los castillos todos." Modernamente o coro persiste, apesar de reservas críticas de alguns. E, ao que o exalta em Portugal, juntar-se o que no Brasil dá continuidade à comunicativa eloquência de Joaquim Nabuco. Recebeu-lhe a herança, mais do que ninguém, Afrânio Peixoto, por virtude de cuja sugestão se fundou a cadeira de Estudos Camonianos na Faculdade de Letras de Lisboa. V. "Lusíadas", "Épica, Adamastor, Doze de Inglaterra, Ilha dos Amores, Velho do Restelo", "Rimas", Neoplatonismo, "Babel e Sião". "Lírica, Barroco, Anfiteatros, El-Rei Seleuco", "Filodemo", "Epistolografia", etc. — H.C.

(do "Dicionário das Literaturas Portuguesa, Galega e Brasileira")

O povo português herói de "Os Lusíadas"

O assunto do poema é-nos desde logo indicado, embora sob uma forma genérica, pelo título que o encima: são os Lusíadas, isto é, o povo que tem como herói epónimo a Luso, são os Portugueses. Mais precisamente: são os feitos que estes praticaram para se constituírem como nação independente e nesta situação se manterem, e são, sobretudo, as façanhas que os imortalizaram, "mostrando novos mundos ao mundo" (C. II, 45) e fundando e defendendo contra tantos e tão poderosos inimigos um vastíssimo império no Oriente.

Por sua natureza, são estas façanhas que na proposição do poema ocupam o primeiro lugar. Com o seu canto, o Poeta tornará conhecidos de todo o mundo: a) os barões aguerridos que passaram além da Taprobana e nessas regiões longínquas fundaram um vasto Império, que tão alto souberam elevar; b) os Reis de Portugal que colaboraram nos descobrimentos e conquistas, quer directamente, como os dois que passaram à África, quer por intermédio dos seus navegadores e dos seus capitães; c) todos aqueles que, embora não incluídos em a) nem em b), se imortalizaram pelas suas obras valorosas, como D. Afonso Henriques, Nun'Álvares e tantos outros.

Para dar a necessária unidade a um assunto tão variado, aparentemente tão disperso, sobretudo por causa de c), Camões faz da viagem de Vasco da Gama o centro da epopeia, em volta do qual se agrupa tanto a história de Portugal, anterior à viagem (a narrativa feita ao rei de Melinde), como a das proezas que os Portugueses praticaram depois no Oriente e a notícia dos mares e terras de que eles deram conhecimento ao mundo ocidental (profecias de Júpiter, da ninfa da Ilha dos Amores e de Tethys).

E tomando por modelo as duas epopeias clássicas que mais se aproximavam da sua, a Odisseia e a Eneida — os erros de Ulisses e os de Eneias —, Camões introduz-nos logo no meio da acção. Quando a narração começa, está Vasco da Gama prestes a chegar a Mo-

cambique (1, 18, 42, 2 e 43), donde segue para Melinde, a cujo rei expõe a história de Portugal até aos preparativos da sua viagem e depois a história desta, desde Lisboa até Moçambique. De Melinde por diante não se afasta da ordem cronológica.

Procedendo assim, realizou Camões dois fins: deu unidade ao poema e conformou-se com os exemplos e preceitos da antiguidade clássica.

Para celebrar os feitos dos Portugueses em um poema que, pelo valor estético e pelo mérito literário, corres-



Ilustrações de Lima de Freitas para a edição de "Os Lusíadas", da Artis

SONETO

Aquela triste e leda madrugada,
cheia toda de mágoa e de piedade,
enquanto houver no mundo saudade
quero que seja sempre celebrada.

Ela só quando, amena e marchetada,
saía, dando ao mundo claridade
viu apartar-se, de uma outra vontade,
que nunca poderá ver-se apartada.

Ela só viu as lágrimas em fio
que de uns e de outros olhos derivadas,
se acrescentaram em grande e largo rio.

Ela ouviu as palavras magoadas
que puderam tornar o fogo frio
e dar descanso às almas condenadas.

CAMÕES

pondesse a esses feitos, um poema que nem cásse nem os deixasse cair no olvido, auxiliou Camões o génio poético que Deus lhe outorgou com uma variadíssima soma de conhecimentos, que se revelam da primeira até à última estância.

Sendo o assunto de "Os Lusíadas" a história dos feitos realizados pelos Portugueses, estudou Camões esses feitos nas respectivas crónicas oficiais e em outras obras que deles se ocupavam. Foram-lhe, por isso, familiares Duarte Galvão, Rui de Pina, Fernão Lopes, André de Resende, Lopes de Castanheda e João de Barrós.

JOSÉ MARIA RODRIGUES

(in "Os Lusíadas", conferência lida na
Exposição Portuguesa de Sevilha)

Camões e o mar

Aquela singular concepção da Natureza, que tem origem na própria observação, brilha soberanamente na grande epopeia nacional da literatura portuguesa.

Como observador da Natureza posso acrescentar que nunca houve poeta mais exacto na pintura dos fenómenos naturais e que jamais o entusiasmo de linguagem ou os seus melancólicos pensamentos prejudicam a exactidão da pintura dos fenómenos físicos, antes, como sucede sempre que a arte brota de fonte pura, eles realçam a viva impressão de grandeza e verdade dos quadros da Natureza. São inimitáveis em Camões as descrições da eterna correlação entre o céu e o mar, entre as nuvens multiformes, os seus processos meteorológicos e os diferentes estados da superfície do oceano. Ora é uma doce brisa que encrespa o espelho das águas, ora são brilhantes feixes de luz das pequenas ondas quebradas, ora é a tempestade em todos os seus horrores quando os navios de Coelho e Paulo da Gama lutam com os elementos desencadeados. Camões é, no sentido próprio da expressão, um grande pintor marítimo.

Se louvei Camões principalmente como pintor marítimo, foi para significar que a vida terrestre o tinha atraído

menos intensamente. Já Sismondi nota com razão que o Poema inteiro não contém vestígio de qualquer observação sobre a vegetação tropical e o seu aspecto fisionômico. São apenas mencionados os perfumes e produtos comerciais úteis. O episódio da ilha encantada oferece sem dúvida a mais deliciosa pintura de uma paisagem, mas a vegetação é formada, como exige uma ilha de Vênus, de mirtos, cidreiras, limões odoríferos e romãs, tudo próprio do Sul da Europa.

ALEXANDRE VON HUMBOLDT
(in "Kosmos")

Ilustração de Lima de Freitas para a edição de "Os Lusíadas", de Artís



"Camões salvando "Os Lusíadas", quadro de Roque Gameiro



"A Ilha de Vênus", ilustração de Desenhe para a edição do Morgado de Mateus de "Os Lusíadas"



CANTANDO ESPALHAREI POR TODA A PARTE

*As armas e os harões assinalados
Que da Ocidental praia Lusitana,
Por mares nunca de antes navegados,
Passaram ainda além da Taprobana,
Em perigos e guerras esforçados,
Mais do que prometia a força humana,
E entre gente remota edificaram
Novo Reino, que tanto sublimaram;*

*E também as memórias gloriosas
Daqueles Reis que foram dilatando
A Fê, o Império, e as terras viciosas
De África e de Ásia andaram devastando,
E aqueles que por obras valerosas
Se vão da lei da Morte libertando:
Cantando espalharei por toda a parte,
Se a tanto me ajudar o engenho e arte.*

(Abertura de "Os Lusíadas")
LUÍS DE CAMÕES

Os amores de Camões

Quem foi Dinamene? Quem foi Natércia?

Creemos que não seria impossível verificar um dia, perante documentos... por enquanto por descobrir, que com a biografia de Camões terá sucedido, no que diz respeito a desterramentos, o que sucedeu com as dos trovadores provençais. Também o complicado romance da viúva de alguns deles foi tecido pela imaginação de Nostradamus, sobre as "razões" ou explicações mais ou menos fictícias que acompanham as poesias que nos legaram.

Suponhamos, porém, que os desterramentos foram reais e foram motivados "por amores que tomou no Paço". Só a infanta D. Maria os poderia ter causado?

Em tal vaguidade de névoa, é possível tão facilmente suspeitar amores por uma infanta, como adivinhá-los por uma dama de categoria inferior, se bem de mais alta linhagem que o fidalgo, e sobretudo à distância de situação económica que entre os próprios fidalgos estabelecia intransponíveis barreiras. É sabido que o Poeta só passageiramente conseguiu triunfar da "pobreza avorrecida". Esta bastava para suscitar contra o Poeta os seus dois inimigos — a Fortuna e o Moço cego,

Ele que os corações obriga a tanto;
Ela porque os estados desigual.
(Soneto "Senhor João Lopes...")

António Sérgio sublinhou com humorismo e brilho esta verdade, mostrando numa crítica à edição da "Lírica", de 1932, a possibilidade de, sobre dados de aproximado valor probante, erguer o romance da paixão de Camões pela freira a que alude no soneto "Que modo tão subtil...".

Mas a tese infantista ainda procura assentar noutro fundamento: as palavras com que Camões se refere à dama — diz-se — só podem ter verdade tratando-se da infanta. Só ela poderia ser comparada ao "Sol entre estrelas", a uma "alta torre". Só ela a "mui alta Senhora", tão alta, que, amando-a, julga o seu "pensamento num tão alto lugar, de tanto preço, e conhece em si

tal baixeza, que cuidar nele (no alto lugar) é tão despejo"; é seu amor um "alto pensamento", uma ousada aspiração, que lhe faz rezear seja tomada "vingança, por tão grave culpa". Compara-se com "Tântalo, Ixião, Sísifo, Tício" e quantos tentaram ambiciosas empresas. E, se o soneto é dele, assim se exalta para a audácia desmedida de tal amor:

*Se aspirais, por ousado, a tanta altura,
Não vos espante haver ao Sol chegado;
Porque é de águia real vosso cuidado.
Que quanto mais o sofre, mais se apura.
Ánimo, coração! que o pensamento
Te pode inda fazer mais glorioso,
Sem que respeite a teu merecimento.
Que cresças inda mais é já forçoso.
Porque, se foi ousado o teu intento,
Agora de atrevido é venturoso.
(Soneto "Crescei, desejo meu...")*

Ora, é preciso atender a que, qualquer que fosse a verdade substancial da "Lírica" de Camões, ela não podia furtar-se ao hábito dos chamados "encarecimentos". Risonhamente se lhes refere Rodrigues Lobo, na "Corte da Aldeia":

"... os encarecimentos nascidos de amor — diz Feliciano — não devem parecer estranhos (por desiguais que sejam) a nenhum juízo afeiçoado; porque o amante, para pintar (...) o objecto da sua afeição, dá em desvario de o comparar aos espíritos que não alcança com o entendimento, subindo com ele pelas jerarquias mais levantadas..."

(*"Diálogo V"*)

Podemos admitir em Camões um mais vivo "sentido da realidade", sem que tenhamos a pretensão de excluí-lo da lírica o que essencialmente constitui a marca da imaginação poética — a exaltação ou o embelezamento dessa realidade. Nem o "sentido da realidade", em poesia, consiste na "adstrição" a ela, senão na possibilidade de a sentir, ou fazer sentir sob as formas que a transfiguram, na simpatia que a arte sabe acordar. Assim — uma



A infanta D. Maria, que terá sido uma das musas inspiradoras de Camões

vez excluindo, é claro, a perfeição formal —, o que distingue as hipérboles eróticas de Camões das dos seus confrades é, não tanto a maior ou menor distância entre a expressão imaginosa e a realidade expressa, como o calor interior que as anima — e o poder sugestivo que dele resulta.

E Natércia?

Que devemos pensar da formosa e dramática lenda que a une ao nome de Luís de Camões — e aos desterramentos da tradição?

É, como se sabe, o anagrama sob que se tem sentido oculta D. Catarina de Ataíde, a dama com a qual mais a tradição do que a história tem tecido a intriga amorosa que determinou os desterramentos do Poeta. Quais os fundamentos de tal tradição?

"Quienaya sido esta dama (a dama pro cujos amores teria sido desterrado do Paço) no consta" — diz ainda em 1639 o crédulo e inventivo Faria e Sousa. Acrescenta, porém, que o Licenciado João Pinto Ribeiro entendia chamar-se D. Catarina de Almada aquela que o Poeta anagramava em "Natércia". Eram várias as damas que por esse tempo lhe povoavam a "Lírica"; "Natércia" aparece uma vez ao lado de "Liso", no soneto "Na metade do Céu subido ardia...", publicado pela primeira vez na edição de 1598. Podemos considerar como referindo-se-lhe aquela cantiga faceta e irreverente — Catarina bem promete? Ela aparece já na edição de 1595, mas é feita sobre o mote "alheio" — "Catarina bem promete / Eram! Como ela mente!" Seria estranho que o Poeta levasse a liberda-

de poética, para com recatada e alta dama do Paço, ao ponto de escrever:

Jurou-me aquela cadela
De vir, pela alma que tinha.
Enganou-me: tem a minha,
Dá-lhe pouco de perdê-la.

De qualquer modo, foi esta a pista que levou Faria e Sousa, perante o qual a biografia de “mi Poeta” não poderia ter lunares, a oferecer-nos, na segunda “Vida” que de Camões escreveu entre 1639 e 1645, outra Catarina, esta de Ataíde, com cujo nome há documentos que dão para nada menos de três damas diferentes. D. Francisco Alexandre Lobo fala de uma quarta, filha do conde de Castanheira, mas não consta que entre as filhas deste valido de D. João III houvesse alguma deste nome.

Faria e Sousa, convencido como estava de que fora Diogo Bernardes que se tinha apropriado da obra lírica que Diogo do Couto diz ter sido roubada ao Poeta, ante o soneto assinado por Bernardes, “Na margem dum ribeiro que fendia”, não hesitou em o incorporar na obra camonianiana, e onde estava “Délio e Marília”, pôs “Liso e Natércia”. O mesmo processo aplicou ao soneto “A la margem del Tajo, en claro dia”, que é de D. Diogo de Mendoza: publicou-o como de Camões, e “Marfida e Damon” tiveram de ceder o lugar a “Natércia e Soliso”. “Soliso”, e não “Liso”, porque assim convinha a métrica?

Eis um problema complicado pelo facto de o códice da Biblioteca Nacional, o “Cancioneiro de Luís Franco (Correia)”, que se inculca amigo de Camões e o coligiu entre 1557 e 1589, inserir uma égloga fúnebre consagrada à morte de D. Catarina de Ataíde e em que dialogam os pastores “Soliso e Silvano”. Como Barbosa Machado atribui a Francisco de Andrade uma “elegia à morte de D. Catarina de Ataíde, em que são interlocutores Felício e Silvano”, já se pensou que aquele códice não passe de apógrafo... modificado por Faria e Sousa... Mas porque não foi a composição publicada por D. António Álvares da Cunha, que lhe utilizou os manuscritos, ou pelo próprio filho do mal-afamado polígrafo, Pedro de Faria e Sousa, que postumamente lhe publicou a obra? É sabido que só

em 1779 foi esta composição editada, com variantes.

Importa saber que o nome de “Soliso” ocorre nesta égloga, e como palavra de rima. Há, além disso, versos que lembram o soneto “Alma minha gentil...”: “Se lá no assento de maior alteza, / Te lembras de quem viste cá na terra, / Para te magoar sua tristeza / Lembre-te de continuo a cruel guerra...” Repetição de conceitos próprios? Imitação de conceitos alheios? Infelizmente, o códice espera ainda o estudo pericial que decida sobre a sua autenticidade, e não é assim fácil como ele resolver o problema que pomos.

Existe ainda um outro poema que Faria e Sousa destinava para o terceiro volume das “Rimas Várias”, com o acróstico — “Lois e Caterina”. É difícil precisar o de que é capaz a audaciosa fantasia do camonista delirante quando se lhe apodera do espírito uma convicção e a pretende comunicar de forma decisiva...

De qualquer modo, importa não esquecer que não foi apenas Faria e Sousa que se referiu a estes amores do Poeta: em tal romance, se o é, terá colaborado Diogo de Paiva de Andrade, com a responsabilidade das suas exigências críticas, patentes no “Exame de Antiguidades”, contra os processos historiográficos de fr. Bernardo de Brito? São autênticas as suas “Lembranças”?



Duas cenas do filme “Camões”, de A. Lopes Ribeiro, com António Vilar no protagonista

E não somos ludibriados com o depoimento de fr. João do Rosário? O primeiro, nascido em 1575, era irmão de Francisco de Andrade, das relações de família de D. Catarina. As suas (?) “Lembranças”, publicadas em 1880 por Camilo, coincidem em certos dados da biografia camonianiana com Faria e Sousa — a quem, aliás, não citam — e referem-se a quatro desterrados por virtude dos amores contrariados com Natércia, sendo o primeiro a própria vinda de Coimbra para Lisboa... Mesmo sendo dele, que verdade poderá haver em “Lembranças” colhidas umas quatro dezenas de anos passados sobre a mocidade do Poeta?

Quanto a fr. João do Rosário, não se exibem documentos confirmativos. É Juromenha que, nas “Obras de Luís de Camões” (I, 33-34 e 493), insere a informação do frade a respeito da dama chamada D. Catarina de Ataíde. Filha de D. Álvaro de Sousa e de sua mulher, D. Filipa de Ataíde, morreu em 1551 e foi sepultada em Aveiro, no Convento de S. Domingos, em cuja igreja se conserva o seu sarcófago.

HERNANI CIDADE

(in “Luís de Camões — O Lírico”

— Livraria Bertrand)

Uma análise do passado português

Como sucede a todas as grandes obras ou aos grandes escritores, "Os Lusíadas" e Camões têm, em todos os tempos, suscitado críticas e restrições que esses mesmos tempos, ou os seguintes, se encarregam de desfazer. Desde a crítica interesseira de Luís António Verney ou o comentário "cientista" de José Agostinho de Macedo (para só referir, dentre as históricas e portuguesas, as mais conhecidas) às recentes impugnações ao poema que, imprevistamente, passou a ser dado como uma "escola de imperialismo", "Os Lusíadas", afinal, criticados ou debatidos convidam à leitura. Dela resulta a verificação de quanto o poema é uma obra acabada, vertical, audaz e crítica, o que quer dizer que defende ideias, que tem estrutura própria e coerente, implica e aponta uma atitude corajosa e firme perante a sociedade e a vida, tem por detrás um "alto pensamento" como admiravelmente o qualificou, em termos correspondentes, o professor Rebelo Gonçalves. E uma das razões essenciais do constante interesse de "Os Lusíadas" está precisamente em que mantém viva e com sentido a sua mensagem perene que se ajusta e amolda, sem dificuldade, aos tempos que vão sucedendo.

Para além do louvor e da crítica, "Os Lusíadas" têm sido interpretados de muita maneira. Desde a sua publicação, até hoje, não tem havido momento ou corrente, na cultura portuguesa, que a respeito do poema (e do poeta) não formule uma atitude ou perspectiva próprias, à que se acrescentam estudos analíticos e informativos que têm vindo a acumular dados importantes (embora não suficientes) sobre muitos dos problemas que esses constantes debates e pesquisas têm vindo a exigir. Dentre as tradições da cultura portuguesa, certamente que uma das mais vivas e significativas é a camoniana. Está ainda por fazer o estudo do modo como as sucessivas épocas foram interpretando "Os Lusíadas", que trechos, de preferência, seleccionaram, ou como neles viram retratadas as suas preocupações.

As razões que explicam o constante

apelo não provêm certamente do facto de ser um poema literalmente admirável ou por celebrar um feito nacional, nem mesmo por relatar a história portuguesa, embora esses aspectos lhe dêem representatividade. "Os Lusíadas" envolvem, sobretudo, uma exposição e uma análise interpretativa do passado português, junto a uma meditação crítica essencial sobre os principais momentos e actos desse passado e sobre as condições do presente que se estava vivendo, em Portugal e na Índia. De tudo isto, em sucessivos comentários, tira Camões conclusões e aponta caminhos: se a lógica do poema exige a



"O Velho do Restelo" — ilustração de A. Kostka

realidade e a história, implica, em menor grau, uma reflexão sobre o destino humano e nacional, na sua ponderação própria, simultânea e sempre crítica. O leitor encontra, sem dificuldade, na obra, termos de comparação, cheios de sugestões — directas ou indirectas — para as suas perplexidades contemporâneas. Assim tem sido.

Intencionalidade crítica, meditação sobre os acontecimentos que vai narrando. A menção no poema de tantas personalidades, sejam elas reis, vice-reis, governadores, capitães, heróis ou figuras-tipo, não visa só garantir a fama e mostrar a eficácia dos seus actos pela

continuidade que asseguraram ao País. Além da referência, quando é o caso, aos feitos considerados principais, é indispensável destacar a natureza do comentário que os exalta e da opinião que corrige. Regra, exigência ou condição a que não escapa o próprio "ilustre" Vasco da Gama, escolhido pelo rei D. Manuel, "não sei por que razão, por que respeito", rude de letras, tantas vezes, crédulo. Não lhe são poupadas nem esbatidas as características pouco heróicas da situação que enfrentou em Calecut, onde desembarcara, ao contrário do que fizera em Melinde. O poeta — que bem o tinha louvado e justificado por esta última decisão, apesar do carácter amigo do rei de Melinde — não esconde — só expõe — o modo pouco brilhante como, em Calecut, Vasco da Gama regressou à frota:

..... sabe por verdade,
que compra co a fazenda, a liberdade.

Comprometedora circunstância, cujo significado estava, sem dúvida, ao alcance dos próprios habitantes locais.

J. BORGES DE MACEDO (in "Os Lusíadas — Narrativa Histórica Comentada")

Um convite à imaginação

Nos países de língua portuguesa e noutros culturalmente a eles ligados, tornou-se costume, oficialmente consagrado, utilizar um dia, o "dia de Camões", para, a pretexto de celebrarmos a memória de um escritor e aventureiro do século XVI, chamado Luís de Camões, nos comemorarmos todos mutuamente.

Sim, a verdade é esta: a coberto do renome que fizemos a um pobre poeta que o mereceu como poucos e o não teve, institui-se o "dia da raça" que não somos, porque o conceito de raça é algo demasiado estreito para significar um povo que, à semelhança de Camões, tem deixado "a vida pelo mundo em pedaços repartida". Em tantas e

tão variadas comemorações, centenários, cortejos e conferências, sempre se fala da fé e do império, da independência e da raça, da glória e da sabedoria, do que de facto possuímos e da árvore das patacas que ainda julgamos possuir, mas, raras vezes, ou só acidentalmente, se fala de um poeta, de um grande poeta... Sabeis porque? Porque estamos afinal, gozosa e provincianamente, deglutindo a satisfação de que ele tenha sido português. E em tantos e tão variados estudos e edições, fala-se de Petrarca e de geografia, de geologia e de etnografia, de antropologia, de astronomia, de zoologia, de meteorologia, da infanta D. Maria; e é demonstrada à saciedade a noção idiota de que é surpreendente que um grande espírito seja naturalmente culto — e não se aponta, não se sugere, não se investiga

nem se procura o que torna poeticamente excepcional, o que torna prodigiosamente viva e sempre actual a voz quinhentista desse grande espírito.

Evocam-se o “Trinca-Fortes” e o cantor de “Os Lusíadas” para fins beneméritos de embófia cívica, fazendo-se, paradoxalmente, de um poeta argumentamente desesperado ou inconsequentemente malicioso ou musicalmente desiludido ou descaradamente satírico ou orgulhosamente sibilino — que são também aspectos seus — um mestre de boas maneiras, como se os poetas sofressem para maior prosperidade dos negócios, e isto com manifesto desprezo pela leitura atenta dos seus versos, que são tudo o que nos resta dele, de um poeta tão “obsessivamente subjectivo e tão alheamente original” que foi possível efectuar-se, de duas

maneiras, a escamoteação da sua pessoa e da respectiva originalidade: para o leitor comum, substituídas pelo encanto dos conceitos —

*Qual o quieto sono e os cansados,
Debaixo de algũa árvore sombria,
Ou qual aos sequiosos e encalmados
O vento respirante e a fonte fria,
Tais me foram teus versos delicados,
Teu numeroso canto e melodia;
E ainda agora o tom suave e brando
Os ouvidos me fica adormentando.*

— e para o leitor patrioticamente interessado, pela retumbância dita marmórea das suas oitavas. E, no entanto, poucos poetas devanearam tanto como ele, e tão pouco por conta dos devaneios do leitor vindouro; sobretudo, raras obras “nacionais” foram jamais escritas com uma tão trágica e tão pura consciência do valor da dignidade humana, consciência serenamente feita da indignidade, da degradação e da miséria, que, não só literariamente, Camões parece ter sentido bem.

É certo que pouco ou nada se sabe de concreto acerca desse homem, cujo nascimento, cuja vida, cuja morte e cujos restos mortais são duvidosos, maravilhosamente duvidosos. O que é um convite à imaginação.

JORGE DE SENA
(in “Da Poesia Portuguesa” — Edições Ática)

SONETO

*Em prisões baixas fui um tempo atado,
vergonhoso castigo de meus erros.
Inda agora, arrojando, levo os ferros,
que a Morte, a meu pesar, tem já quebrado.*

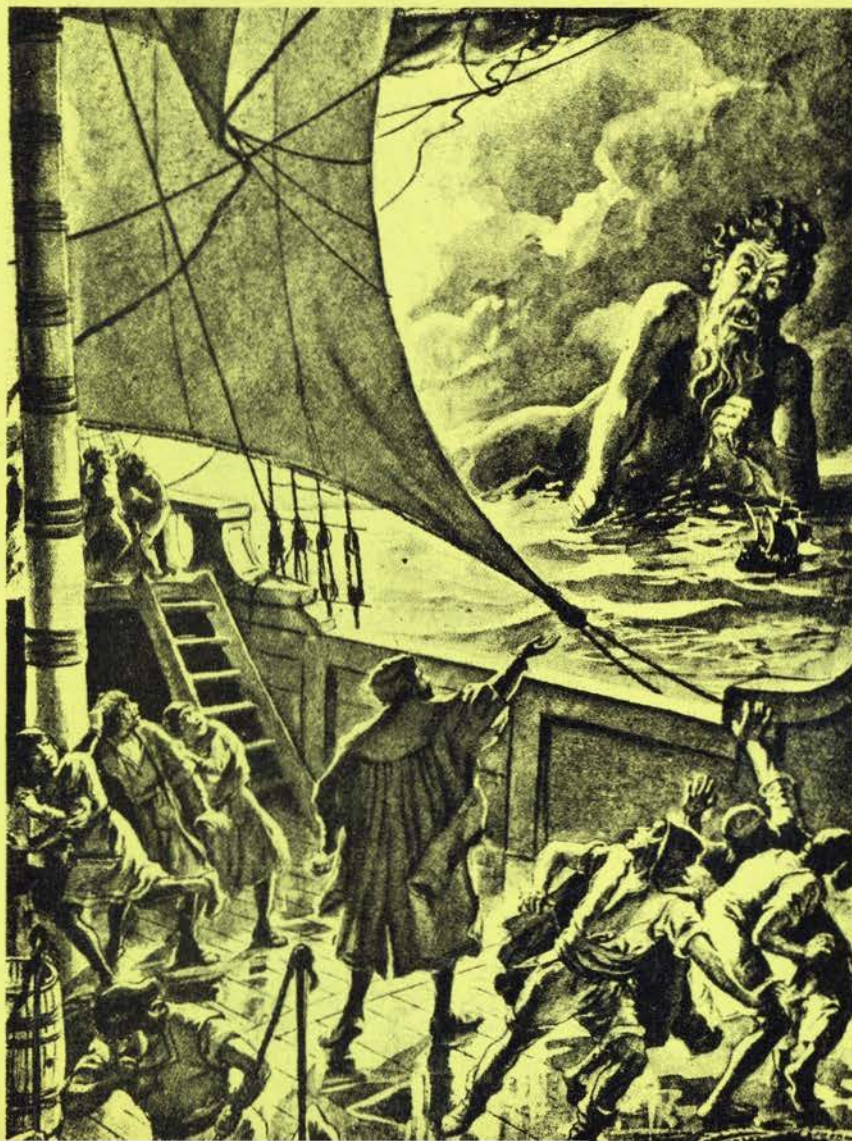
*Sacrifiquei a vida a meu cuidado,
que Amor não quer cordeiros, nem bezeros.
Vi mágoas, vi misérias, vi destertos:
parece-me que estava assim ordenado.*

*Contentei-me com pouco, conhecendo
que era o contentamento vergonhoso,
só por ver que cousa era viver ledo.*

*Mas minha Estrela, que eu já agora entendo,
a Morte Cega e o Caso duvidoso
me fizeram de gostos haver medo.*

CAMÕES

“O Gigante Adamastor” — ilustração de Manuel de Macedo e Roque Gameiro



A publicação de "Os Lusíadas" e a pobreza de Camões

Foi em 1569, como se estabeleceu por esta referência de Couto, que Luís de Camões se embarcou para Portugal.

Regressando em tais condições, não é preciso grande credulidade para conceder que não será absolutamente destituída de fundamento a lenda que, desde Mariz, o pinta arrastando em Lisboa uma vida rasando pela miséria. Conta este biógrafo o que ele teria respondido a Rui Dias da Câmara, que lhe pedia lhe traduzisse uns salmos penitenciais:

Era mancebo quando fizera os cantos, farto e namorado, querido e estimado, e cheio de muitos favores e mercês de amigos e de damas, com que o calor poético aumentava. E que agora não tinha contentamento nem espírito para nada. Porque ali estava o seu jau que lhe pedia duas moedas para carvão, e ele as não tinha para lhas dar.

Haverá neste trecho mistura de elementos da realidade e criações da fantasia, não passando o jau António de personagem lendária, inventada no intuito de dar mais dramático relevo à desolada pobreza do Poeta? O certo é que se lhe ajustam as palavras de Couto. A "Década VIII", neste ponto corroborada pelos pormenores que lhe acrescenta a manuscrita, reza assim: "E em Portugal morreu este excelente Poeta em pura pobreza." Couto curava por informações, escrevendo a sua "Década" na Índia, poderá dizer-se. Mas se for provada a autenticidade do manuscrito da Biblioteca Municipal do Porto, mais grave testemunho, porque é o seu directo testemunho pessoal, ficará provada a extrema pobreza de Camões, como adiante se verá.

E a publicação de "Os Lusíadas"? E a tença que por eles recebeu?

Camões conseguiu, na verdade, ver publicado o seu poema. Não apenas obteve triunfar das dificuldades materiais da edição como conseguiu lhe fosse benévola a pena do censor, fr. Bartolomeu Ferreira. "Como poesia e fingimento", próprios de "poeta, que não pretende mais que ornar o estilo poético", permitiu este que safssem à luz

não apenas a ficção dos deuses, intervindo na acção dos nautas, mas a nudez pagã, a formosa e lúbrica festa da "Ilha dos Amores".

Houve, para tal transigência da parte do censor, transigência da parte do Poeta, por que se explique a inserção dos milagres de S. Tomé (Canto X. 113-117), assim como a incongruência de a própria "Tétis" destruir a ficção mitológica, na estrofe 82 do mesmo canto? O problema é discutido em seu lugar próprio — segundo volume desta obra. Diga-se, porém, desde já, que o



Frontispícios de duas edições de "Os Lusíadas" com data de 1572. Note-se a colocação dos pelicanos; a primeira é considerada a edição "princesa"

padre censor era culto e inteligente e a conquista da sua benevolência foi a primeira e porventura fácil vitória do poema. É compreensível que os seus contemporâneos, mesmo alijando para a responsabilidade das estrelas a vida do Poeta, lhe não negassem a justiça elementar que se deve ao génio — reconhecer-lo.

Seria D. Manuel de Portugal quem contribuiu para a publicação do poema e para a tença que ele valeu ao Poeta? Assim o deduz Storck dos versos seguintes, dirigidos ao fidalgo:

Imitando os espíritos já passados,
Gentis, altos, reais,
Honra benigna dais

*A meu tão baixo quão zeloso engenho.
Por Mecenas a vós celebro e tenho;
E sacro o nome vosso
Farei, se alguma coisa em verso posso.
O rude canto meu que ressuscita
As honras sepultadas,
As palmas já passadas
Dos belicosos nossos Lusitanos,
Pera tesouro dos futuros anos,
Convosco se defende
Da lei leiteia, à qual tudo se rende.*

(Ode "A quem darão do Pindo...")

Tais versos legitimam, na verdade, a hipótese do biógrafo. De qualquer modo, o Poeta, além de lograr a obra publicada, posto que em modestíssima edição, ainda obteve de D. Sebastião a tença de 15\$000 réis anuais, pelo espaço de três anos, em

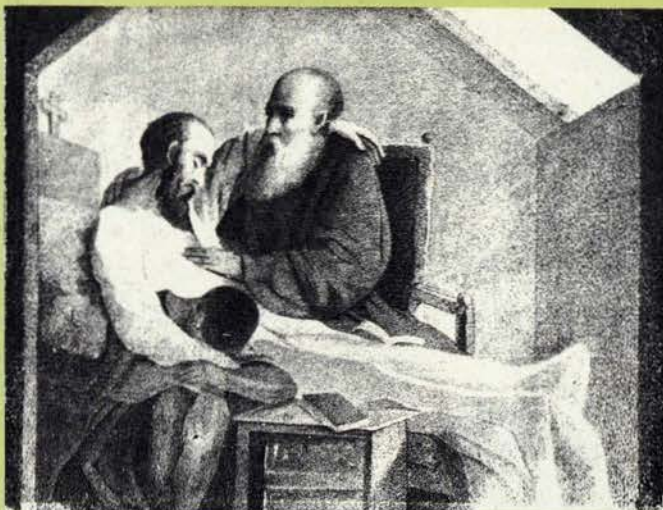
"... respeito ao serviço que Luís de Camões, cavaleiro fidalgo da minha casa, me tem feito na Índia por muitos anos, e aos que espero que ao diante me fará, e à informação que tenho de seu engenho e habilidade, e à suficiência que mostrou no livro que fez das coisas da Índia..."

O pagamento foi irregularmente feito. O Poeta não andava então nos arredores do cofre das graças, como se pode deprender dos próprios versos em que se dirige a D. Sebastião:

*Mas eu que falo humilde, baixo e rudo,
De vós não conhecido nem sonhado?*

("Os Lusíadas", X-154).

"Os Últimos Momentos de Camões", desenho de Joaquim Pedro de Loura



O próprio valor da tença, que dir-se-ia ter havido necessidade de justificar, somando aos "serviços do soldado o engenho e habilidade do poeta", seria suficiente, quando pago em dia, à sustentação de Camões e sua mãe? Talvez. Mas quando comparamos o prêmio que recompensou o criador genial do "tesouro do Luso", como a "Os Lusíadas" chamou Cervantes, com os que, contemporaneamente, beneficiaram, por exemplo, os membros da família de João de Barros, como nos impressiona o medíocre conceito que lhe reduzia a grandeza! Quando Barros deixou o cargo de feitor das Casas da Índia e Mina, conferiu D. Sebastião à mulher, em 1571, para quando o marido morresse, a tença anual de 50\$000: ao filho Júlio Jerônimo, no mesmo ano, "pelos serviços do pai", a de 150\$000 réis; e, por diploma de 1576, para quem lhe casasse com uma das filhas, que ele indicaria, a rendosa capitania de uma das naus da carreira da Índia, por duas vezes (52)!

Quem, talvez por este confronto, não ficou deslumbrado com a régia liberalidade para com Camões foi Diogo Bernardes. No soneto que lhe dedicou na primeira edição das "Rimas" (1595) assim escreve:

Honrou a Pátria em tudo. Imiga sorte
A fez com ele só ser encolhida,
Em prêmio de estender dela a memória...

É porque, porventura, assim pensavam muitos dos contemporâneos, e sobretudo porque o mal seria agravado pelo tesoureiro da Fazenda, na irregu-

**COMEDIA
DE FILODEMO.**

COMPOSTA POR LUIS DE CAMÕES.
Em a qual contém as figuras seguintes.

☞ Filodemo.	☞ amigo de Filodemo.
☞ Vilardo seu moço.	☞ Hum lobo filho do pastor.
☞ Dorylla.	☞ Floris era pastor.
☞ Solina sua moça.	☞ Dom Luídar lo pay de Vanolois.
☞ Vanolois.	☞ Tre. pastores baylido.
☞ Monzyro.	☞ Dolorois amigo de Vilardo.
☞ Hum pastor Doriano.	

Em Lisboa. Imprensa com todas as licenças necessarias. Por Vicente Alvarez. 1615

Frontispícios das edições de 1615 das comédias "Os Anfitriões" e "Filodemo"

laridade dos pagamentos, veio a formar-se, sobre tais fundamentos, a tradição da miséria de Camões. O seu fundo de verdade encontrou na "Década" manuscrita de Couto, acima citada, esta confirmação:

Deixei-o no Reino pobre e sem remédio e estado, que quando morreu o enterrou a Companhia dos Cortesãos e o depositaram à porta do Mosteiro de Sant'Ana, da banda de fora, chamente.

Tombado o gigante, porém, logo se começou a medir-lhe a verdadeira estatura. É ainda Couto que, no mesmo manuscrito, regista a primeira homenagem que lhe foi prestada, nestas palavras:



Casa na Calçada de Santana, em Lisboa, onde Camões viveu os últimos anos da sua vida e morreu

E porque em todo o tempo houve Mecenas que favoreceram as letras, não faltou ao Camões; porque, depois, D. Gonçalo Coutinho, por sua fidalguia e pelo que devia à ciência, lhe mandou pôr uma campa sobre uma cova, com o letreiro que declarasse quem era e as obras que compôs.

HERNÂNICIDADE
(in "Luís de Camões - O Africo" -
Livreria Bertrand)

FINAL DE "OS LUSÍADAS"

*Para servir-vos, braço às armas feito,
Para cantar-vos, mente às Musas dada;
Só me falece ser a vós aceito,
De quem virtude deve ser prezada.
Se me isto o Céu concede, e o vosso peito
Digna empresa tomar de ser cantada,
Como a pressaga mente vaticina,
Olhando a vossa inclinação divina,
Ou fazendo que, mais que a de Medusa,
A vista vossa tema o monte Atlante,
Ou rompendo nos campos de Ampelusa
Os muros de Marrocos e Trudante,
A minha já estimada e leda Musa
Fico que em todo o mundo de vós cante,
De sorte que Alexandre em vós se veja,
Sem à dita de Aquiles ter enveja.*

CAMÕES

Depoimentos

Quem leu ou lê Camões

MARIA OTÍLIA
(Actriz, 35 anos)

V. M. — Já leu Camões?

M. O. (responde-nos segura) — Li muita coisa e estudei "Os Lusíadas" e os sonetos. Acho que Camões foi e será um poeta inigualável, universal e que deveria ser estudado em todas as línguas.



JOSÉ FERREIRA

(Profissional da indústria de hotelaria, 43 anos)

V. M. — Já leu ou ouviu falar de Camões?

J. F. (com um sorriso, diz-nos prontamente) — Camões é cego de um olho e capa melões! — isto diz o povo. De Camões? ! Ora, sei que foi para a Índia, sim senhor, e que era muito dado aos amores! Sei mais, que escreveu "Os Lusíadas" e que era um grande poeta. Li alguma coisinha quando fiz a quarta classe.



MARIA DE LOURDES MOREIRA
(Empregada num antiquário, 52 anos)

V. M. — Já leu Camões?

M. L. M. — Há muito tempo!, quando era miúda. Tenho em casa o "livro", é dos meus filhos que andam a estudar, mas eu nunca o li. Sei que Camões é um grande poeta e que ainda hoje toda a gente fala nele. Ignoro o título do livro, mas amanhã vou lê-lo porque sei que foi escrito por o mais célebre poeta português!



JOSÉ CARLOS RIBEIRO AFONSO
(Estudante, 17 anos)

V. M. — Já leu Camões?

J. C. R. A. — Li algumas coisas na instrução primária. Gostava muito de o ler, mas, como estudo na Escola Comercial e Industrial do Seixal e trabalho de noite, o tempo livre que tenho é muito pouco. No entanto, sei muito bem como Camões salvou "Os Lusíadas" no naufrágio e que escreveu parte deles numa gruta em Macau.

Vendo nos seus olhos um misto de entusiasmo e nostalgia que nos fizeram adivinhar uma enorme vontade de saber, ainda lhe perguntámos:

V. M. — E sabe a que época pertenceu tão grande poeta?

J. C. R. A. (o seu olhar entristece um pouco quando responde) — No século XII, ... mas não tenho a certeza.

Camões e a tradição lírica popular

Ao contrário de António Ferreira, Camões não se deixou deslumbrar pelas formas da poesia culta e aristocrática do seu tempo ao ponto de ser insensível ao encanto do lirismo tradicional. Assim como, no poema épico, ele soube entrelaçar as lendas da tradição com os mitos da cultura, ser o eco da esparsa voz dos "homens do comum", ao mesmo tempo que o exaltador, culto e artista, das "façanhas dos grandes", assim a sua lírica, sendo, por vezes, um eco nítido do "dolce stil nuovo", não deixa de ser simultaneamente a florescência mais alta e mais graciosa daquela que, vinda dos cancioneiros medievais, continuava a dar seu fresco sabor aos autos de Gil Vicente.

Ainda bem que assim foi. Porque é bela, em sua ingenuidade, essa lírica tradicional, e porque o poeta, sem lhe fazer perder a graça nativa, soube adaptá-la aos novos interesses espirituais, a um gosto de mais requintado apuro e a uma inteligência de mais airoso agilidade e subtil penetração.

Os poetas portugueses provençalizantes cantaram as suas canções de amor em quase perfeita conformidade de atitude com a "Gaya Scienza". O amor é, também para eles, a fonte de toda a felicidade e o estímulo de toda a virtude, conforme o verso de Daude de Pradas: "Quar no'es joys ni honors si non l'aduz Amors." É a mesma a tímida reverência, a submissa e longa esperança, a cautelosa discrição em face da dama, que mais do que suserana do coração vassalo que a "servia", era, na hipérbole de alguns, a proprietária dele, podendo quebrá-lo caprichosamente, como a uma coisa. Observam a mesma "mesura", ou seja o conhecimento e cumprimento de todas as complicadas "Leys d'Amors", código que não prescrevia apenas a ética do verdadeiro amante mas a estilística do verdadeiro poeta. Solicita-os uma mesma tendência para as abstrações, através das quais, quando existe, se disfarça toda a realidade viva, ou para uma semelhante mitificação do amor, do

coração, dos olhos. Discípulos dóceis, enfim, se bem de maior rudeza, pela inferioridade da cultura, dessa "cortesania" que é uma das mais curiosas combinações, realizadas pelo espírito medieval, de elementos da cultura e ética cristãs, greco-latinas e talvez árabes. Seria Petrarca quem, continuando, aliás, caminho traçado por Dante, faria no século XIV florescer todo este seminário de ideias e sentimentos, num genial lirismo que ficou sendo modelo formal e repositório temático durante séculos.

Difícil discriminar, na poesia camo-

niana, a parte que teria vindo da tradição, da que lhe teria sugerido o magistério petrarquista. Podemos crer, contudo, que a atitude quase religiosa para com a mulher, que é o que sobretudo resulta desta subtilização cerebral do sentimento erótico, essa herdou Camões dos nossos poetas medievais, porque não fora interrompida a tradição lírica que a exprimia, projectada nos cancioneiros espanhóis de Quatrocentos, como no de Garcia de Resende.

HERNANI CIDADE

("Camões - O Lírico")

"A Morte de Camões", quadro a óleo de autor desconhecido



A morte de Camões

(Como noutra local desta separata se refere, a obra e a personalidade de Luís de Camões têm sido motivo de atenção e estudo de inúmeros especialistas estrangeiros, particularmente dos românticos alemães. Ludwig Tieck foi um desses escritores e investigadores alemães que se deixou seduzir pela figura enorme do nosso imortal poeta. O seu romance "A Morte de Camões" ("Tod des Dichters"), com tudo o que poderá ter de histórica e documentalmente discutível, é uma obra de especial significado no que se refere ao alargamento e aprofundamento do conceito da Vida e da Arte.)

Ninguém duvidava ter chegado à última hora do poeta. Era porém tão maravilhoso o estado de alma em que se encontravam que ninguém sofria. Impunha-se não deixar partir a grande alma sem os sacramentos necessários.

Pensava-se na maneira de ir buscar um padre, quando ouviram ressoar cânticos religiosos. Passava na estrada uma procissão; dirigiam-se a um claustro onde existia uma imagem milagrosa da Virgem Maria. O marquês desceu precipitadamente. Diante do poeta, em breve apareciam o príncipe D. António, Prior do Crato, e um bispo que tomava parte na procissão e que o marquês chamara.

— O grande Camões vive — e vai morrer! — bradou o príncipe. — Para honrar um tal português, devia aparecer o rei em pessoa.

Deixaram sozinho, com o bispo, o moribundo. Ao saber da existência de Camões, não permitira o bispo que outro padre o ouvisse em confissão e lhe ministrasse os santos sacramentos. Assim, na morte, todos pretendiam honrar aquele que, em vida, tanto ti-

nham maltratado.

Logo que o bispo se afastou, todos entraram na sala e Camões de todos se despediu. Brilhava-lhe no olhar o êxtase da bem-aventurança. Catarina dominava-se nobremente. A sua ventura e a sua dor eram demasiado grandes para se reflectirem em palavras. Maria chorava como louca, sem saber que laços de sangue a ligavam àquele homem maravilhoso.

O marquês e o conde procuravam manifestar a sua ternura e veneração; até o italiano, por gestos e palavras, exprimia o seu culto do poeta sobre-humano. Disse Cristóvão:

— Voltei a ver-te, a ti, o melhor e mais nobre dos homens. Agradeço a Deus este instante de ventura em que me é dado ver-te ainda uma vez.

Dolorosa foi a despedida de Camões e do amigo, o fiel António. Abençoou-o e disse-lhe:

— O céu não deixará de abençoar a tua fidelidade e o teu amor, tão extraordinários.

— Pois não me sinto eu recompensado além de tudo o que fiz por vos ter pertencido e me terdes chamado amigo?

Camões estreitou ainda a mão do velho Domingos.

Calaram-se todos. Rodeado dos mais nobres e mais fiéis amigos, sereno e feliz, o Poeta adormeceu para sempre.

LUDWIG TIECK (1773-1853)

("A Morte de Camões" — romance — Ed. Aviz)

SONETO

*Doces lembranças da passada glória
que me tirou Fortuna roubadora,
deixai-me repousar em paz uma hora
que comigo ganhais pouca vitória.*

*Imprensa tenho n'alma larga história
deste passado bem que nunca fora
— ou fora e não passara. Mas já agora
em mim não pode haver mais que a memória.*

*Vivo em lembranças, mouro de esquecido
de quem sempre devera ser lembrado
se lhe lembrara estado tão contente.*

*Oh! Quem tornar pudera a ser nascido!
Soubera-me lograr do bem passado
se conhecer sobera o mal presente.*

CAMÕES

A tença que o rei concedeu ao poeta

Publicado o poema ("Os Lusíadas") em 1572, recebe o Autor uma tença de quinze mil réis anuais, pelo espaço de três anos, em "respeito ao serviço que Luís de Camões, cavaleiro fidalgo da minha casa, me tem feito na Índia por muitos anos, e aos que espero que ao diante me fará, e à informação que tenho do seu engenho e habilidade, e à suficiência que mostrou no livro que fez das cousas da Índia".

D. Sebastião, que lhe concede a tença, parece querer justificar por todo um complicado somatório de serviços quantia que acharia excessiva para a suficiência do livro que fez das cousas da Índia... Por outro lado, o confronto da tença dada a Camões com as que, quase na mesma data, concede ao filho de João de Barros pelos serviços do pai (150\$000) e a quem casasse com uma das filhas do historiador (a renda da capitania de uma das naus da carreira da Índia, por duas vezes), mais evidência dá à incompreensão do monarca perante o Tesouro do Luso.

Aliás, a tença por tal forma ratinha-da não é paga em dia, segundo o mostram os documentos que se lhe referem. E assim, não há dificuldade em acreditar o historiador Diogo do Couto, na Década VIII, Cap. 28:

"Deixei-o no Reino pobre e sem remédio e estado, que quando morreu o enterrou a Companhia dos Cortesãos e o depositaram à porta do mosteiro do Convento de Santa Ana, da banda de fora, chãmente." E no manuscrito que da mesma década existe na Biblioteca do Porto, depois de se referir à campa e epitáfio que lhe mandou fazer D. Gonçalo Coutinho, termina:

"Lá no Reino correu a mesma fortuna que na Índia, e não é de espantar, que quem nasceu triste não pode ser contente."

Por seu turno Diogo Bernardes escreveu o soneto que vem inserto na primeira edição das Rhythmas e que termina por esta discreta condenação:

Honrou a Pátria; em tudo imiga sorte

A fez com ele só ser encolhida,

Em prémio de estender dela a memória.

Os laudatores aevi acti, os que expulsaram o Diabo de certos sectores da História, clamam que 15\$000 réis era pensão suficiente e o Rei não teria culpa da má cabeça do Poeta. Parece, todavia, que entre os vários juízos devem ser mais seguros os dos contemporâneos que os que se formulem à distância de perto de quatro séculos, mais do que suficientes para atenuar, até completa reabilitação, quanto no Mundo fizeram a maldade, a injustiça, a estupidéz ou simplesmente a desatenção a quanto o interesse imediato não imponha às cobiças de egoísmo ou possa converter-se em alimento da vaidade.

(in "Obras Completas de Luís de Camões" — Coleção Clássicos Sá da Costa, Vol. I)

"Os Lusíadas" na sua época

O mundo de preocupações em que se inserem "Os Lusíadas" não é só português, quer no domínio destas tendências culturais quer no plano das perspectivas políticas. O acesso directo aos novos mundos era exasperadamente procurado e nesse ano de 1572 Drake tinha desembarcado no Panamá, manobra de aproximação das rotas principais. E se a importância política atribuída às novas regiões se não manifestava tanto como a económica ou a cultural era porque as lutas religiosas e de hegemonia mediterrânica (não interessa definir porquê) absorviam ainda as atenções dos estados principais. São desse ano de 1572 a matança de

SONETO

Enquanto quis Fortuna que tivesse
esperança de algum contentamento,
o gosto de um suave pensamento
me fez que seus efeitos escrevesse.

Porém, temendo Amor que aviso desse
minha escritura a algum juízo isento,
escureceu-me o engenho c'o tormento
para que seus enganos não dissesse.

Ó vós, que Amor obriga a ser sujeitos
a diversas vontades: quando lerdos
num breve livro casos tão diversos

— verdades puras são, e não defeitos...
Sabei que, segundo o amor tiverdes,
tereis o entendimento de meus versos...

CAMÕES



S. Bartolomeu e a revolta dos "mendigos" na Holanda e do ano anterior a ocupação de Chipre pelos Turcos e a batalha de Lepanto. No Atlântico desenhava-se no horizonte a possibilidade de uma aliança franco-inglesa que as realidades futuras vieram revelar muito difícil. Interesses e indicações de movimentos que vinham de longe e que exprimiam desencontradamente, como sempre, a consolidação de antecedentes perspectivas universalistas, históricas, geográficas, políticas e culturais e a dificuldade em se institucionalizarem. Flagrante, porém, desde já, era o que o problema da unidade espiritual do Mundo se revelava uma possibilidade muito longínqua ou simplesmente uma utopia. A Reforma e o poderio turco eram a expressão concreta dos obstáculos a essa unidade.

"Os Lusíadas" não se dirigiam, assim, a uma sociedade inerte ou sem vitalidade. A "apagada e vil tristeza" de que fala o poeta caracteriza aqueles que estão dominados pelos seus interesses e

preocupações individuais e só o estado do País quando sujeito a essa gente. Embora os problemas fossem instantâneos e as alternativas políticas, económicas e militares exigentes, as possibilidades e opções estavam em constante mutabilidade e não se apresentavam insolúveis. Do mesmo modo, a experiência de Camões, no Oriente, patenteava ao seu agudo sentido de observação os problemas de contacto de duas civilizações e tornava-o extremamente sensível às qualidades e defeitos da gente portuguesa e ao que era indispensável ou prejudicial à manutenção segura das conquistas. O Português, em contacto com o Oriente, desvendava as suas características essenciais, como membro do Estado, ao mesmo tempo que também — os seus defeitos:

*Mas na Índia, cobiça ambição,
Que claramente põem aberto o rosto
Contra Deus e Justiça...*

Ao lado destas modalidades negativas, outras evidenciam as qualidades nacionais de obediência, lealdade, fortaleza, piedade, etc. Certo é, porém, que nenhum destes aspectos se refere só a formas psicológicas, mas sim, essencialmente, às históricas e sociais. Era o comportamento histórico e social do português que, por consequência, importava definir. As qualificações afectivas não têm qualquer relevo: o português “amoroso” é uma ênfase muito posterior e não camoniana.

JORGE BORGES DE MACEDO
(in “História e Doutrina do Poder
n’os Lusfadas”)

Inauguração do
Monumento a
Camões em Lis-
boa



MODELO MEU TU ÉS...

*Camões, grande Camões, quão semelhante
Acho teu fado ao meu, quando os cotejo!
Igual causa nos fez, perdendo o Tejo,
Arrostar co’o sacrílego gigante;*

*Como tu, junto ao Ganges sussurrante,
Da penúria cruel no horror me vejo;
Como tu, gostos vãos, que em vão desejo,
Também carpindo estou, saudoso amante.*

*Ludíbrico, como tu, da Sorte dura
Meu fim demando ao Céu, pela certeza
De que só terei paz na sepultura.*

*Modelo meu tu és... Mas, oh tristeza!...
Se te imito nos transes da Ventura,
Não te imito nos dons da Natureza.*

BOCAGE

Endechas a bárbara escrava

*Aquela cativa
que me tem cativo,
porque nela vivo,
já não quer que viva.
Eu nunca vi rosa
em suaves molhos
que para meus olhos
fosse mais formosa.*

*Nem no campo flores,
nem no céu estrelas,
me parecem belas
como os meus amores.
Rosto singular,
olhos sossegados,
pretos e cansados,
mas não de matar...*

*Uma graça viva
que neles lhe mora,
para ser senhora
de quem é cativa...
Pretos os cabelos,
onde o povo vão
perde opinião
que os louros são belos.*

*Pretidão de Amor...
Tão doce a figura
que a neve lhe jura
que trocara a cor.
Leda mansidão
que o siso acompanha...
Bem parece estranha,
mas bárbara não.*

*Presença serena
que a tormenta amansa...
Nela, enfim, descansa
toda a minha pena.
Esta é a cativa
que me tem cativo,
e, pois nela vivo,
é força que viva.*

CAMÕES

Repercussão europeia de "Os Lusíadas"

(O poema épico de Camões) estendeu-se, na verdade, "a memória" da Pátria. Porque, logo que publicado, o poema teve repercussão na Itália, onde T. Tasso se lhe referiu num soneto, e na Espanha, onde Cervantes lhe chamou o "tesouro do Luso", e Luís Gomes de Tápia e Benito Caldera o traduziram, ainda antes da morte do Poeta — 1580. Se do poema se disse então que "se llega a la Eneida, vence la Thebayda, es poco menos de la Ilíada y Odysea de Homero", outra versão, onze anos depois, confirma a consagração; e, quando as "Rimas" apareceram, em 1595 e 1598, a sua glória mais ainda irradiou. Elevam-na em Espanha à altura máxima tanto os enamorados da simplicidade de Lope como os adoradores das sutilezas de Gongora. O próprio Lope de Vega, como mais tarde Baltazar Gracián, para isso contribuem. Voz discordante, apenas, na França, a do padre Rapin (1674), que não achava o poema conforme ao padrão estabelecido. Mas isso não impediu a tradução italiana de Paggi, e a inglesa de Fanshawe; e, a crer no juízo do seu último tradutor em inglês, o poeta americano Leonard Bacon, também não obstuo ao seu conhecimento por Milton...

O séc. XVIII, friamente racionalista, esteve longe de aceitar com unanimidade a excelência do poema; todavia, é traduzido de novo em Espanha, pela primeira vez em França, na Alemanha, Holanda, Rússia e Polónia. As ingenuidades do tradutor francês — Duperron de Castéra — provocam a troça de Voltaire, que não poupa na obra a mistura de mitologia e cristianismo; mas o livro "Essai sur la Poésie Épique", em que o crítico a censura, mostrando, aliás, conhecê-la tão mal, empresta a amplitude da sua audiência não, apenas às censuras mas ao reconhecimento de alguns dos seus valores: o episódio de Inês de Castro ("il est peu d'endroits dans Virgile plus attachants et mieux écrits") e o do Adamastor ("Cela est grand en tout pays, sans doute"). Montesquieu faz-lhe menos restrições: sen-

te em "Os Lusíadas" os encantos da "Odisseia" e as magnificências da "Eneida".

O inglês Mickle, que o traduz por julgar má a tradução de Fanshawe, reage contra as censuras de Voltaire, e a vulgarização que dá ao poema logo se manifesta na literatura inglesa de viagens: topem-se na Batalha os túmulos de Pedro e Inês ou em Macau a gruta lendária, logo se aproveita o ensejo de aludir ao Poeta e traduzir os trechos apropriados.

La Harpe e D'Hermilly traduzem-no de colaboração, e, se a universidade da língua francesa serve a glória do Poeta, não a servem menos os episódios escolhidos e, sobretudo, o da morte de Inês de Castro, que o padre Malebranche aponta como modelo de eloquência da vítima perante o algoz.

O séc. XIX, com sua paixão do exótico e sua emotividade perante o génio perseguido, alarga e aviva o interesse pela obra e seu autor. A Dinamarca e a Suécia entram no coro e, na Hungria, é um grande poeta nacional, Francisco Koelçsey, que lhe exalta o génio. Depois, ao conhecimento do poema épico junta-se agora o das "Rimas". Conhece-as a Inglaterra desde que, em 1803, Strangford as traduziu; a Alemanha, através de Bouterwek e Reinhardtstoetner; a França nalgumas versões de Ferdinand Denis. Southey, Schlegel, Rosenkranz contribuem para tal divulgação, como mais tarde Burton e Stork. Mas escritores como Madame de Stael e Chateaubriand, poetas como

Lamartine, Byron e Isabel Browning, a quem o marido chamava "my little Portuguese", lembrando o título que ela tinha dado a um seu livro ("Catarina to Camões"), mais eficazmente teriam feito amar o grande lírico.

No séc. XX continuam-se as traduções e as críticas de estudo e vulgarização. Em inglês traduziram-no há poucos anos Atkinson e o poeta americano já citado, Leonard Bacon; em francês, Roger Bismut; em espanhol, Ildefonso Manuel Gil. E Edgard Prestage, Aubrey Bell e Bowra; Georges le Gentil; A. Padula, Farinelli, Pellizzari, S. Pellegrini, Crocetti, respectivamente na Inglaterra, França e Itália, não tratam o Poeta nem com menos estima nem com menos lucidez crítica do que o tratam os Peninsulares. — H. C.

(do "Dicionário das Literaturas Portuguesa, Galega e Brasileira")



Monumento a
Camões, em Lisboa

Chico da CUF: "NUNCA VIVI DE EXPEDIENTES"

A peregrinação de Francisco Ferreira, o popular "Chico da CUF", por terras da União Soviética foi uma autêntica odisseia. Ao cabo de mais de um quarto de século de exílio na pátria do comunismo, privou com as suas gentes, conheceu-lhes as amarguras e as alegrias e, especialmente, constatou em todas as suas facetas o regime que as rege.

Experiência amarga, dolorosa, amassada na carne e no sangue, fizeram do ex-militante do PCP um desiludido, um revoltado, um opositor. O seu livro "26 Anos na União Soviética" é o testemunho cru e verídico das suas vivências pelo país das estepes.

O seu depoimento, implacável e denunciador de uma ideologia que a prática lhe demonstrou ser corrupta, conhece, na tiragem das Edições Afrodite, a quinta edição, facto bem revelador da audiência que tem merecido pela parte de um povo, o seu (o português), que não quer ser enganado por estes cantos de sereia que se obstinam em o querer embalar para mais um destino de totalitarismo.

Mas ouçamos o combatente Francisco Ferreira:

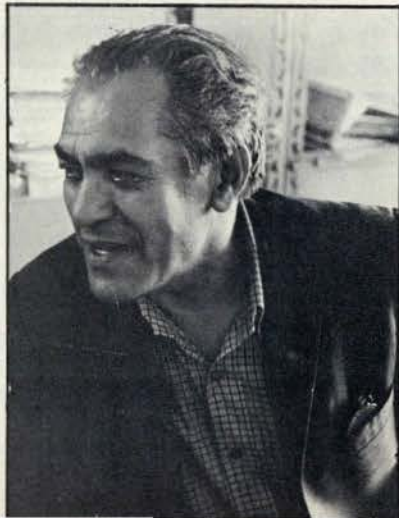
— A que atribui esta quinta edição do seu livro?

— O êxito deste livro de notas de exílio, que agora alcança a quinta edição, deve-se, naturalmente, ao facto da veracidade das minhas revelações. A minha primeira e única preocupação foi reproduzir uma parte da verdade da vida na URSS. O povo português, aliás qualquer povo, preza e ama a verdade, a verdade nua, porque a verdade (como é moda dizer) é de "per si" revolucionária. E o nosso povo está apto em compreender a verdade. Daí o êxito do meu livro. Até ao 25 de Abril de 1974, os propagandistas interessados actuavam impunemente. Este livro do "Chico da CUF", de facto, parece ter posto fim a grande parte dessa impunidade.

Até à minha estadia na URSS, os camaradas que lá tinham vivido por um período mais ou menos longo, de

não menos de dois anos, desconheciam a realidade. Não viveram com o povo, não aprenderam o difícil idioma russo, não estudaram a história dessa gente, apenas contactaram com funcionários do Estado que só muito superficialmente lhes disseram umas coisas da ideologia, do que fora a revolução russa de 1917, mas que ignoravam as correlações e contradições de classe, ou seja, as outras forças que para além do partido social-democrata operário russo (de Lenine) lutavam contra o czarismo. Esses camaradas não ficaram a conhecer o povo russo nem o movimento revolucionário russo.

Recordo um caso muito engraçado que sucedeu comigo em 1931, aquando de uma entrevista que tive com um dirigente da então Federação da Juventude Comunista, o primeiro com quem falei que tinha estado na União Soviética por um período razoável de tempo. Perguntei-lhe se lá havia ladrões e ele disse-me que não. Entretanto, e cu-



riosamente, a Imprensa soviética continua a desmentir esse "fiel" militante comunista. A Imprensa soviética informa constantemente que são presas e até condenadas à morte pessoas só por roubar. Esse jovem ingénuo ficou a conhecer tanto da URSS como recentemente o secretário da Federação Portuguesa dos Têxteis, que veio emitir "abalizadas opiniões" sobre coisas que ignora em absoluto.

— Na sua qualidade de autor, quanto já ganhou com este livro?

— Com este livro ganhei até à data 235 contos (que estão no banco, se não mos roubarem). Foi um contrato pouco rendoso para mim e muito mais rendoso para o editor. No entanto, ele ousou bastante e eu não esqueço que foi o único que se atreveu a assumir a tarefa da sua publicação durante os dias negros do gongalvismo...

— Acredita que este livro tenha contribuído para um melhor esclarecimento sobre as condições de vida na União Soviética?

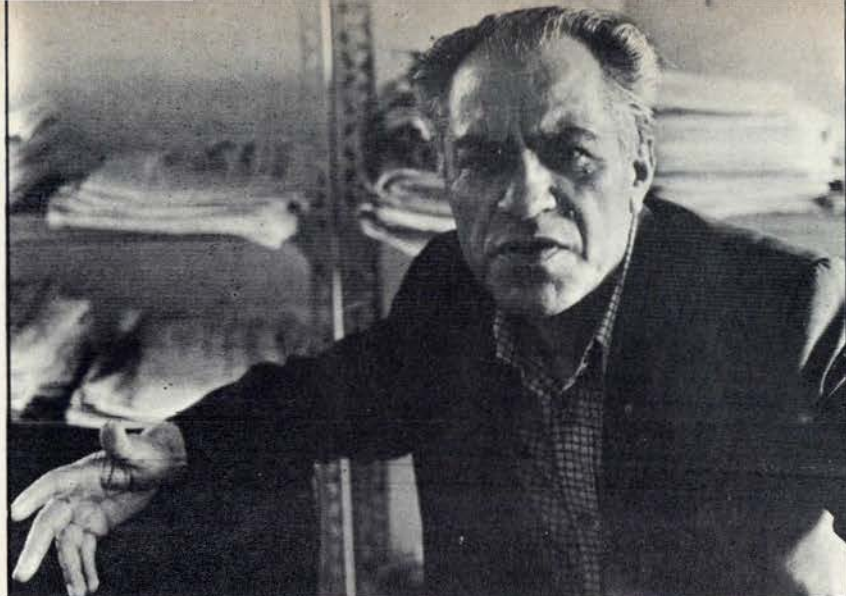
— Sim, acredito. Pela consideração que nutro pelo generoso e carecido povo russo, que não conhece o mundo exterior nem as liberdades que aí se vivem, há coisas que dificilmente se podem relatar e ser críveis. Poderia suceder comigo, inclusive, o mesmo que sucedeu recentemente em Madrid com Solzhenitsyn. Ele disse que na Espanha dos nossos dias goza-se de mais liberdade do que na Rússia. Ele disse a verdade e foi criticado. Em Portugal, declarações análogas dariam o mesmo resultado. A verdade, por vezes, é tão absurda que só em contacto directo com ela se torna vrosítil.



Eu, se quisesse, tinha escrito e editado com muitíssimo mais lucros para mim os "26 Anos na União Soviética" durante o regime salazarista. Mas não o quis. A um intelectual "progressista" respondi, a propósito de um convite que me fazia para ir depor à televisão: "Não vim para servir o salazarismo. Não renunciei às minhas ideias juvenis de um mundo melhor para todos os portugueses. Devo dizer que aprendi a honestidade com os meus pais, que eram camponeses analfabetos de Alcácer do Sal. Mais, se hoje me identificasse com certos elementos muito responsáveis do Partido Comunista e a eles me moldasse, decerto perderia essas qualidades de que todo o revolucionário deve estar impregnado. O dr. Cunhal e o sr. António Dias Lourenço bem sabem disto e no meu livro encontrareis a confirmação do que digo.

— Considera que já esgotou toda a matéria sobre a sua vida na URSS ou ainda reserva para outro volume mais revelações?

— Sim, ainda tenho algo mais a dizer, se o tempo me chegar e se nada me acontecer de anormal. Posso acrescentar várias coisas sobre a minha vida e a minha longa experiência, que não tem sido nada fácil. Nunca vivi de expedientes. Trabalhei ao longo de toda a minha vida, arduamente. Fui preso por ocasião do movimento de 18 de Janeiro de 1934, manifestando-me contra as medidas fascistas do salazarismo. Seguiu-se, pouco depois, a minha longa jornada, o meu exílio na Rússia. Regressei ao Barreiro em Janeiro



de 1970, após 36 anos de forçada ausência.

Estive vários meses desempregado até que comecei a trabalhar nas Publicações Europa-América, em Mem Martins, ganhando três contos por mês. Fui despedido em 18 de Junho de 1974, por ter declarado numa reunião com a presença do proprietário da editora, sr. Francisco Lyon de Castro (então representante oficial do livro soviético em Portugal), que o seu esquerdismo não o impediu de amassar uma grande fortuna em pleno regime salazarista. Estive desempregado de Junho a Novembro de 1974. Vivo actualmente uma segunda juventude, quase em estado de felicidade, nestes tempos posteriores ao 25 de Abril de 74.

Aderi ao Partido Socialista, partido onde tenho encontrado uma emocionante cordialidade. É de facto um par-

tido onde vigoram as liberdades democráticas e em cujas fileiras militam mais autênticos comunistas do que no próprio Partido Comunista. O PS honrou a minha honestidade, tendo-me apresentado como candidato a deputado à Assembleia da República. A ele, ao PS, dedicarei os meus melhores esforços a fim de contribuir para a construção de um Portugal verdadeiramente democrático, pois só em condições de uma verdadeira democracia se pode caminhar para a estruturação de um regime socialista insofismavelmente digno deste nome.

Permito-me afirmar a todos os meus velhos e novos camaradas, a todos quantos amam a terra onde nascemos, que a revolução é uma tarefa de gigantes que não se faz num dia e que não confiem demasiado nos revolucionários ditos do "já... já!".

■ D.G.

OS DEZ MAIS

Os dez livros mais vendidos em Portugal, na última semana. Esta rubrica, isenta de qualquer intuito publicitário, é elaborada com base em informações prestadas pelas principais livrarias de Lisboa e Porto. (Entre parêntesis, as classificações da semana passada).

Título	Autor	Editor	Preço
1 (1). Moçambique, Terra Queimada	Jorge Jardim	Intervenção	200\$00
2 (7). 26 Anos na União Soviética	Chico da Cuf	Afrodite	130\$00
3 (8). A Tentação Totalitária	Jean-François Revel	Bertrand	125\$00
4 (2). Portugal Depois de Abril	Avelino Rodrigues e outros	António dos Reis	100\$00
5 (-). Portugal que Revolução	Mário Soares	Perspectivas e Realidades	120\$00
6 (-). Portugal nem Tudo Está Perdido	Cap. Henrique Fernandes	Ulmeiro	90\$00
7 (6). Constituição Política	-----	Imprensa Nacional	20\$00
8 (-). Do General ao Cabo Mais Ocidental	Álvaro Guerra	Afrodite	140\$00
9 (3). Cenas Parlamentares	Vítor Silva Lopes	Editus	120\$00
10 (4). Fogo Preso	Miguel Torga	Autor	80\$00

O ROMANCE QUE PERDEMOS

A missão histórica específica do cinema está por detectar. Impponderável, nas suas múltiplas implicações e perspectivas, o cinema tem escapado à observação dos mais capazes e a todos quantos querem ver nele um sucedâneo de outras manifestações artísticas menores, que fizeram delícias epocais, mas foram soçobrando por necessidades de gosto e de consumo. É o cinema a vítima mais recente deste fenómeno. De um modo ou outro, muitos querem vitimá-lo, até já contam pelos dedos os anos que lhe restam. Simplesmente, o cinema não é vitimável — mercê, sobretudo, da herança que lhe cabe e o destina.

De continuador da ópera a espectáculo-divertimento por excelência do século XX, o cinema tem passado por tudo. Arte plástica síntese (mais completa ainda que o "ballet"), detonador iniciático da educação visual, supremo veículo da comunicação social do futuro, alienador da criatividade humana, precursor de um retorno ao cerebralismo primitivo — são outros tantos epítetos de quantos plúmbeos se têm "colado" à intrínseca definição do que é o cinema.

Esquecemo-nos é que, na área da literatura, vamos encontrar a função fulgurante que impulsiona o cinema como pronto-socorro do homem moderno, desse homem consciente e encantado que não abdica dos seus padrões de cultura e dos aparelhos de magia que lhe vão alimentando o sonho, essa vital e biológica urgência de sobreviver que é o acto de sonhar. Mesmo acordado.

O romance, como expoente caleidoscópico que foi para o homem do século XIX, esgotou as suas fontes de energia, consumiu-se na embriaguez dos seus próprios eléctrodos, autodeglutiu-se e acabou por matar o homem que, predestinando-o, o reduziu

às cinzas dos seus excessos. A vertigem voraz da "comédia humana" metamorfoseou o homem e catapultou-o para a dimensão de mutante com outras e mais desvairadas exigências.

Vamos encontrar o nosso semelhante da segunda metade do século XX ávido das mágicas que correspondam à sua nova imagem. À imagem, precisamente, móvel e nervosa em que se move o seu quotidiano e o seu repouso vigilante e latente. Idas duas guerras mundiais, em pleno curso da técnica e da ciência, "robot" da sua corrida para o infinito. Porém, este homem, febricitante e mudado, precisa de tradições, tem pontos de referência fora dos quais não se sabe mover, transmuta comportamentos, mas a sua memória é esférica, redonda, perfaz velocipédicos circuitos em que a origem é o eterno retorno.

O cinema é, pois, dentro das paredes deste raciocínio rápido e linear, o substituto superlativo do nosso romance de ontem. A sua linguagem tem a novidade de uma fala titubeantemente ainda utilizada, daí fresca, apta, vigorosa, como a pintura rupestre do admiravelmente novo, qua-

se virgem. Tem toda uma magia por haver, apetece como o sonho que se traduz sempre numa história, num sinal, mas transmite-se noutra plano dos jogos da matéria. É a quintessência de um vocabulário de fascínio, a droga das grandes visões de maravilha que farão sobreviver e, mais, inventar o homem nosso filho.

Com o cinema, o homem equaciona-se numa nova etapa do seu conhecimento e projecta-se, potencialmente, para lá do seu comportamento. É mais uma ordem da poesia para se fazer ouvir junto do homem comum. E dar um significado aos seus receios e criar um melhor intermediário entre os mortais e os deuses. Doravante vamos ler estes mensageiros de hoje e de amanhã, que serão os novos rostos de Stendhal, Balzac, Dostoiévski, Dickens. Nesta incessante senda de mergulharmos bem dentro dos nossos segredos, seguirmos as mínimas pegadas e encantarmo-nos com as peripécias que apontam o nosso caminho para a morte ou para o absoluto. O cinema é o nosso guia, a nova estante de intimidade dos dias que vivemos. O luxuriante confessionário onde vemos exaltações e melancolias.

Por isso o cinema ser, hoje, missionariamente, o romance que perdemos.

● Dórdio Guimarães

"Convém fazer bem o amor"

"Convém Fazer Bem o Amor". Realização de Pasquale Festa Campanile. Interpretação de Luigi Proietti, Agostina Belli, Eleonora Giorgi, Christian de Sica, Mario Scaccia e Adriana Asti. Produção italiana, distribuída em Portugal por Filmes Castello Lopes. Em exibição em Lisboa, no Cinema Condes.

Dizíamos há uma semana (e mantemos) que a comédia cinematográfica italiana estava em crise. Melhor, que um tipo de comédia tradicional transalpina fez escola, divertiu, uma boa vintena de anos, as nossas plateias e afundou-se, por fim, numa mediocridade de filha da saturação. Contaminada pe-

la banalidade, degradou-se, enveredando pela estandardização de um produto que se tornou rendível através de um herói em bolandas que é o vigoroso amante latino.

Surge-nos nisto, uma fita que, temperando-se dos mesmos típicos condimentos, vem desmistificar e trocar as cartas das regras do jogo habituais. Quer dizer, usando e abusando dos caracteres somáticos sexuais dos italianos, extrapola os dados e projecta-os noutra dimensão. Assim, toda a comichade explorada dos excessos genéticos altera-se e faz o pino no mesmo chão onde vigorou. Torna-se a virilidade triunfante num bocejo apaziguador e indiferente. Basta transformar o fruto proibido num consumo obrigatório. Ou seja, a natureza ao contrário. As aventuras de D. Juan convertidas em instituição nacional. O acto da função sexual, com toda a espécie das suas relações clandestinas, indiferenciadas e



O casal cabaia prepara-se para produzir "energia", numa cena de "Convém Fazer Bem o Amor"

imorais, uma prática legislada pelo Estado.

E toda esta metamorfose advém de quê? O mundo, de repente, perdeu todas as suas fontes de energia. Só resta uma salvação, um recurso: a cópula entre os seres humanos, que liberta toda a carga essencial ao regular funcionamento da civilização moderna. Mas, para isso, é preciso copular freneticamente e sem o sentimento do amor. Copular incessantemente, entre des-

conhecidos de preferência, atropelando todas as éticas de moral, de comportamento, de combinações naturais. Decretada a copulação geral, logo se atinge os males da ordem, o sistema burocratizado — e daí ao descalabro vai um ápice. Os amantes de ocasião buscam outros motivos de interesse que não o sexo. Começam a cultivar o sentimento puro, sem contacto, como o novo fruto proibido, altamente mais sensual. O Governo e a Polícia dão ca-

ça aos namorados que só trocam palavras de amor, profíbem violentamente toda a atitude de amar, sem beijos nem cópulas. Não copular é um atentado à sobrevivência e segurança dos povos. Esta inversão de valores, envolve a própria Igreja, que condescende em colaborar com o Estado. Trata-se de salvar a espécie. E, aí, o espírito depende integralmente da continuação material do homem.

Pena é que este filme tenha uma factura tão chocha, que em nada corresponde à frescura e poder do tema. O enredo vai sempre adiante do apuro da forma. A história ultrapassa, fotograma a fotograma, o cuidado com que as situações são tratadas. Só no final da projecção perdemos o conjunto daquilo que podia ser um grande filme de crítica humorística. O coeficiente é positivo, mas podia ser óptimo.

"Convém Fazer Bem o Amor" contém o receituário daquilo que muito bem pode vir a ser a ressurreição da comédia italiana cinematográfica, em termos originais. Ou, pelo menos, o reverso intacto de uma medalha, cuja outra face já foi gasta até à erosão. ● D.G.

A noite do pecado

"A Noite do Pecado". Realização de James Ivory. Interpretado por James Coco, Raquel Welch, Perry King e Tiffany Bolling. Produção norte-americana. Distribuída em Portugal por Filmes Lusomundo. Em exibição em Lisboa, no cinema Tivoli.

"Vós sois, todos, uma geração perdida". Assim classificou essa Cassandra do século XX chamada Gertrude Stein os escritores americanos seus conterrâneos que, nas "fiestas" da Europa decadente, vinham dessedentar a fúria dos seus arroubos parcos.

O triunfo da "lost generation" perdida nos bairros de Paris, com todo o remorso dos génios provindos da escória da Europa, fazia gala dos seus insucessos verticalmente arruinados. Intellectualmente seres superiores, eram os eleitos herdeiros da sumptuosidade dum império que não teria mais hipóteses do que vergar a cerviz ao nascimento de uma nação mediocrática, que não queriam.



Raquel Welch na eufórica época dos "anos vinte". De Scott Fitzgerald, nem o cheiro

Por isto, Scott Fitzgerald, pequeno deus de uma época irrepitível marcou bem fundo o ventre de um tempo que se viveu mais. Ninguém, depois dele, o vinculou na carne vivida. Quem mais o

repetiu nos seus delírios de existência rápida, no desprezo dos austos minutíssimos, na vivência celerada em que tudo se passa entre dois copos de uísque? O genial romance "O Grande

Manuel Guimarães: HOMENAGEM NO S. LUIZ

No São Luiz, desde terça-feira passada, Lisboa presta homenagem àquele que foi, além de pintor e caricaturista desconhecido, um dos pioneiros do cinema nacional: Manuel Guimarães.

Promovida pela Secretaria de Estado da Cultura, está a decorrer, no cinema São Luiz, uma retrospectiva da obra cinematográfica de Manuel Guimarães.

Iniciado com "Saltimbancos" e "Nazaré" — justamente consideradas duas das suas obras mais representativas —, o ciclo prossegue hoje com o filme "Vidas sem Rumo", seguindo-se-lhe, entre 11 e 14, "A Costureirinha da Sé", "O Crime da Aldeia Velha", "O Trigo e o Joio" e "Lotação Esgotada".

Finalmente, no dia 15, estrear-se-á a última das suas obras, o "Cântico Final", extraída do romance homónimo de Vergílio Ferreira, que Manuel Guimarães, falecido em Janeiro de 1975, deixou por acabar, em fase de montagem — a qual veio a ser concluída por seu filho, Dórdio Guimarães, nosso colega de redacção.

Recém-chegado de Cannes, onde esteve presente no Marché du Film, razão por que só agora é possível apresentá-lo ao público de Lisboa, o "Cântico" será exibido durante um curto



Manuel Guimarães: a homenagem devida

período de cerca de 15 dias, retomando, em Outubro, a sua carreira normal.

Presente na estreia, Dórdio Guimarães orientará um colóquio sobre o filme. Do mesmo modo, todas as terças e sextas-feiras, nomes ligados à literatura e ao cinema, como Lauro António, Manuel de Azevedo, José de Matos Cruz, Mário Braga, Fernando Namora, Bernardo Santareno e Fernando Lopes, assim como o próprio Vergílio Ferreira, servirão de moderadores em colóquios sobre a obra.

Pintor e caricaturista desconhecido do grande público, a obra heterogénea de Manuel de Guimarães estará exposta no "foyer" do São Luiz, em exposição que incluirá, ainda, fotografias e cartazes de todos os seus filmes. Ao mesmo tempo, será editado um programa-álbum biofilmográfico da autoria de Lauro António e um opúsculo com um poema que Dórdio Guimarães dedica à memória de seu pai.

Associando-se a esta homenagem



João Maria Tudeia e Rui de Carvalho numa cena do "Cântico Final"

póstuma, também a RTP exibirá, na sua rubrica "Noite de Cinema", o filme "Vidas sem Rumo", seguido de uma mesa-redonda sobre toda a obra de Manuel Guimarães, na qual intervirão, além do filho do realizador, conhecidos críticos e intelectuais portugueses.

Homenagem bem merecida, esta, àquele que foi um dos principais obreiros do cinema nacional de qualidade, por entre a "multidão" dos medíocres que, desde sempre, o enxamearam.

● M.R.

Cinema

Gatsby" não almejou, no cinema, a réplica justa, madura, maior. Foi um falhanço.

De Hollywood chega-nos agora outro filme que pretende seguir as pegadas dos Gatsby, mas calcando-as ainda mais grosseiramente, a uns pés boçais sem talento nem sensibilidade.

"A Noite do Pecado" quer mimetizar o universo, delicadíssimo e inimitável, do sublime pecador que foi Fitzgerald. Só que os anjos malditos são um escol. E o que têm de terrível não se cifra em copistas de algibeira. As asas desses anjos consomem-se a pleno sol, não são de plástico que qualquer lume derrete. Vão à tẽmpera dos tempos, caem sob as pragas iradas dos mortais sapientes. De imortais, têm a fraqueza da sua ascese. Queimam-se nas zonas dos deuses, para regressarem às origens. Foi assim Scott.

Esta película acentua a impotência de cinematizar a humanidade do autor

"Minha mãe minha amante"

"Minha Mãe, Minha Amante". Realização de George C. Scott. Interpretado por George C. Scott, Trish Van Devere, John David Carson e Lee H. Montgomery. Produção norte-americana. Distribuído em Portugal pela Rivus. Em exibição no cinema Castil.

Decididamente, o homem que encarnou no "écran" a figura do general Patton não serve para outras andanças que não sejam as de estar à frente das câmaras. De concreto, só se ajeita para actor, jamais para realizador ou homem que esteja atrás do operador e da câmara, a "mandar vir". Af, degrada-se, precisando melhor, aliena os dotes que eventualmente possui.

Enquanto actor, George C. Scott cumpre o papel que lhe cabe, não é mais responsável pelo que se passa para lá da sua fisionomia, burocratizando a pele de outrem. Mas quando autor é realizador compromete-se com uma personalidade, num certo mundo.

"Minha Mãe, Minha Amante" é um

de "Terna É a Noite". Se não vier, um dia, um Orson Wells ou um Kubrick em seu socorro, Fitzgerald ficará encerrado nas páginas dos seus romances, sem a homenagem condigna do cinema. Ele, que dedicou, frustemente, alguns dos seus anos de vida a escrever para o celulóide. Ele, no qual se adivinha uma linguagem dinâmica que só a imagem em movimento poderia vir a satisfazer, se mais vivesse. Ele, que acreditou na grande decadência da arte, de que o cinema é suprema expressão.

Quando vemos um filme ambiciosamente tão mau, lembramos o que de bom o cinema nos pode dar. Esse cinema, maravilhosa máquina de sonhos, que, por virtualidades aliadas, prossegue na sua senda de promessas, que vão dar, um dia, à síntese absoluta da perfeição idealizada. E, rigorosamente, onde o romance tem o seu futuro assegurado.

filme que pretende agredir, com pretensa coragem, valores morais de difícil acesso, como o problema do incesto, interpretado à luz de estranhas omissões recolhidas na Bíblia, por exemplo o dilema da sucessão de Caim — uma vez que, no princípio do mundo, não havia outra mulher a não ser Eva.

No entanto, a anedota concebida para reavivar o dislate bíblico resulta grosseiramente ridícula, recheada de convencionalismos e psicologicamente anacrónica. Tudo é grotesco, empírico, de grandiloquência flatulente. Um pastelão sem alma, com títeres à procura de ser humanos, tempestade de sentimentos num copo de água... mineral.

Ambicioso até na forma, este filme do realizador-Patton nem digno seria de passar numa "matinée" de sábado na televisão. Uma brincadeira à americana sobre o incesto, tão inconsciente como se fosse uma "coboçada" com índios e escalpelos e brancas violadas por comanches.

Uma pergunta saborosa que nos ocorria quando saímos da sala do Castil: este filme, tratado pela óptica de um marxista, havia de meter, de permeio no sexo, um problema de subalternização como causa e efeito? Não menos aliciante, convenhamos. D.G.

"Pornografia política no Estoril"

Do cineasta António Faria, recebemos uma carta, ripostando a considerações de Afonso Manta sobre a "Mostra de Cinema de Intervenção" no Estoril. Aqui a deixamos, à mercê do leitor, acompanhada de resposta do visado:

Li o artigo de Afonso Manta sobre "pornografia política no Estoril" cujas considerações apreciei.

Não é hábito agradecer as críticas que me fazem aos filmes, mas só por estultícia recusaria esta oportunidade, sobretudo quando o jornalista político se metamorfoseia em crítico de cinema para se debruçar muito especialmente sobre um filme que realizei, "Ofensiva Popular", no qual é feita uma breve análise satírica à situação social vivida em 1975, recorrendo para a exposição do assunto ao processo designado por "tradição oral portuguesa", onde os actores contam a acção em verso rimado.

O recurso a este processo narrativo não é arbitrário, antes se deve a uma recusa inequívoca do chinfrim folclórico documental e, fundamentalmente, às condições restritivas da produção aceites como única maneira de romper com a escabrosa censura económica e política exercida pelo único produtor de cinema do nosso país, o Instituto Português de Cinema que, facto aliás já mencionado na Vida Mundial, foi tomado de assalto por um bando social-fascista para ali constituir um monopólio de cinema através da imposição dos seus critérios repressivos e terroristas.

Quanto à opinião de Manta acerca do filme, registo-a sem comentário, apesar de denotar a oportuna mas natural confusão entre a realidade social e o filme enquanto produto do reflexo... perdão, apesar de os "rigores democráticos" do jornalista para com o filme me soarem a trejeitos de cristão-novo, mais próximo da sabujice exorcista do que da necessária crítica rigorosa.

Temos de nos sujeitar depois da vaidade "comunista" dos social-fascistas à repentina vaidade "democrática" e arrivista destes neófitos com o decorrente paternalismo e até a crítica preparada antecipadamente?

Anoto um aspecto da "pornografia política do Estoril", que permitiu tirar a limpo o significado do "cinema de intervenção",

porque isso de máscaras e pseudónimos cada qual tapa-se com o que pode.

Enfim, sobre a nudez crua da verdade o diáfano Manta com fantasias... — António Faria

É repugnante responder a provocações. Contudo, a amizade que tenho por António Faria (saudosos autor da "Chafarica") faz que lhe justifique o gesto com a falta de lucidez. Por isso lhe avanço três considerações, sem caridade, com o bom desejo de que pondere:

1) Não fiz — nem foi meu propósito fazer — crítica de cinema. Limitei-me a uma sim-

ples crónica de costumes. Se o cineasta não compreende a diferença entre uma coisa e outra, o problema é seu.

2) António Faria pretendeu em "Ofensiva Popular" uma ruptura com o social-fascismo, em termos políticos e cinematográficos. Considerei, na minha crónica, que ele o não conseguiu. E disse porquê. Esta sua carta é uma prova documental da minha razão.

3) Recordo apenas que o "diáfano Manta com (ou sem) fantasias" foi o mesmo que, sem indignações suas, o defendeu em

1973/74, a propósito dos ataques de que então foi alvo. E não só. Mande sempre — Afonso Manta

P.S. — Creio que quando António Faria fala em "críticas preparadas antecipadamente" se refere ao facto de me ter lido o guião de "Ofensiva Popular", antes de ter visto o filme. Logo lhe disse o que pensava. Não teve amuos, não fez birras. De facto, quanto a máscaras, cada qual tapa-se com o que pode: a aleivosia ou a ciancice, se não tiver melhor. — A.M.

TV

"António e Cleopatra" -Helena e os neófitos

Não! Não há razão nenhuma para criarmos complexos! A versão britânica, para a TV, de "António e Cleopatra", apresentada pela RTP com várias fracturas intervalares, publicitárias e meteorológicas, e cindida em duas jornadas (como nos velhos filmes em episódios que fizeram a glória do Coliseu-cinematográfico de há trinta e tal anos), não está a título nenhum ao alcance dos nossos parcos meios técnicos, artísticos e de mero engenho...

E se não temos de nos sentir diminuídos por não podermos nem sabermos produzir um espectáculo televisivo do nível daquele a que nos foi dado assistir, festejemos, ao menos, sem prevenções nem preconceitos, o facto simples de o termos visto — fazendo votos para que os nossos homens de TV, a nossa gente de Teatro, os mutiladores de ideias e de ousadas iniciativas que poderiam, apesar de tudo, animar a qualidade e a isenção de programas, no Lumiar ou no Monte da Virgem, possam ter aprendido alguma coisa com esta bela "leitura de Shakespeare" para o público da televisão...

Pese embora a legendagem (ónus pago ao facto saudável de dispormos de língua própria e de não usarmos o inglês como modo correntio de nos entendermos entre nós), e sem deixarmos de assinalar as dificuldades de que ela possa ter-se revestido quer no aspecto literário quer quanto às exigências técnicas (tempo possível da " projecção"

de cada fala), a realização e a representação de "António e Cleopatra" deverão ter compensado uma boa parte da audiência dos serões de segunda e terça-feira da semana passada de muita sensoria e de muita estopada em que, infelizmente, é pródigo o quotidiano da nossa TV. "Ver" em acção um fabuloso naipe de actores da Royal Shakespeare Company (com Janet Suzman e Richard Johnson como "cabeças de cartaz") sob a batuta magistral de Jon Scoffield, foi um brinde para agradecer.

E foi lição de ritmo, de como se anulam os "tempos", os "espaços mortos", que em televisão constituem o veneno do espectáculo — como uma vez mais, e entre muitas, se comprovou no programa de estreia do "grande magazine" que baptizado de "Maio-76" foi para "o ar" no dia 27 — com a ameaça de reaparecer nas derradeiras quintas-feiras de cada mês... mudando de nome ao sabor do calendário.

Helena Vaz da Silva, que entre os seus talentos não reúne nem o de *apresentadora* nem o de *construtora* de programas de TV (e a carência de fotografia seria o *menos*, se o *mais* abundasse — reflexos prontos, noção de ritmo, recusa do supérfluo ou da prolixidade!), congeminou uma boa ideia, desprovida embora de originalidade, mas não teve "nervo" suficiente para lhe dar o feitio adequado. E acabou, ainda por cima, por ser terrivelmente traída



Uma eterna história de amor compensa-nos da sensoria televisiva

pelas "ajudas" — com destaque para o cenografia e para quem tenha super-visado a realização.

Se quem se sentou na "régie" para assegurar o alinhamento da longa emissão (tornada fastidiosa e, aqui e ali, pretenciosa), era comandado por Helena ou comandava Helena — é irrelevante. Co-réus do mesmo delito, foram ambos. E o delito, imperdoável do ponto de vista do espectador, foi o da falta de eficácia televisiva.

Helena Vaz da Silva foi, no entanto, humilde: pediu críticas, e condicionou futuras reincidências ao acolhimento que viesse a ser dispensado ao que, pelos vistos, funcionou como "ensaio geral" com público... Se a humildade é bonita, sim senhor, o amadorismo não o é. Nem em televisão, nem em coisíssima nenhuma! E os ensaios existem para, em privado, se preparar o "produto final" — a representação em cena aberta, para o público convidado ou pagante.

Um grande "magazine" como o pretendeu ser "Maio-76" pagina-se ou

monta-se como uma revista — de papel impresso ou de teatro... Se o texto e as gravuras excedem os limites do espaço, ou se as rábulas e os quadros de grande encenação ultrapassam o “tempo possível” e se arriscam a prolongar demasiado o espectáculo — entra a tesoura, não a da censura, que tem os bicos tortos, mas a outra, a do responsável da publicação ou da peça...

E em matéria de “tempo”, a televisão é muito mais exigente que o cinema, que o teatro ou que o jornal. A TV cansa ou gasta mais a atenção, consome o tempo a outra velocidade — incompatível com as dissertações ou com as exposições orais muito extensas, com o falar monótono, com o tratamento dos temas ao retardador. Por isso, em TV, a síntese (inteligente, claro está), é a eficácia.

Entendendo isto (e se ela própria for capaz de praticar isto), Helena Vaz da Silva terá de explicá-lo a Salgado de Matos, e o responsável pelo “vídeo” ensinará ao cansativo comentador que aqueles gráficos não serviam nem para loja de oftalmologista. E compreendendo que a simplicidade e a desafecção são outros trunfos capitais na comunicação com os telespectadores, Helena, ou alguém por ela, deveria tornar cientes disso o jovem mas especioso comentador do internacional, desencorajando-o das “caretas” com que se dava ares de adulto, aconselhando-o a não dizer “rupetura” por ruptura (três vezes foi de mais), nem “contato” por contacto, nem “pato” por pacto.

Fátima Martins Pereira, tão maneirinha de figura para tão complicadas filosofias (a “recuperação do material subversivo” contido num debate acerca da situação da mulher, “feito por piscadelas de olho...”), aproveitaria do que fosse ensinado àquele seu par; e, mesmo a José Manuel Barroso, não seria despiendo corrigir-se, à mesma luz, de pequenos e semelhantes defeitos — embora, quanto a este, o pior tenha sido a quilometragem do monólogo e a fraqueza da cabulagem na leitura do texto escondido com o rabo de fora...

Maior tino, quanto a ritmo e a tempo de explanação do tema, teve-o José António Saraiva, matreiro, embora, quanto à filosofice do “messias militar para preencher o vácuo aberto no cora-

ção do País” — fatalidade histórico-sociológica que chamou à colação com o a-propósito de todos entendido.

De outras presenças, não vale a pena falar. Estiveram a mais ou a menos, consoante se tenha procurado, por precaução, suster o telhado com muito madeiramento — para que não viesse tudo por ali abaixo. O que aconteceu é que, por força da abundância,

a ameaça foi a de ir tudo por ali acima... Mas, francamente, o advogado anticoncordatário, que fez sua glória com o tornar-se arauto do divórcio, arrombando uma porta aberta, e com o pedido de clemência levado pessoalmente às portas do Pardo para ganhar umas linhas de publicidade nas gazetas de Lisboa — não fazia ali falta nenhuma, sra. D. Helena!

● S.L.

A possibilidade de praticar Artes Orientais ao seu alcance ENCICLOPÉDIA—CURSO DE ARTES DE COMBATE ORIENTAIS

CURSOS DE TODAS AS ARTES MARCIAIS

KUNG-FU

YOGA
KENDO
JAI
JUNJIANJI
KICK TANGSOO
ZEN
BUDDISMO
FULL CONTACT
TAOISMO
MARIKOUJIANI
SHUKEN
TONFA
MAGINATA



karate

REVISTA MENSAL
DE ARTES MARCIAIS
À VENDA EM TODO O PAÍS



distribuidora **O SÉCULO**

TEATRO

"Equus"

NEM SÓ DE "POLÍTICA" SE FAZ BOM TEATRO...

Importante, este "Equus" que o Teatro Variedades mantém em cena desde há quase duas semanas. E importante por duas razões maiores: primeiro, porque, num Portugal saturado de teatro "político" ou revisteiro de qualidade duvidosa, urgia o aparecimento d'uma obra como a que referimos, verdadeiramente didáctica, polémica, desmistificadora de uma sociedade irremediavelmente doente, sem cair, no entanto, na facilidade e no oportunismo político dos espectáculos que por aí vemos, aos quais — a favor de partidarismos mal escondidos e de bons frutos — não escapam, sequer, as adaptações de oportunidade de nomes grandes da teatrologia mundial.

Em segundo lugar, porque "Equus" voltou a pôr no palco três actores consagrados, que, de há muito, o não pisavam, por razões não alheias, de certo, à partidarite que vem grassando no meio: Eunice Muñoz, João Perry e Zita Duarte.

Uma terceira razão, ainda, para a importância do espectáculo: o "nascimento" de um actor, o jovem Carlos Martins, como a presença esperанçosa de Ana Zanatti, que ainda não víramos no teatro.

A peça é do americano Peter Shaffer e tem sido êxito um pouco por todo o mundo. Está actualmente em cena também em Nova Iorque e será, em breve, posta no cinema pela mão do realizador Sidney Lumet. Como curiosidade, referiremos que o papel principal de "Equus", o psiquiatra Martin Dysart (João Perry), é interpretado, nos EUA, pelo "monstro" Richard



Carlos Martins entre os "cavalos": o nascimento de um grande actor?

Burton, que o desempenhará, igualmente, na versão cinematográfica.

A história, baseada num acontecimento verídico ocorrido em Inglaterra, tem grande intensidade dramática: o jovem de 17 anos Alan Strang (Carlos Martins) é enviado da prisão para um hospital psiquiátrico, com a acusação, real, de, por razões que se deslindarão com o decorrer do relato, ter cegado seis cavalos.

Vítima de uma educação altamente repressiva, ministrada por um pai (Varela Silva) anarcocomunisticamente zangado consigo próprio e com uma sociedade a que não consegue fazer frente com eficácia e por uma mãe (Eunice Muñoz) beata, possessiva e desligada das realidades que regem o pesado dia-a-dia, Alan, traumatizado, fixado — em demasia — na personalidade deformante daquela, fisicamente impotente ante uma mulher, acaba por sublimar nos cavalos toda a sua afectividade e religiosidade, criando uma mitologia própria, que o induz na identificação do objecto religioso com o objecto sexual.

Longe de conseguir desinibi-lo, de prover à sua "recuperação" para o

mundo dos homens "sãos", a rapariga normal, Jill Mason (Ana Zanatti), mais o embrenha nas contradições que, em definitivo, afastam Alan da sociedade organizadinha em que vive. Assim é que ao tentar "seduzi-lo", no estábulo, desencadeia a sua fúria, de que resultaria a agressão aos cavalos, o crime.

Ao longo de toda a peça, pano de fundo da mesma, Alan é, simultaneamente, psicanalisado e psicanalista do próprio psicanalista, Martin Dysart. Surgem, então, um ante o outro, como doentes, ambos, de uma enfermidade que a todos contamina: a inadaptação, o estar quanto possível — de jogos feitos — numa sociedade em que a mistificação é peça fundamental da engrenagem.

Chamar Alan para o mundo dos "normais", a tarefa que compete ao psiquiatra. Valeria, valerá a pena? Sobre isso se interroga Dysart. A resposta fica em suspenso, tragicamente indefinida.

Para finalizar: ridícula a limitação — cremos que "sugerida" pela moralidade da RTP — de Ana Zanatti se despir integralmente numa das cenas finais, que o exigia mesmo. Porquê? Surgem, assim, uma sequência falha de autenticidade, "moralmente" sem sentido, na qual, em pleno acto sexual, vemos o moço totalmente nu, enquanto Ana (Jill), de quem partira a iniciativa, aliás, ostenta — maldito pudor imposto! — um "slip" de todo inadequado. Porquê, ó senhores? De que estranhas "morais" vos revestis, afinal? Se assim é, se ainda vigora a censura nos nossos palcos, ao menos que se lhe sobreponha o sentido estético. Nesse caso, "ou há moralidade ou comem todos".

Muito boa, a concepção do espectáculo, do jovem encenador espanhol Manolo Collado, autor, também, da direcção do espectáculo homónimo, em cena em Madrid, desde há longos meses.

Gostámos da sobriedade de João Perry, da sua inteligência na compreensão de uma personagem nada fácil, permanentemente em cena.

Um "acreditamos nele" para Carlos Martins. Que vigor dramático... Atenção, contudo, à dicção.

Palmas, muitas palmas, para a "grande senhora" Eunice. Nem nos surpreendeu... ■ CARLOS PLANTIER

Grupo 4

BRECHT "À ALENTEJANA"

No ano passado, mais ou menos por esta época, que coincidiu com o auge do gonzalvismo, estava em primeiro plano a luta pela nacionalização do teatro, empreendida por forças ligadas ao PCP. O V Governo Provisório, através do ministro Jesuino e da sua equipa do Ministério da Comunicação Social, também enfeudados ao PCP, gorada a tentativa, aliás pouco subtil, de nacionalização, enveredaram pelo caminho da transformação do teatro em arma política ao serviço dos ideais dos gonzalvistas, utilizando o método dos subsídios.

Assim, surgiram ou inventaram-se 14 companhias teatrais às quais foi destinada uma soma que ultrapassou os 30 mil contos. Empresas recém-formadas, com gente sem qualquer passado (e, frequentemente, preparação) teatral ou provas dadas, viram-se contempladas com uma média de 3 mil contos cada uma. A contrapartida foi "que fizessem teatro revolucionário". E, quanto mais revolucionários tais espectáculos se anunciassem e mais espalhados pelas zonas populares ou da província intentassem ser, maior era a possibilidade de receberem essas largas centenas de contos — pagos, afinal, por todos nós. Era, novamente, o teatro-propaganda, a lembrar os tempos do Estado Novo. Agora com outro sinal.

Dai nasceu a AGIT (Associação de Grupos Independentes de Teatro) formada justamente por todos aqueles que haviam recebido a promessa de subsídio do ministro Jesuino. O Parágrafo número 1 das bases de acordo da AGIT, que ninguém sabe quem controla a nível de cúpula, diz o seguinte:

"Ideologicamente, a Associação insere-se na luta de classes como estrutura artística e cultural, propondo-se expressar os interesses históricos do proletariado e fundamentando a sua actividade nos princípios do materialismo dialéctico e histórico, quer essa actividade se situe no âmbito da investiga-

ção de formas e conteúdos populares, no da elaboração experimental de processos de comunicação ou no do imediatismo revolucionário."

Desta Associação faz parte o Grupo 4, que recebeu, até ao momento da estreia do "Círculo de Giz Caucasiano", a bonita quantia de quase 2 mil contos — que é quanto custará, por consequência, ao erário público, a montagem daquela obra de Brecht. Mas o Grupo 4 foi mais ambicioso e quis inaugurar com este original o seu teatro privativo, quer dizer, inauguraram com esta gala a sua propriedade privada, o Teatro Aberto. Este foi construído a partir de um subsídio de 1000 contos atribuído pelo Estado Novo e de principescas facilidades oferecidas pelo Município de Lisboa, ainda no tempo de Caetano. Quer dizer, juntando substanciais ajudas de fascistas e comunistas, o Grupo 4 realiza o seu sonho empresarial. Contra o qual nada tenho, a não ser que o ache desonesto ou desrespeitador daqueles que lhes dão o dinheiro de que vivem. E vamos a ver se assim é, ou não.

BRECHT E A REFORMA AGRÁRIA

O dramaturgo alemão Bertolt Brecht tem sido utilizado largamente pelos oportunistas da nossa cidade, quando correu a ideia de que ele era o mais comunista de todos os escritores de teatro e que, por isso, o seu nome era a garantia "número um" para um bom negócio. No entanto, a maioria dos estudiosos do autor é de opinião de que "Brecht não escreveu, *stricto sensu*, peças marxistas nem procurou formular propriamente a teoria de um teatro marxista, coisas que parecem ter sido mais o objectivo de Piscator e seu teatro político". Mas, sem dúvida, ele estava convencido, como afirmou aos maccarthistas norte-americanos que o interrogaram, de que "não se pode es-

crever peças inteligentes, hoje em dia, sem conhecer as teorias de Marx". É isto, talvez, que faz a grandeza dramática de Brecht e que explica que este mesmo "Círculo de Giz Caucasiano" tenha feito, o ano passado, no Teatro Nacional Maria Guerrero, de Madrid, um retumbante sucesso, acrescido por uma "tournée" de seis meses pelas províncias espanholas. E Franco, nessa altura, ainda não tinha morrido.

Talvez por não acharem Brecht suficientemente marxista, os elementos do Grupo 4 encomendaram ao dr. Luís Francisco Rebelo uma versão do "Círculo de Giz". E aquele homem de teatro permitiu-se ir ao teatro e manuseá-lo ao belo intento da doutrinação PCP sobre a Reforma Agrária. Assim, o prólogo original da obra, passado entre os camponeses de dois "kolkoses", é aqui falado em bom "alentejano", por habitantes de um dos "montes" colectivizados. Ao longo de toda a versão, o espírito da obra resvala sempre para o paladar português do momento (?) acabando a peça com um sonoro "a terra a quem a trabalha!". Esta é a primeira objecção de fundo a pôr a este espectáculo. A versão constitui um abuso deturpador da obra. Depois há o ponto de vista estético, ou artístico, se preferirem. João Lourenço, o encenador, estraga aqui a ideia que em nós deixara ao conduzir o seu último e maravilhoso trabalho da Casa da Comédia.

Como o próprio grupo nos faz esquecer o seu sensacional "Mokimpo-te". É certo que "O Círculo de Giz" é uma obra complexa e difícil de erguer. Porque é preciso conhecer a técnica brechtiana, porque o texto é longo, denso e variado, e é necessário, em termos de espectáculo, ser capaz de o contrastar e clarificar. Porque é preciso ter um bom grupo de instrumentistas, porque é preciso ter um bom grupo de cantores — actores, porque é preciso ter, pelo menos, dois intérpretes de envergadura. E nada disso sucede nestas três longas horas e meia de Grupo 4, que nos fazem sair do teatro estafados e desiludidos por ver como um bom texto pode ser estragado. ■

TOYOTA



o carro já eleito



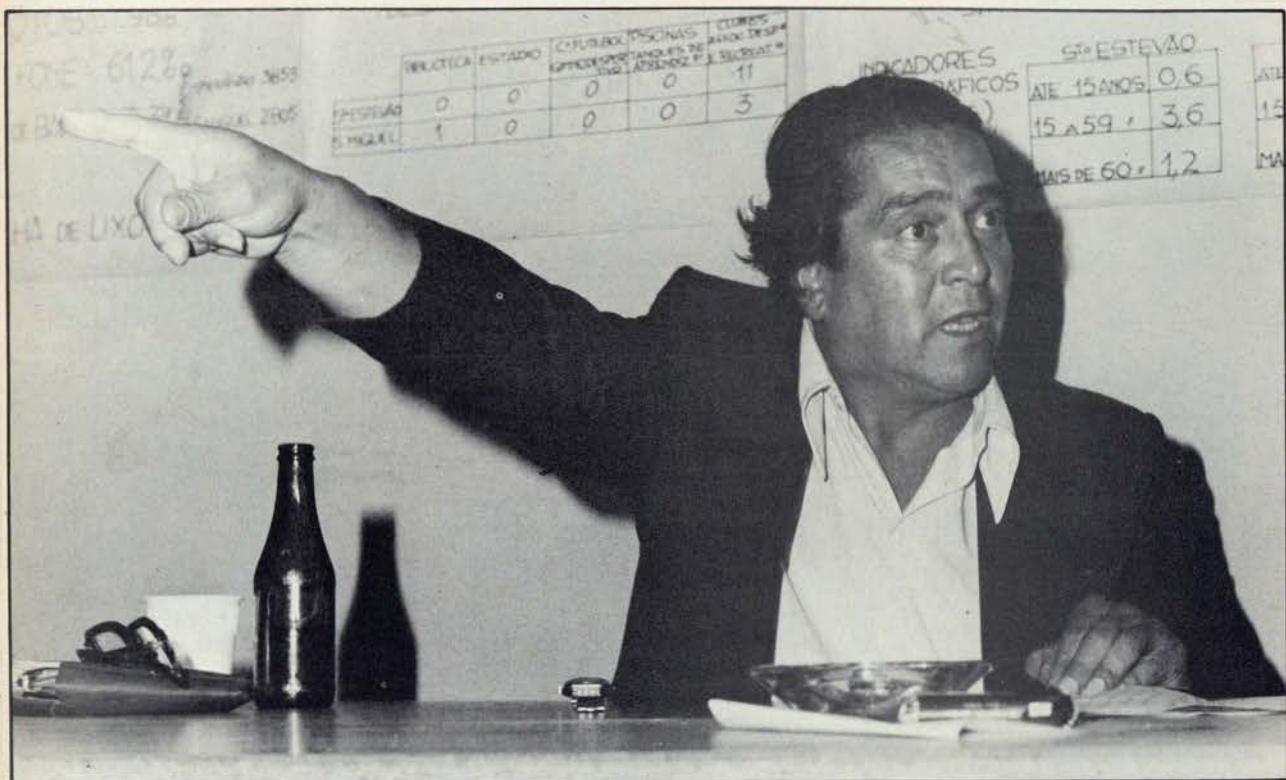
TOYOTA o carro já eleito

Já eleito, no nosso País, por cerca de 50 000 condutores, o Toyota cobriu todas as previsões no que se refere à **economia**, à **segurança**, ao **conforto** e à **assistência**.

Milhões e milhões de quilômetros foram percorridos pelo Grande Candidato na sua campanha eleitoral num verdadeiro teste de resistência e manabilidade. E também na poupança. Realmente, o favorito gastou menos do que qualquer outro candidato nesta dura prova quotidiana que já conta mais de cinco anos!

TOYOTA

 veio
para ficar
E FICOU MESMO



Dirigente do PC chileno à "VM":

"NÓS COMETEMOS ERROS"

Samuel Riquelme, dirigente do Partido Comunista chileno, reconhece que o Governo de Allende caiu devido aos erros cometidos pela "maioria de esquerda" no Poder. Em Portugal, onde alguns desses erros também se verificaram, as suas declarações são particularmente significativas.

"Dar ao povo melhores condições de vida não basta. É necessário defender o processo revolucionário. E isto não o tivemos suficientemente em conta no Chile." Assim explica a derrota de Allende e da coligação PS/PC, que no Chile se chamou Unidade Popular (UP) e governou o país de 1970 a 1973, o comunista Samuel Riquelme, membro do Comité Central do PC andino.

"Os sectores afectados pela política da Unidade Popular não cruzaram os

braços e desde o instante em que a UP assumiu o Poder começaram a conspirar — continua Samuel Riquelme. — Mas há outro factor que explica a derrota: foi o papel desempenhado pela ultra-esquerda, que ocupou propriedades pequenas e terras que não eram latifúndios. Esses camponeses pequenos e médios que tinham 20 ou 50 hectares de terra, e que estariam, em princípio, com o processo revolucionário, desde que lhes ocuparam as terras transformaram-se em inimigos da Uni-

dade Popular. Ora, o imperialismo e o capitalismo utilizaram muito bem esse descontentamento. Sabemos que a CIA, em conspirações destinadas a fazer cair o governo da Unidade Popular, gastou 10 milhões de dólares. Nós cometemos erros. E reconhecemo-lo. Não levámos em conta, de maneira suficiente, que é necessário defender o Governo."

UM DOS DEZ MAIS PROCURADOS

Samuel Riquelme foi um homem importante no Chile, de 70 a 73. Foi mineiro, dirigente sindical, secretário-geral das Juventudes Comunistas e membro do Comité Central do PC. Hoje, no exílio, continua a ser um personagem

ilustre, que recebe sucessivas provas de respeito e atenção em todos os países por onde nomadiza, buscando apoios para a luta do PC chileno contra Pinochet.

Logo que Pinochet conquistou o Poder, Samuel Riquelm, juntamente com Luis Corvallan e outros, foi inscrito numa lista de dez pessoas por cuja captura a Junta Militar ofereceu mundos e fundos. Preso e posteriormente libertado, Riquelm esteve recentemente em Lisboa, onde participou num "comício de solidariedade" organizado pelo PCP.

"Vida Mundial" – Como foi preso?

Samuel Riquelm – Fui preso no dia 6 de Outubro de 74 e libertado há 8 meses. Depois do golpe de Estado fascista, colocaram-me na lista dos 10 dirigentes da UP mais procurados. A Junta ofereceu uma recompensa fabulosa pela minha captura: 500 mil contos. Para que saiba o que significava na altura, no Chile, essa quantia, posso dizer-lhe que com esse dinheiro se podiam comprar perto de 40 automóveis. Nesse tempo, havia já milhares de mortos, de torturados e de presos em diversos locais. A tal ponto que os próprios quartéis dos regimentos se transformaram em cárceres.

VM – Em que circunstâncias foi preso?

SR – Fui preso no Hospital de São Borja. Dispararam contra mim um grande número de tiros mas, por sorte, sem grande pontaria. Escapei de ser morto, mas acabei por ser detido. Daí levaram-me para a Sétima Esquadra de Carabineiros, onde compareceram agentes dos Serviços Secretos, que me identificaram. Foi o capitão Esquivel que me reconheceu. Foi ele quem ordenou que eu fosse torturado. O que veio a acontecer de 6 a 9 de Outubro, nesse local. Levaram-me depois para um sítio que me era totalmente desconhecido. Aí passei 21 dias no escuro, enquanto era torturado. Os meus torturadores pensaram que seriam capazes de arrancar alguma confissão a alguém que durante tantos anos tinha abraçado a causa comunista. Mas não o conseguiram, porque nós sabíamos porque estávamos lutando, porque estávamos combatendo. Fiquei com marcas da tortura no corpo. Tenho marcas

COMO APARECEU ALLENDE

O PC chileno tinha feito parte do Governo em 1947, mas a sua actuação nessa altura foi de tal ordem que provocou a promulgação de uma lei que o proibiu. Os seus simpatizantes foram então engrossar os quadros e o eleitorado do PS. Quando, mais tarde, durante o Governo dos democratas-cristãos, o PC foi de novo legalizado, o PS perdeu grande quantidade de votos.

Em 1969, o PC tinha 15,9 por cento dos votos, mas dispunha já de muitas influências, sobretudo no seio do PS. Jacques Chonchol, do Partido Democrata-Cristão, era um homem útil ao PC, o mesmo sucedendo com muitos dirigentes do PDC chileno. Durante a época de Frei, os democratas-cristãos da cúpula do partido iniciaram uma viragem que, cada vez mais, os conduzia à esquerda. Falando de "socialismo comunitário", lançando a Reforma Agrária, centralizando poderes no Governo, combatendo a direita, a actuação da DC chilena fazia com que, já em 1967 (Vidigal da Silveira, "Frei, o Kerensky Chile-

no"), previsse um futuro Governo de Allende.

Três anos antes, a DC chilena tinha dirigentes que defendiam o regime jugoslavo (R. Tomic), que declaravam (já em 1965) que o seu partido era "socialista, laico e anticlerical" (R. Fuentealba) ou confessavam "fazemos bom juízo do marxismo" (Silva Solar, ex-redactor da revista marxista "Última Hora"). O programa da DC servia os interesses do PC, a curto prazo. De tal maneira que Luis Corvallan declarou: "Lutaremos para que a DC aplique o seu próprio programa."

Propagandista da "revolução em liberdade", Frei acabou por ajudar, poderosamente, à construção da revolução sem liberdade. A DC chilena, além de ser um partido onde campeavam as negociatas, estava desorientada e esvaziada ideologicamente.

Em 1970, com as forças não-marxistas divididas por vários candidatos, Allende chegava ao Poder como candidato da Unidade Popular.

F.S.

nos pés e tenho cicatrizes pelo corpo, causadas por queimaduras de cigarros e velas. Mas o fascismo já os portugueses o conhecem. No Chile, porém, o fascismo foi mais refinado. Mais brutal.

O povo chileno não cedeu nem cederá ante os que não têm razão, ante os fascistas.

NA PRISÃO COM CORVALLAN

VM – Recordar-se do tempo em que esteve preso juntamente com Luis Corvallan, secretário-geral do PC chileno?

SR – Encontrei-me com ele no campo de Ritoque, em Janeiro de 75. Estava com um grupo de companheiros noutra barraca. Separado dos outros, porque os fascistas procuravam impedir o contacto entre ele e os restantes prisioneiros e entre estes e os demais dirigentes da Unidade Popular. Que poderei eu dizer-lhe de Corvallan? Poucas oportunidades tivemos de conversar! Corvallan mantém um interesse enorme, uma força moral extraordinária. Os fascistas procuraram minar a sua resistência física, a sua moral revo-

lucionária. Mas a energia revolucionária de Corvallan mantém-se cada vez maior. Talvez a sua saúde se tenha ressentido por tanto sofrimento e por tanto tempo passado nas prisões. Corvallan esteve primeiramente na Academia Militar, depois foi transportado para uma ilha, daí trouxeram-no para Santiago, mais tarde para Ritoque, depois levaram-no para Três Álamos, para voltar a sair para Ritoque. Esteve novamente em Três Álamos, de novo em Ritoque e, agora, outra vez em Três Álamos.

O DIA-A-DIA NAS PRISÕES DE PINOCHET

VM – Como era a vida no campo de prisioneiros?

SR – Encontrávamo-nos sempre nas formaturas. Tínhamos duas por dia: uma pela manhã, para o içar da bandeira, e outra ao fim da tarde, quando esta era arriada. Também nos encontrávamos naquilo que denominávamos as quartas-feiras culturais de Ritoque. Criámos uma vida cultural na prisão. Os artistas prisioneiros participavam

nas realizações folclóricas, de teatro, cantos livres e na criação artística. Este aspecto importante da nossa vida lá não foi fácil de concretizar. Só através da nossa acção de reivindicação conseguimos que os carcereiros nos permitissem expressar o nosso amor pela cultura e pela arte. Também organizámos sessões de estudo. Muitos dos nossos companheiros, analfabetos, aprenderam na prisão a ler e a escrever, assim como o francês, o inglês, o italiano e ainda, clandestinamente, a língua russa. Procurávamos não cair na rotina. Levávamos a cabo manifestações culturais, de ginástica e desporto, para nos mantermos em boas condições psicológicas. Não foi tarefa fácil, porque os carcereiros queriam ver-nos de joelhos e vencidos. Não o conseguiram. E nunca o conseguirão! O próprio Corvallan ocupava o seu tempo absorvendo-se na execução de trabalhos em cobre, madeira, coiro e mesmo papel. Uma defesa contra o clima de inacção ou tortura a que nos tentavam votar.

VM — Tendo em conta o que se passou no Chile, continua a achar viável atingir o socialismo por meio de eleições?

SR — A Unidade Popular e o triunfo que alcançámos em 70 com o companheiro Salvador Allende foram produto de uma série de combates, de uma luta crescente pela unidade da classe operária e pela aliança entre esta e o campesinato. O facto de os generais fascistas traidores terem derrotado o Governo da Unidade Popular não demonstra que esteja cancelada a possibilidade de construir o socialismo através de eleições. Foi através do voto popular que a UP conquistou o Poder.

VM — No tempo do cristão-democrata Eduardo Frei, houve no Chile um início de Reforma Agrária. Aquela que foi levada a cabo durante o Governo da UP era diferente ou era a continuação desta?

SR — Supondo que Frei tivesse pretendido iniciar uma espécie de Reforma Agrária, o facto é que os latifúndios

continuavam a existir no nosso país. O latifúndio só foi afectado pelo Governo da Unidade Popular. Nessa altura, mais de 5 mil latifúndios foram entregues aos camponeses. É por isso que o campesinato está connosco. Porque o nosso Governo lhes entregou realmente a terra e fomentou as organizações de camponeses. Frei, repito, podia ter feito muito mais do que fez, quanto à Reforma Agrária, porque as condições propícias existiam, entre os camponeses. Porque estes estavam convencidos da necessidade da Reforma Agrária. Quando o processo se iniciou eram muito poucos os partidos que falavam de Reforma Agrária, eram poucos os que falavam de nacionalizar o salitre, o ferro e o cobre.

VM — Pode pensar-se que o facto de não terem sido distribuídas armas às organizações populares, como sugeriram diversos grupos ditos de extrema-esquerda, explique, em parte, a criação de condições que possibilitaram a subida de Pinochet ao Poder?

SR — Já lhe disse que nós chegámos ao Governo através da vontade popular expressa no voto. Desde o instante em que triunfou a Unidade Popular, começou a reacção chilena a agitar-se em conspirações. Primeiro procuraram pôr em causa o triunfo da Unidade Popular. Como não tínhamos obtido a maioria absoluta, o Plenário do Congresso teria que ratificar a vitória eleitoral, conseguida por Salvador Allende. Nós procurámos conquistar, pouco a pouco, as Forças Armadas, e estas — no princípio — respeitavam o Governo da Unidade Popular, tendo chegado a fazer parte dele. Mas entregar ou não entregar armas ao povo não é para nós um problema fundamental. Porque o que interessa não é andar a gritar “queremos espingardas”, o que interessa é saber como nos preparamos para isso.

COMO APARECEU PINOCHET

No dia 11 de Setembro de 1973, o jornal “El Siglo” (do PC), alertado a tempo, clamava na primeira página: “O Partido Comunista chama o Povo! Todos aos seus postos de combate!”

Já não ia à tempo. A revolta, que tinha começado pelas forças navais ao largo de Valparaíso, dominou em poucas horas o país inteiro. Às 8 da manhã, a emissora transmitia o comunicado anunciando que uma junta militar tinha tomado o Poder: “Tendo presente que o Governo de Allende incorreu em grave ilegitimidade ao desrespeitar os direitos fundamentais da liberdade de expressão, liberdade de ensino, direito de greve, direito de propriedade e direito a uma digna e segura subsistência; tendo em atenção que o mesmo Governo quebrou a unidade nacional, fomentando artificialmente uma luta de classes, estéril e em muitos casos cruel, perdendo o valioso apoio que todos os chilenos poderiam oferecer...” O comunicado mencionava ainda todas as vezes que o Governo se tinha colocado à margem da Constituição e muitas das ilegalidades cometidas.

As Forças Armadas tinham-se revoltado porque a anarquia reinante e os ataques de que eram vítimas as conduziram à ruptura

com a legalidade. Militares foram assassinados e alguns partidos do Governo da Unidade Popular apareceram comprometidos numa tentativa sediciosa na Marinha.

No que diz respeito à Imprensa, durante a sua vigência, a UP aumentou espectacularmente o controlo governamental sobre os jornais. Ao mesmo tempo, a Imprensa da oposição sofria assaltos (canal 6 da TV), suspensões (jornal “El Mercurio”), racionamentos de papel e de publicidade, que tornavam a sua vida cada vez mais difícil.

No sector económico, as causas do descontentamento popular aumentaram. No último ano do Governo de Allende a inflação (números oficiais) chegou a 740 por cento, enquanto as reservas do Banco Central baixavam de 450 para 3,5 milhões de dólares e a taxa de decréscimo económico do Chile foi de 3,5 por cento.

A situação degradou-se a um ponto tal que obrigou as mulheres chilenas a darem, com os seus tachos e panelas vazios, o primeiro grande sinal de revolta.

Ao fim de 100 anos de democracia, a “via chilena al socialismo” tinha conduzido o Chile à miséria e a uma ditadura militar. F.S.

INDISPENSÁVEIS: A IGREJA E O PS

VM — Como encara o comportamento da Igreja durante o Governo de Salvador Allende?

SR — Durante o Governo da Unidade Popular, a Igreja contou com todo o apoio e mesmo respeito da UP. Portanto, o ponto de vista da Igreja em

relação ao Governo da UP foi, eu diria talvez, de certa aceitação, de alguma simpatia da Igreja pelo Governo de Allende, pela sua política social. A Igreja do nosso país desde o primeiro instante do golpe de Pinochet que o repudiou. Não apoia o Governo de Pinochet e mantém uma atitude consequente neste instante. Eles já salvaram muitas vidas. Protestando contra as detenções, protestando contra a tortura e contra o crime. A Igreja não respeita a Junta fascista de Pinochet.

VM — Quais são as relações entre o PC do Chile e do PS portugueses?

SR — A Unidade Popular não teve, como tal, relações com o PS. No entanto, o PS chileno, que é um elemento importante dentro da Unidade, mantém relações amistosas com o Partido Socialista português. Pensamos que a experiência de muitos anos de trabalho conjunto entre socialistas e comunistas no Chile facilitou a possibilidade de construir um movimento popular. Penso que o futuro da Revolução Portuguesa está na coligação destes dois partidos da Unidade Popular. O entendimento de ambos é necessário para alcançar e construir definitivamente o movimento revolucionário português e cortar o passo aos fascistas. Isso é concretamente a minha opinião sobre este ponto.

“UNIDADE CONTRA PINOCHET”

VM — Como pensa que vai cair o regime de Pinochet?

SR — Na actual fase do processo chileno, nós, os comunistas, não descartamos a possibilidade de uma saída armada. Pode ser que seja essa a saída. Pode ser. O Partido Comunista pensa que enquanto não se constituir um movimento amplo, poderoso, de todos os antifascistas, a Junta permanecerá. Pensamos que é necessário que se entendam todas as forças antifascistas, civis e militares. O grupo dos fascistas nas Forças Armadas do nosso país é muito pequeno. Os que têm as mãos manchadas com sangue do povo, os torturadores, são muito poucos, repetito. Posso acrescentar que a política de crime, de terror e de prisões continua no Chile. Não é verdade o que alguns pretendem fazer crer ao mundo de que



RIQUELM: “Nós, os comunistas, não descartamos a possibilidade de uma saída armada”

não há presos, nem torturados nem desaparecidos. O povo chileno está lutando contra a Junta fascista e esta é cada vez mais fraca porque a sua política económica é uma política de fome e de miséria. Há mais de 800 mil operários sem trabalho — quase 3 milhões de chilenos sem terem de comer. Isto é o que o fascismo conseguiu para o Chile. É por isso que, na base, muitos sectores, desde socialistas a comunistas, MAPU, radicais e democratas-cristãos de esquerda, estão organizando toda a resistência contra a política fascista. Factor muito importante foi o facto de o povo chileno nunca ter estado só. O povo chileno contou sempre com a solidariedade generosa do mundo. Recebeu sempre a ajuda e apoio dos po-

vos de todo o mundo. Com esta solidariedade internacional haveremos de arrancar do cárcere Luis Corvallen e milhares e milhares de chilenos que continuam presos.

Samuel Riquelme esteve em Portugal a convite do PCP. O seu partido foi um dos que aprovaram a invasão da Checoslováquia pela União Soviética. Porque “a defesa daquilo que você chama “status” a respeito do sistema socialista, isto é, a questão de evitar que um país socialista seja arrancado do dito sistema é vital para o socialismo e para os destinos da Humanidade” (como se escrevia no jornal “El Siglo”, em 1 de Outubro de 1968). Veja-se o caso do Chile.

● F.S.

OBRIGAÇÕES DO TESOURO 1976

Dinheiro que vale ouro

O seu dinheiro pode mesmo valer ouro!
Por cada 5 Obrigações de 1.000\$00, pode comprar uma Obrigação-Ouro de 500\$00.
Estes 500\$00 representam hoje, o preço médio de 3,819 gr. de ouro fino.
A Obrigação-Ouro tem a vida mínima de 2 anos. A máxima de 5. E rende um juro de 6% ao ano.
O Estado amortizará em cada ano um número fixo de Obrigações. A 1.ª amortização será feita em Maio de 1978. A última, em Maio de 1981.
Cada Obrigação-Ouro será paga pelo valor de 3,819 gramas de ouro fino. Valor calculado ao preço médio internacional de Londres.

E referido ao período anual que vai de Abril do ano anterior até Março do ano da amortização. Assim, além do juro, se o ouro subir você ganha ainda mais. Porque receberá aquilo que valerem os 3,819 gramas de ouro fino.
Mas se o ouro descer, também não perde. O Estado garante-lhe o mínimo de 500\$00. Exactamente o que subscreveu.
Como vê o seu dinheiro está absolutamente garantido. E com outra vantagem: livre de impostos.
A partir de 10 de Maio e até 30 de Junho, compre Obrigações do Tesouro.
Consulte qualquer instituição de crédito.

pago ao valor do ouro



Juros das obrigações do tesouro

	1º ANO	2º ANO	3º ANO	4º ANO	5º ANO	6º ANO	7º ANO	8º ANO
OBRIGAÇÕES DE 1000\$00	10%	10%	11%	11%	12%	13%	14%	15%
OBRIGAÇÕES-OURO DE 500\$00	6%	6%	6%	6%	6%	—	—	—

A VITÓRIA DE HANOI PASSOU PELOS ERROS AMERICANOS

Quando a província de Phuoc Binh caiu completamente nas mãos do Exército norte-vietnamês, na Primavera de 1974, Hanoi compreendeu que podia preparar e executar a grande ofensiva contra o Sul. A gigantesca operação foi concebida durante uma reunião de altos comandos, no número 33 da Rua Pham Ngu Lao, na capital do Vietname do Norte. Os pormenores do ataque e alguns dos seus episódios mais reveladores acabam de ser tornados conhecidos pelo principal responsável por esse êxito, o general Van Tien Dung.

Numa série de artigos publicados no jornal do Exército do Vietname do Norte, o mais jovem membro do Politburo da República Popular, o general Dung, de 59 anos, faz revelações que têm interessado vivamente a opinião pública mundial.

O raciocínio que fundamentou a grande ofensiva — e que se revelaria exacto — é apresentado sem reticências. Segundo o general Dung, a assinatura do Acordo de Paris, em Janeiro de 1973, transformou o regime do presidente sulista, Nguyen Van Thieu, no comandante de “um Exército de pobres”. De facto, as cláusulas desse acordo determinaram uma redução de armamento e de munições, que ocasionaram uma quebra de cerca de 60 por cento do poder de fogo de Saigão. Os veículos e os aviões ressentiam-se da falta de combustível, ao mesmo tempo que o Estado-Maior imperialista se viu forçado a ater-se a pequenas operações, por falta de meios para dirigir grandes ataques.

Para lá do aspecto circunstancial, foi sobretudo a análise da situação interna — política e psicológica — dos Estados Unidos que mais determinou a força

Quando o ataque se iniciou, irresistível e implacável, as vitórias foram-se sucedendo até à entrada triunfante das tropas comunistas no palácio governamental de Saigão



dos norte-vietnameses, escreve o general Dung. E nomeadamente:

“Intensificaram-se as contradições internas no âmbito da Administração dos EUA e entre os partidos políticos americanos. O escândalo Watergate afectou seriamente o conjunto dos Estados Unidos e precipitou a queda do extremamente reaccionário presidente Nixon. Os EUA estavam a braços com a recessão económica, com uma inflação crescente e com uma séria crise de desemprego e de combustível.”

“Todos os membros da conferência examinaram a fraqueza do inimigo, a qual se traduzia em novas oportunidades para nós. A situação era-nos extremamente favorável. Se desencadeássemos uma luta decidida e rápida, conseguiríamos certamente provocar o colapso de Saigão bem mais depressa do que seria possível de outra forma.”

Os inícios da gigantesca ofensiva foram rodeados de sigilo, até aos mais insignificantes pormenores. O general conta, num estilo que aliás não é muito frequente em escritos comunistas deste teor, como foi encontrado um indivíduo que se lhe assemelhava extraordinariamente, e como esse sócia passou a cumprir, durante semanas, os horários públicos que caracterizavam a actividade do próprio general Van Tien Dung. Telegramas de circunstância fi-

caram devidamente redigidos antes da partida do general para as operações, de modo a que a sua pretensa presença em Hanoi pudesse ser “atestada”. E até um dos seus hábitos (jogar voleibol com soldados nos jardins de sua casa) foi mantido, de maneira a que os espões nada notassem de anormal.

Quando o ataque se iniciou, irresistível e implacável, as vitórias foram-se sucedendo até à entrada triunfante das tropas comunistas no palácio governamental de Saigão. O que foi a odisseia desses milhares de homens concentrados numa das mais fascinantes arremetidas da história da guerra fica detalhadamente descrita nestas páginas. Páginas onde não faltam, como se referiu, episódios narrados com vivacidade e pormenor. Como o de uma onda de elefantes que, subitamente aterrorizados pelo deflagrar do bombardeamento sobre Saigão, se precipitaram sobre as linhas norte-vietnamesas, arrasando os sistemas de comunicação e passando, em corrida devastadora, a menos de 50 metros do quartel-general das forças comunistas.

Mais do que apontamentos factuais que farão História, esta série de artigos serve, contudo, para confirmar uma regra de ouro: nenhuma vitória se faz sem a exploração dos erros do inimigo.

● C.P.C.

os que riem...

Ainda a RPA e a insolência com que desajuda o concerto para o reatamento de relações diplomáticas com Portugal.

Cauteloso ou, antes, previdente ao tempo em que certos sinais indicavam dificuldades nessas relações, **Medeiros Ferreira** não escondeu os seus receios, que os factos vieram comprovar. Para um homem dos Negócios Estrangeiros, não deixa de ser uma vitória prever os acontecimentos à distância. Se como português, e dos autênticos, que é **Medeiros Ferreira**, não pode deixar de lamentar as circunstâncias que lhe vieram dar razão, como homem de política externa demonstrou ter a lucidez e a objectividade que essa missão exige.

É neste aspecto que o Ministério dos Negócios Estrangeiros está de parabéns na competência e responsabilidade do seu... secretário de Estado.



...e os que choram

A produção de filmes em curso do núcleo de produção do Instituto Português de Cinema foi suspensa.

Uma sindicância levantada à irregular situação financeira desse núcleo tem como objectivo apurar os abusos por ele praticados desde 1975, ano a que se reporta o subsídio atribuído a estas produções. É precisamente nessa altura que no IPC se faz sentir o peso das suas duas últimas iniciais, segundo a óptica dos que nelas viam a sigla do partido cujos interesses ali quiseram implantar. A partir de então foi um "fartar vampiragem". Sob a asa protectora de António Serpa, sugou-se o sangue do IPC em panfletarismo, mediocridade cinematográfica e vida faustosa. Mas o sol que a leste se levanta teve um rápido poente. E aqueles que no IPC foram **siberizados** terão finalmente a oportunidade de concretizarem os seus sérios objectivos. Quanto aos que fizeram do IPC uma jugular para as suas presas, espera-os uma dieta mais de acordo com a sobriedade inerente à sua beatice ideológica.

Na perspectiva desse jejum, os vampiros do IPC pranteiam os festins perdidos.

Não é o cinema português que chora. Choram, sim, os que, querendo manipulá-lo, se governaram à sombra dessa manipulação.



Devido a certas confusões processuais, o engenheiro **Pompílio** não é elegível, segundo decisão do Supremo Tribunal de Justiça.

Candidato dos "retornados", surgiu no friso dos presidenciais, o rosto de bom avô do engenheiro **Pompílio da Cruz**, no qual muitos portugueses saudosistas viram encarnados os traços veneráveis dos primeiros pais da República. Puro decorativismo dulcificante para olhos habituados desde há dois anos a verem a revolução expressa em trunfa e desalinhamento de vestuário. Porque ninguém tinha ilusões quanto às probabilidades presidenciais de **Pompílio** ou sequer as desejava. Mas era agradável que um senhor, saído de um álbum de fotografias do princípio do século, viesse mostrar aos portugueses que o velho estilo republicano tinha aspirações presidenciais. Ainda por cima o engenheiro **Pompílio** não era anti-fose o que fosse. Nem antifascista nem anticomunista. A democracia à moda dos bons tempos, feita veneráveis cãs.

E eis que essa imagem simpaticamente anacrónica nos aparece consternada. Não por ser marginalizada da corrida para Belém onde nunca pensou ascender. Mas, ao que diz, porque se lhe depararam más maneiras em notários que se recusaram a reconhecer as assinaturas dos retornados por não simpatizarem com estes.

Homem de elegâncias de antanho, **Pompílio** afasta-se deplorando as hodiernas grosserias deste "admirável mundo novo".

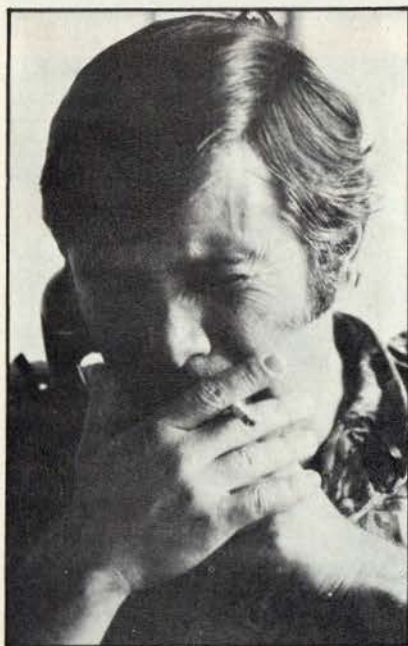


a la minuta

CHAIMITE É CHAIMITE PETRÓLEO É PETRÓLEO...

Um país do Terceiro Mundo fez uma estranha proposta a Portugal: comprar-lhe todos os chaimites. Por preço de petróleo, diga-se de passagem. Nem sequer valeu a pena consultar Jaime Neves cuja resposta só poderia ser esta:

“Levarem-me os brinquedos? Éssa é boa! E o que é que eu fazia no próximo 25 de Novembro?”



Jaime Neves: “Levarem-me os brinquedos? ...”

SENSACIONAL REVELAÇÃO DE OTELO

Não há dúvida que quando o major Oteló abre a boca, põe tudo de pernas para o ar. Assim aconteceu num recente comício onde o buliçoso candidato à Presidência da República revelou que milhares de trabalhadores que nas eleições legislativas votaram no CDS e no PPD lhe ofereciam o seu voto.

Graças a mais esta indiscrição de Oteló ficámos a saber que os eleitores dos dois partidos burgueses são em parte sustentados por massas trabalhadoras. Oh surpresa!

Se não tivéssemos a certeza de que



Oteló: põe tudo de pernas para o ar

Oteló é um convicto revolucionário poderíamos pensar que a sua campanha presidencial lhe é pretexto para desfazer a imagem retintamente burguesa dos dois partidos mais antipáticos à massa proletária que o apoia

“BEM-EDUCADO” ABAIXO DE TUDO

Que o “Diário de Lisboa” cuja independência é tão transparente que deixa ver, no fundo, o manual que lhe rege a linguagem classifique de direita o direito à crítica, não nos admira. Que os seus reflexos condicionados pelo abc do mais tacanho maniqueísmo decidirem propósitos reaccionários onde se procura trazer à luz certos pontos obscuros daquilo que queríamos ver inundado de claridade — referimo-nos à Reforma Agrária — também não nos é motivo de espanto.

O que nos força a vir dizer ao “Diário de Lisboa” que ele vende calúnias ao povo que contribui para a sua circulação é a pasquinada na qual faz entrar “Vida Mundial”, num concerto de publicações apostadas em destruir as conquistas revolucionárias.

Que não existe qualquer espécie de identificação entre “Vida Mundial” e as publicações a que insidiosamente o “Diário de Lisboa” nos vincula neste caso da Reforma Agrária, é meridiana-



mente óbvio. Tão óbvio quanto a participação deste jornal no concerto de órgãos do coro pécépista, no qual o “Diário de Lisboa” é uma das vozes mais “bem-educadas”.

JOVEM ASILO DE CENTENÁRIOS?

No “Diário Popular” de 2 de Junho mereceu caixa uma notícia acompanhada de comovidos comentários, segundo a qual um major reformado com a longívega idade de 97 anos regressa a Angola. Do retorno a terras angolanas do quase centenário major, extrai A. Colaço (assim é assinado o artigo) o argumento de que deste modo caem por terra as calúnias desencadeadas pela reacção contra a RPA e o MPLA. E mais se afirma que este caso assume “foros de símbolo capaz de rebater os argumentos mais venenosos de todos aqueles que não se têm mostrado capazes de enfrentar com lucidez e honestidade a realidade irreversível dos factos”.



RPA: paraíso dos gerontes

Sem querer por em dúvida que a RPA poderá ser atraente para os que ideologicamente se integram no sistema ali vigente, concordemos que o símbolo que A. Colaço escolhe para exaltar as virtudes da jovem nação angolana é idoso de mais para ser convincente. A não ser que se queira demonstrar que a RPA é o paraíso dos gerontes.

Pires Veloso UM OBSTÁCULO PARA OS MANIPULADORES

A notícia do grave acidente que colheu o brigadeiro Pires Veloso quando se fazia transportar de helicóptero, vindo de uma reunião do Conselho da Revolução, levantou de imediato rumores na Imprensa e na opinião pública sobre as causas do desastre.

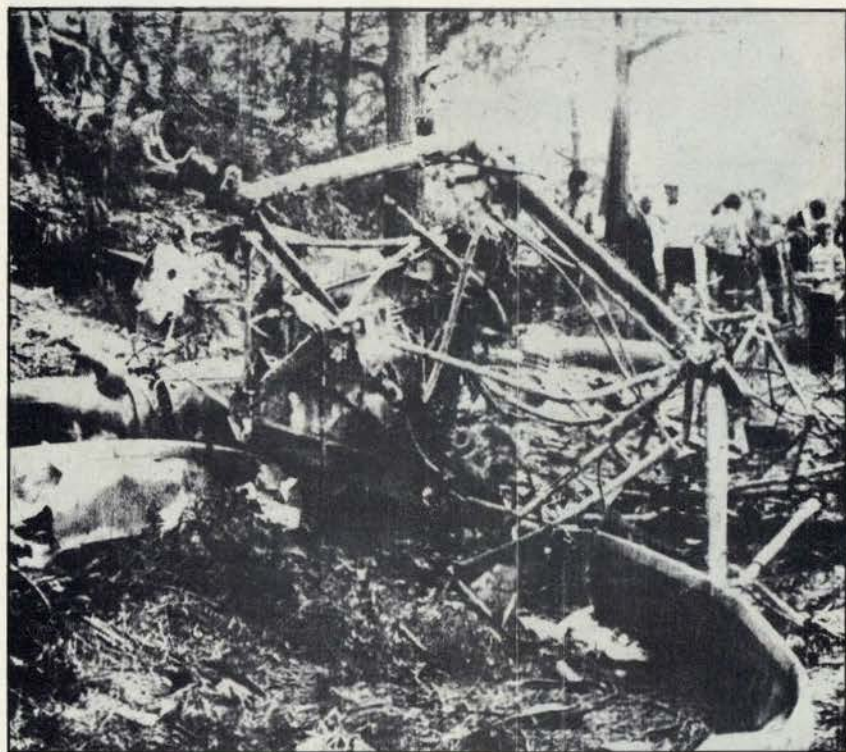
Tido em muitos meios como um intransigente partidário da ordem democrática, inimigo da instabilidade e da anarquia que certas forças utilizaram para criar condições favoráveis à tomada do Poder, Pires Veloso substituiu o brigadeiro Corvacho à frente da Região Militar Norte, onde este havia protegido e até favorecido as infiltrações de determinadas forças antidemocráticas nos quartéis. A sua acção na contensão do golpe de 25 de Novembro foi muito relevante, tendo actuado em concerto com as estruturas montadas em Lisboa para o efeito, à frente das quais se destacou o general Eanes.

Objectivamente, Pires Veloso constituiria um sério obstáculo aos profissionais da instabilidade. Ainda não há muitas semanas declarara que, enquanto permanecesse na chefia da Região Militar do Norte, não haveria mais plenários. Referia-se o brigadeiro às reuniões de militares que, nos quartéis, eram promovidas sempre que a unidade em questão tinha alguma missão a cumprir. O tempo mostrou já que os plenários serviam unicamente para paralisar os regimentos e deixá-los à mercê dos manipuladores.

O prestígio ganho entre os meios militares e em largos sectores da população levou a que o seu nome chegasse a ser indicado, com bastante insistência, para uma possível candidatura à Presidência da República. Neste campo, Pires Veloso optou por apoiar com

entusiasmo a candidatura do general Ramalho Eanes.

Aguardemos que as causas do acidente não fiquem envolvidas em nevoeiro — o nevoeiro que parecia existir na altura do desastre, segundo afirmam as primeiras notícias. ● J.M.



O que resta do helicóptero em que seguia o brigadeiro Pires Veloso



A esposa do brigadeiro Pires Veloso, acompanhada de um familiar, conversa com Ramalho Eanes e Vasco Lourenço



Melo Antunes à partida para Moscovo: as ilusões do equilíbrio

Melo Antunes NO PAIS DAS MARAVILHAS

A visita de Melo Antunes à União Soviética, na semana passada, foi de mal a pior: à partida fez declarações depreciativas sobre a acção desenvolvida pelos familiares dos portugueses presos em Timor; em Moscovo a Imprensa fez questão de salientar (sem ser desmentida) a identidade de pontos de vista das diplomacias portuguesa e soviética; e à chegada a Lisboa não melhorou a situação.

Num ponto, há que concordar com o major Melo Antunes: de facto, o nosso caminho para África não passa por Moscovo. No entanto, esta afirmação que, à primeira vista, merece o assentimento geral, adquire um significado oposto, quando inserida no conjunto das declarações feitas pelo ministro dos Negócios Estrangeiros à sua chegada de Moscovo.

Aliás, Melo Antunes não esconde a sua simpatia pelo país de Brezhnev. E talvez seja essa simpatia que o leva a afirmar, no que respeita ao nosso comércio com a União Soviética, de que "há uma vontade política manifesta por parte das autoridades soviéticas para caminhar rapidamente para uma situação de equilíbrio nas trocas co-

merciais". Isto depois de constatar que a nossa balança comercial é deficitária em relação à União Soviética!

Retomando a questão de Angola, Melo Antunes ficou com a convicção de que a "União Soviética vê com muita simpatia que as nossas antigas colónias continuem a ter boas relações com Portugal".

No entanto, interrogado sobre as declarações insultuosas proferidas pelo ministro do Trabalho de Angola contra o nosso país, durante a conferência da OIT, Melo Antunes limitou-se a dizer que não fazia comentários.

Mas já os fez, ao focar as relações bilaterais. E, segundo Melo Antunes, em todos os campos vislumbram-se boas perspectivas. Em termos culturais, ficou assente a reunião de uma comissão luso-soviética para preparar o programa bianual de cooperação cultural. É de perguntar: seguirá esse programa as mesmas directrizes que vêm guiando, até agora, o intercâmbio da cultura entre os dois países? Porque de um passado recente só nos é dado recordar a infinidade de grupos de danças, cantares e exposições que nos chegam e da exiguidade das mesmas coisas que para lá mandamos.

No terreno comercial, para além da balança deficitária, logo salvaguardada pela boa vontade das autoridades soviéticas de equilibrarem os pratos, há

DOIS CASOS ESCANDALOSOS

"Vida Mundial", em números transactos da sua nova fase, tocou em dois casos em primeira mão, alertando a opinião pública e solicitando medidas enérgicas às autoridades deste país. Não foi vã a nossa acção de apontar feridas; assim o confirmam dois comunicados expendidos pela Secretaria de Estado da Cultura ao responder, respectivamente, ao caso da exposição de pintura portuguesa contemporânea a efectuar na União Soviética e ao caso do Instituto Português de Cinema. Ambos escandalosos e ambos merecedores de atitudes firmes desse mesmo departamento governamental.

Como todos devem estar lembrados a União Soviética "adiou" "sine die" a exposição dos nossos artistas plásticos nas principais cidades do seu país por motivos que, embora não invocados, se adivinham no texto de resposta da Secretaria de Estado da Cultura. A integração de pintura abstracta poderia perturbar os cânones oficiais da arte que é autorizada praticar e mostrar ao povo soviético...

Quanto ao escaldante caso do Instituto Português de Cinema, o texto decisivo agora emitido pela mesma Secretaria confirma em absoluto o que denunciámos com tanta coragem e oportunidade, de uma vergonhosa manipulação de verbas e de credos...

● D. G.

ainda o problema candente das nossas exportações para a URSS. Na verdade, Portugal tem exportado inúmeros produtos para aquele país. Mas recorde-se as também inúmeras polémicas sobre essas exportações. Desde os vinhos aos sapatos, tudo levantou celeuma, pois se afirmou que as desvantagens para Portugal eram nítidas.

Por fim, quanto às críticas soviéticas ao "documento dos nove", Melo Antunes fez questão de frisar que foi recebido como ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal e só nessa qualidade manteve contactos. Mas como o seu nome não se dissocia do referido documento, a resposta parece-nos incompleta.

Completa, essa sim, a sua simpatia pela União Soviética. ● F. F.

Trabalho

AS GREVES NÃO VÃO ACABAR

O surto grevista promete manter-se durante a campanha eleitoral que se avizinha. Muitas greves se encontram ainda por desencaixar até ao fim do mês, embora pareça estar fora de hipótese uma forte agitação para o período pré-eleitoral.

O movimento grevista, anunciado como estando em vias de extinção por alguns órgãos de Informação, no fim da semana passada, não parece ter sofrido qualquer indício de abrandamento. Se os casos mais graves e de maior incidência na economia nacional, como eram os da indústria hoteleira e dos empregados da Marinha Mercante, foram resolvidos, outros surgiram. E ainda muitos mais estão anunciados para breve.

Depois de um período relativamente longo em que a contratação colectiva esteve congelada, ficaram criadas as condições para uma certa movimentação no mundo do trabalho. É um facto, contudo, que os acontecimentos, neste campo, se encontram em estreita ligação com a situação política e os objectivos das forças que exercem a sua influência no meio sindical. E tanto ao nível das direcções sindicais como dos trabalhadores, o PCP e o PS mantêm as posições de domínio.

A linha afecta à Intersindical tem estado na base de muitos apoios prestados às diversas iniciativas grevistas. Quer ao nível das direcções, como no caso do SINTEL, quer ainda de comissões de luta, os seus militantes têm promovido greves, a partir de reivindicações não satisfeitas pelas entidades patronais. Salvo em casos mais raros, o PCP não tem avançado para além dum certo limite, tendo até recuado e desmobilizado quando encontrou pela frente uma resistência mais tenaz.

Assim sucedeu nos técnicos de telecomunicações, cuja greve enfrentou a ameaça de mobilização civil feita pelo ministro respectivo, e as manifestações

desfavoráveis em Bragança, São João da Madeira, Aveiro, Seia e Mealhada. É curioso notar que este mesmo sector combatera, em 1974, a greve dos CTT. Uma greve justa na altura, foi atacada pelo PCP como sendo fomentada e manobrada pela CIA. Contra ela foram organizados piquetes de agitação que provocaram desordens e espancamentos de grevistas. Presentemente a greve abrange somente uma pequena parte dos trabalhadores de todo o ramo, sendo até aqueles que menos desfavorecidos se encontram. Embora tendo recuado, não se viu a preocupação do PCP em denunciar inequivocamente a inoportunidade de uma greve numa altura em que o País atravessa de facto uma acentuada crise económica.

Por outro lado, os sindicalistas do PS têm, em bastantes casos, seguido a linha da Intersindical. Esta tem sido, aliás, a maior surpresa que pode ser registada no campo da luta sindical e que não deixará de ter as suas implicações políticas. A greve dos empregados da Marinha Mercante, assim como a posição assumida pelo Sindicato de Hotelaria de Faro, onde aquele partido detém a hegemonia nas respectivas direcções, mostraram que os sindicalistas do PS (ou pelo menos alguns deles) se encontram em contradição com as posições assumidas pela direcção do seu partido, nomeadamente com os membros que ocupam pastas ministeriais e que denunciaram o carácter "desestabilizador" de algumas greves.

Como já havíamos dito nas semanas anteriores, a tática do PC no campo sindical parece ser a de manter os conflitos em "lume brando". O Governo tem-se vindo a opor sistematicamente à resolução imediata das situações em conflito. O estado desastroso em que se encontram os cofres públicos — o défice orçamental já ultrapassou em muito as previsões feitas aquando da discussão das respectivas verbas — e a difícil situação da nossa balança de pagamentos não é de molde a deixar optimismo aos representantes do Gover-

no nas negociações. Por duas vezes e em dois sectores distintos os membros do Governo ameaçaram utilizar legislação antigreve para acabar com as greves — casos SINTEL e INE. Apesar disso, as greves têm resultado e o Governo tem satisfeito aquelas reivindicações que ameaçam desenvolver processos mais agudos, embora negocie os termos e consiga arrecadar, com isso, alguns tostões.

Os sindicalistas do PS, desprovidos de linha autónoma, têm seguido muitas vezes na cola das posições da Intersindical. Em diversos sectores já se diz que a "maioria de esquerda", se não tem grandes possibilidades de vingar no campo parlamentar e governamental, pode contudo dar um "rebuçado" ao seu mentor no campo sindical. Isso poderá revelar-se perigoso para o próprio PS dentro de um prazo não muito longo, na medida em que a movimentação sindical visa reforçar e ganhar posições para o PC com vista, tanto às negociações para a formação do Governo definitivo como ao Congresso da Intersindical.

Em relação directa com esta última questão, registou-se a semana passada o episódio assaz esclarecedor da tentativa de derrube da direcção do Sindicato dos Trabalhadores do Comércio. Não afecta à Intersindical, esta direcção, tida como constituída por elementos próximos do PPD, PS e BASE, denunciou a assembleia convocada por mais de 7 centenas de sócios como um golpe visando a nomeação de uma Comissão Directiva que a substituiria no Congresso da Intersindical, a realizar dentro de poucos meses. O golpe não surtiu efeito mas ficou patente o fraco apoio que a actual direcção detém entre a massa dos sindicalizados. Durante meses, antes do 25 de Novembro e muito especialmente nas semanas que precederam o golpe derrotado, aquela direcção manteve uma actuação ambígua. Alinhou, por vezes, ao lado dos sindicatos que apelavam para o derrube do VI Governo. Essas vacilações, assim como outras tidas no campo sindical e nas negociações com o patronato, alienaram-lhe a confiança de grande parte dos sindicalizados. Este acontecimento parece ser um sério aviso para aqueles que pensam ser a conciliação uma boa tática para se manterem na

direcção dos sindicatos e na confiança dos trabalhadores. Até quando poderá resistir ao assalto que lhe é movido a direcção do Sindicato dos Trabalhadores do Comércio?

As greves tão cedo não irão cessar. Os empregados do comércio automóvel desencadearam uma greve que atingiu a maioria dos distritos. Lisboa não aderiu, manifestando estranheza pela proposta dos sindicatos envolvidos, a maioria deles com direcções não afectas ao PCP. Um amplo movimento desenvolve-se ao nível dos trabalhadores

das autarquias locais, empenhados em avançar em formas de luta mais contundentes. Os professores da grande Lisboa aguardam resposta ao caderno reivindicativo apresentado no passado dia 2. Há greves programadas para as próximas semanas caso as correspondentes reivindicações não sejam satisfeitas. Motoristas do Porto: dia 14. Função Pública: dia 22. Sector electricista da construção civil: dia 14. Trabalhadores madeireiros: provavelmente dia 16. E o mais que por ora ainda não se conhece. ■ J. M.

se diz, com o auxílio de marginais de um bairro da lata que fica perto) e intimidações a alguns professores, teria sido o resultado das eleições que levou as "forças de direita" a quererem comemorar ostensivamente o 28 de Maio no liceu.

Nas eleições, a lista vencedora obteve 740 votos, contra 602 da segunda mais votada, com mais de 400 abstenções e cerca de 200 alunos que não votaram. Estas eleições viriam a ser contestadas em virtude da diferença de votos entre as duas listas mais votadas ser inferior ao total dos votos brancos e nulos e das abstenções, contestação essa rejeitada em plenário da escola.

Este seria o motivo para que dois alunos (presentemente suspensos, enquanto decorrer o inquérito que está a ser feito pelo MEIC), os irmãos Teles Baltasar, tornassem ainda mais violentas as suas ameaças, segundo a comissão de gestão, "contra os professores e todos aqueles que eles dizem ser comunas".

Um aluno afecto à comissão de gestão dá a seguinte versão dos factos: "um dia, os Baltasares, ajudados por mais uns 30 indivíduos — todos eles cinturões negros de "Kararé", traficantes de armas e traficantes de drogas —, arrancaram cartazes, obrigaram todos os que diziam ser comunas a dar vivas ao Hitler e fizeram mais umas provocações do género. O ambiente na escola tornou-se insuportável e os professores resolveram encerrá-la até que o MEIC expulsasse os Baltasares. Entre os 30 tipos que os vieram ajudar, estavam o "Tó Black" e o "Jojó", tipos que param pelo café Luanda, que nem pertencem ao liceu e que andam em bando a fazer provocações em várias escolas."

"QUEREM EXPLORAR O NOME DELES"

"Querem meter o "Tó Black" e o "Jojó", nesta história para obterem um efeito sensacionalista — dizem alunos do Liceu Padre António Vieira que

Ensino

DOIS ALUNOS ENCERRAM UM LICEU?

Em torno de uma história que, em todas as versões conhecidas, não é convincente, gerou-se uma "confrontação" no Liceu Padre António Vieira que está a ser explorada pelas mais variadas forças políticas.

Há várias versões sobre o sucedido, nenhuma delas absolutamente digna de crédito, e que nem sequer são complementares — o que é normal no clima de sectarismo e de intransigência que se foi alimentando durante todos estes

meses. Dessas versões apresentamos duas (que não são únicas).

COMISSÃO DE GESTÃO: "ALUNOS IMPÕEM UM CLIMA DE TERROR"

Segundo os elementos da comissão de gestão, estará na origem dos incidentes o desagrado de forças de direita pelos resultados das eleições no liceu, em 17 de Maio último, que deram a vitória a uma "coligação" MES, UDP e PC. Se antes disso teria já havido uma tentativa de invasão da escola (ao que

Eu, abaixo assinado, José Paulo Teles Baltasar, comprometo-me a não repetir atitudes de provocação e agressão, aceitando que a violação deste meu compromisso implicará de imediato a anulação da minha matrícula.

Reconheço, por, sentindo-me lesado, não assiste o direito de exigir as sanções adequadas, que serão postas em prática de acordo com o Regulamento da escola.

Lisboa, 18 de Maio de 1975,

José Paulo D'Almeida
- Teles Baltasar

Como nos velhos tempos: um adolescente teve de assinar um documento, comprometendo-se "a não repetir atitudes de provocação e agressão, aceitando que a violação deste meu compromisso implicará de imediato a anulação da minha matrícula"

frequentam o café Luanda. Como são tipos com histórias antigas, mas que já estão esquecidas, estão regenerados, procuram explorar o nome deles. O mesmo para os tais 30 tipos que dizem lá ter ido: em Portugal, não deve haver um total de 30 cinturões negros de "karaté". Também os traficantes de armas e de drogas não andam a meter-se em barulhos, pois nesse caso facilmente seriam detectados e presos pela Polícia."

Esses alunos contam-nos uma versão diferente dos factos: um aluno teria sido provocado com "frases do género: com que então não gostas dos cartazes..." por outros "que estavam a guardar os cartazes" e agredido. Teria ido depois ao café Luanda "pedir ajuda à malta". "Estavam cá só seis, que seguiram para o liceu em três motos. Entraram no liceu e arrancaram os cartazes. Foi só isso."

Aliás, os irmãos Baltasar não gozam da simpatia desse grupo de colegas. "Metem-se sempre em confusões. Já andámos com eles, mas há muito tempo que nos afastámos. Eles andam mais ligados aos tipos dos Olivais, onde moram."

O QUE NINGUÉM EXPLICA

Uma das perguntas que pusemos e para a qual não conseguimos uma resposta concreta é a de se pretender demonstrar que dois alunos, por quaisquer motivos fúteis, e portanto sem um apoio da maioria dos seus colegas, podem desenvolver uma actividade de tal modo intensa que leve ao encerramento de um liceu de 2000 alunos. Porque, de facto, é o que se passa.

Quanto a ameaças, provocações, etc., se os professores se dizem ameaçados, a família Teles Baltasar também terá recebido telefonemas intimidativos quase diários.

Por outro lado, evocar-se uma lei de 1962, criada pelo regime fascista para afastar das escolas todo e qualquer aluno que propagandasse as suas opiniões antitotalitárias, não parece medido.

Omitindo, deturpando, ameaçando, instigando o ódio e o sectarismo, está a criar-se no Liceu Padre António Vieira uma situação posteriormente propícia a toda a casta de especulações.

■ M.R.F.

(Continuado da pág. 5)

quer esboço de estruturação e organização de uma campanha que visa a eleição do Presidente da República.

Ao mesmo tempo que põe o acento no improvisado e nos "familiares e amigos" que compõem a sua comissão de apoio, Pinheiro de Azevedo orienta os seus ataques na direcção de Ramalho Eanes. Embora numa forma velada, parabólica, a actuação de Pinheiro de Azevedo, quer na sua primeira conferência de Imprensa e na ulterior intervenção televisiva quer em declarações avulsas feitas a jornalistas, procura apresentar Ramalho Eanes como candidato escolhido em meios militares restritos, empurrado para a Presidência por "razões de ordem de poder militar". As eleições constituiriam, assim, um mero veredicto, que nada teria a ver com uma escolha determinada pelo eleitorado.

Não é difícil compreender a necessidade que tem o actual Primeiro-Ministro em combater a candidatura do general Eanes. Para além da "independência" e do estilo popular que definem e, sobretudo individualizam a sua personalidade e a sua candidatura, há que sobretudo, captar os votos que, naturalmente, estarão orientados para o general.

"Este povo não pode ser iludido", sustentou Pinheiro de Azevedo, a semana passada, como justificativo para a apresentação da sua candidatura. Numa altura em que já se sabia que Ramalho Eanes não só não era candidato único como nem sequer o único militar a apresentar-se ao eleitorado, uma vez que as candidaturas de Octávio Pató e de Saraiva de Carvalho se encontravam formalizadas, esta afirmação parece extemporânea... E as próximas semanas nos dirão se Pinheiro de Azevedo poderá continuar na campanha com algumas possibilidades de vencer, por poucas que sejam, sem atacar o candidato cujos votos pretende deslocar em seu proveito.

Apesar de se furta às questões programáticas, tidas muitas vezes como decorrentes da acção governativa e não da presidencial, Pinheiro de Azevedo definiu finalmente certas linhas da sua candidatura. Nelas se destacam os objectivos que os cidadãos se habituaram

a esperar de Eanes, isto é, a "estabilidade política", medida cuja defesa é proposta com bastante vigor, assim como a actuação que visa proporcionar ao Governo "toda a força de que dispuser para que ele possa cumprir a sua missão". Esta componente da candidatura de Pinheiro de Azevedo corresponde, sem dúvida, a um desejo sentido pela maioria do eleitorado, a que dois anos de instabilidade causada por forças bem conhecidas e identificadas causam grande apreensão.

A degradação do clima político e o acentuar da crise económica são factores que o gonzalvismo lançou e que a população sente ainda não estarem suscitados. Mas a situação de Pinheiro de Azevedo e a natureza dos seus apoios, isto é, daqueles que se encontram em situação de dar corpo à sua candidatura e constituir, afinal, a sua verdadeira razão de ser, não permitem que este candidato apresente somente uma faceta. Certas declarações do Primeiro-Ministro, para alguns tidas como surpreendentes, provam o difícil equilíbrio que este se vê obrigado a manter e que o levam, afinal, a retirar com uma mão aquilo que a outra conseguiu.

Trata-se da revelação dos contactos feitos por Pinheiro de Azevedo junto do professor Teixeira Ribeiro, figura bem conhecida do "saudosos" V Governo, para se candidatar à Presidência. E não só. Melo Antunes, reconhecida tábuca de salvação das forças comprometidas com o golpe de 25 de Novembro, é apontado pelo vice-almirante como a personalidade indicada para o substituir à frente do Governo, no caso de o candidato resolver dele sair para se ocupar exclusivamente dos assuntos relativos à sua campanha eleitoral.

Pinheiro de Azevedo pensa certamente no desenrolar da campanha e na disposição final das forças à boca das urnas. A sua demarcação de determinadas forças não pode ser radical, mesmo que ditada por motivos de mera táctica. Com efeito, como poderiam o PCP, o GIS e outras correntes afins deslocar o seu apoio para este candidato, caso as condições se reúnam para tal, se Pinheiro de Azevedo não tivesse previamente preparado a opinião pública, por muito que isso o prejudique em determinadas zonas do eleitorado?

■ J.M.

do capitalismo
ao socialismo,
necessidade e prática do
**controlo
operário**
ALBERTO CARREIRA

um contributo valioso para
todos os trabalhadores portugueses.

MORAES
editores

distribuidora **O SÉCULO**



europcar

rent a car



contauto